

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
PROMESTRE - Mestrado Profissional Educação e Docência
Linha de pesquisa em Ciências

Fernanda Eloiza Ribeiro

**O ENSINO DA TEMÁTICA AMBIENTAL SOB A PERSPECTIVA DA LEI
11.645/2008: o que podemos aprender com os povos indígenas?**

**BELO HORIZONTE
2024**

Fernanda Eloiza Ribeiro

**O ENSINO DA TEMÁTICA AMBIENTAL SOB A PERSPECTIVA DA LEI
11.645/2008: o que podemos aprender com os povos indígenas?**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ensino de Ciências.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Marina de Lima Tavares

**Belo Horizonte
2024**

R484e
T

Ribeiro, Fernanda Eloiza, 1987-

O ensino da temática ambiental sob a perspectiva da Lei 11.645/2008 [manuscrito] : o que podemos aprender com os povos indígenas? / Fernanda Eloiza Ribeiro. -- Belo Horizonte, 2023.
178 f. : enc, il., color.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora: Marina de Lima Tavares.

Bibliografia: f. 142-150.

Apêndices: f. 151-178.

1. Brasil -- [Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008] -- Avaliação -- Teses.
2. Carta da Terra -- (1997) -- Avaliação -- Teses. 3. Educação -- Teses.
4. Indígenas -- Cultura -- Estudo e ensino -- Teses. 5. Índios -- Cultura -- Estudo e ensino -- Teses. 6. Educação intercultural -- Teses. 7. Sustentabilidade -- Teses.
8. Educação ambiental -- Estudo e ensino -- Teses. 9. Educação ambiental -- Métodos de ensino -- Teses. 10. Ambientalismo -- Aspectos educacionais -- Teses.

I. Título. II. Tavares, Marina de Lima, 1977-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 363.70071

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROMESTRE - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA/MP

FOLHA DE APROVAÇÃO

O ENSINO DA TEMÁTICA AMBIENTAL SOB A PERSPECTIVA DA LEI 11.645/2008: O QUE PODEMOS APRENDER COM OS POVOS INDÍGENAS?

FERNANDA ELOIZA RIBEIRO

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação e Docência/Mestrado Profissional, como requisito para obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA, área de concentração ENSINO E APRENDIZAGEM.

Aprovada, em 15 de Dezembro de 2023, pela Comissão Examinadora constituída por:

Profa. Marina de Lima Tavares
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Célio da Silveira Júnior
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Shirley Aparecida de Miranda
Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, 15 de Dezembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Marina de Lima Tavares, Professora do Magistério Superior**, em 18/12/2023, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Celio da Silveira Junior, Professor do Magistério Superior**, em 18/12/2023, às 21:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Shirley Aparecida de Miranda, Coordenador(a)**, em 20/12/2023, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2856668** e o código CRC **0922879C**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROMESTRE - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA/MP

FOLHA DE APROVAÇÃO

O ENSINO DA TEMÁTICA AMBIENTAL SOB A PERSPECTIVA DA LEI 11.645/2008: O QUE PODEMOS APRENDER COM OS POVOS INDÍGENAS?

FERNANDA ELOIZA RIBEIRO

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação e Docência/Mestrado Profissional, como requisito para obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA, área de concentração ENSINO E APRENDIZAGEM.

Aprovada, em 15 de Dezembro de 2023, pela Comissão Examinadora constituída por:

Profa. Marina de Lima Tavares Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Célio da Silveira Júnior Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Shirley Aparecida de Miranda Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, 15 de Dezembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Marina de Lima Tavares, Professora do Magistério Superior**, em 18/12/2023, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Celio da Silveira Junior, Professor do Magistério Superior**, em 18/12/2023, às 21:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Shirley Aparecida de Miranda, Coordenador(a)**, em 20/12/2023, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2856668** e o código CRC **0922879C**.

Referência: Processo nº 23072.274008/2023-67

SEI nº 2856668

AGRADECIMENTOS

A primeira vez que me deparei com a palavra serendipidade foi no prólogo, escrito pela própria autora, do livro “Um defeito de cor” de Ana Maria Gonçalves. Ela explica que serendipidade é uma feliz descoberta, meio ao acaso, quando procuramos por uma coisa e encontramos outra, mas para a qual precisávamos estar preparados para descobrir. Penso que essa dissertação é um caso de serendipidade. Minha ideia inicial tinha pontos de convergência com a proposta aqui apresentada, a construção de uma educação anti racista. No entanto, estava focada em trazer aspectos da cultura africana e afrobrasileira para o currículo de Ciências, assunto que tinha maior familiaridade. Foi nesse contexto que a professora Marina trouxe a proposta de contemplar os povos indígenas, tema que se apresentou como um desafio, dado o meu distanciamento do tema. Agradeço fortemente a professora Marina não só por oportunizar o meu encontro com a cultura e conhecimentos dos povos indígenas, como também pela parceria, compreensão e paciência.

Agradeço aos meus pais, minha irmãs e ao meu marido cujo apoio incondicional foi o suporte que me manteve no caminho nos momentos de incertezas. Suas palavras encorajadoras, gestos de amor e exemplos de determinação foram fundamentais e muito contribuíram para essa conquista. Cada um de vocês, com sua singularidade e contribuição, é uma inspiração que me impulsiona a alcançar alturas que nunca imaginei.

Aos colegas e amigos professores que dividiram o chão da escola comigo, mais que parceiros, vocês foram fonte de inspiração e aprendizado. Em especial aos companheiros da EMPHR, cuja compreensão e colaboração contribuíram para que esse processo fosse concluído.

RESUMO

O ENSINO DA TEMÁTICA AMBIENTAL SOB A PERSPECTIVA DA LEI 11.645/2008: o que podemos aprender com os povos indígenas?

Em 2008 foi promulgada a Lei 11.645 que tornava o ensino da cultura e história indígena obrigatória na educação básica brasileira, em todo o currículo. Essa Lei foi uma conquista dos povos originários que lutaram por serem reconhecidos e terem sua cultura respeitada. No entanto, 15 anos depois da publicação da Lei, ela ainda encontra dificuldades em ser de fato efetivada. Muitas vezes, a temática indígena é reduzida a uma “comemoração” em datas específicas do ano, ou isolada nas disciplinas de História, Arte e Literatura. Uma das dificuldades de trazer a temática indígena para o currículo de outras disciplinas é a falta de material didático disponível. Nesse sentido, essa pesquisa apresenta caminhos para a construção de uma atividades de ensino que contemplem a visão dos povos indígenas sobre meio ambiente na disciplina de Ciências da Natureza. Para tanto, buscou-se conhecer as narrativas de indígenas de várias etnias brasileiras, utilizando-se de Percursos Curriculares de estudantes indígenas e da literatura de autores indígenas, estabelecendo-se conexões entre a Carta da Terra. A partir dessa pesquisa desenhou-se um caminho buscou conectar saberes da Ciência Ocidental e Saberes Tradicionais, não no sentido de hierarquizar diferentes tipos de conhecimentos ou de explicar conhecimentos tradicionais do ponto de vista científico, mas de estabelecer associações entre ambas no sentido de construir novas possibilidades para refletirmos sobre a crise ambiental e climática que o planeta atravessa.

Palavras chave: Lei 11.645/2008, povos indígenas. sustentabilidade, Carta da Terra, educação intercultural.

ABSTRACT

THE TEACHING OF ENVIRONMENTAL THEMES UNDER THE PERSPECTIVE OF LAW 11,645/2008: what can we learn from indigenous peoples?

In 2008, Law 11,645 was enacted, making the teaching of indigenous culture and history mandatory in Brazilian basic education throughout the curriculum. This law was an achievement for indigenous peoples who fought to be recognized and have their culture respected. However, 15 years after the publication of the law, it still faces challenges in being effectively implemented. Often, the indigenous theme is reduced to a "celebration" on specific dates of the year or isolated in the subjects of History, Art, and Literature. One of the difficulties in incorporating the indigenous theme into the curriculum of other subjects is the lack of available teaching materials. In this sense, this research presents pathways for the construction of teaching activities that encompass the perspective of indigenous peoples on the environment in the Natural Sciences discipline. To achieve this, the study sought to understand the narratives of indigenous people from various Brazilian ethnicities, using Curricular Paths of indigenous students and literature by indigenous authors, establishing connections with the Earth Charter. Based on this research, a path was outlined to connect Western Science and Traditional Knowledge, not in the sense of hierarchizing different types of knowledge or explaining traditional knowledge from a scientific perspective, but in establishing associations between both to build new possibilities for reflecting on the environmental and climatic crisis that the planet is undergoing.

Keywords: Law 11.645/2008, indigenous communities, sustainability, Earth Charter, intercultural education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. JUSTIFICATIVA	13
3. PÚBLICO ALVO E TEMA DA PESQUISA	15
4. OBJETIVOS	20
5. PERCURSO METODOLÓGICO	21
6. RESULTADOS	35
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	148
9. APÊNDICES	158

1. INTRODUÇÃO

“Graças às reivindicações e pressões dos movimentos sociais, em particular do Movimento Negro, algumas políticas de ação afirmativa foram criadas, contribuindo significativamente para os avanços no combate as desigualdades sociais e raciais” (ARAÚJO e GIUGLIANI, 2014). Um marco importante dessa luta foi a promulgação da Lei 10.639/2003. Essa lei veio garantir o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação básica brasileira. Cavalleiro (2006, p. 21) enfatiza que “a lei representa um passo inicial rumo à reparação humanitária do povo negro brasileiro, pois abre caminho para a nação brasileira adotar medidas para corrigir os danos materiais, físicos e psicológicos resultantes do racismo”.

Pouco tempo depois a Lei 11.645/2008 veio acrescer à Lei 10.639/2003. Além do ensino da cultura e história afro-brasileira e africana, a Lei 11.645/2008 estabelece a obrigatoriedade do ensino da cultura e história de povos indígenas. “Vale ressaltar que a Lei 11.645/08 não anula a Lei 10.639/03 e sim a complementa ao incluir e tornar obrigatório o ensino da história e da cultura dos povos indígenas nos currículos escolares do ensino fundamental e médio” (ARAÚJO e GIUGLIANI, 2014).

Embora ambas as leis sejam um marco para estruturação de uma educação que contemple a diversidade cultural, elas ainda apresentam lacunas. Uma delas é a ênfase da abordagem dos conteúdos referentes à História e à Cultura Afro-brasileira e indígena “em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras” (ARTIGO 26, LEI 10639/2003). Essa perspectiva cria uma visão contraditória da aplicação da Lei e gera interpretações equivocadas levando professores de várias disciplinas à negligência do assunto e apontarem o enfoque apenas para as disciplinas citadas.

“Há, na educação escolar, um imaginário pedagógico que entende que a questão racial é uma tarefa restrita aos professores e professoras que assumem publicamente uma postura política diante da mesma ou um assunto de interesse somente dos professores (as)” (GOMES, 2010).

É preciso que haja mudanças nas estruturas curriculares que potencializam a participação docente e possibilitem diálogo amplo para promoção da pluralidade cultural.

Compreendemos que a lei, por si só, não dá conta de reunir ferramentas suficientes para a luta contra o preconceito, tendo em vista que se trata de uma conformação histórica que se mantém há, pelo menos, cinco séculos. É preciso que haja foco na formação de professores, investimento na alteração curricular, compreensão do papel social e cultural da escola na perspectiva de recontar a história indígena (AMARO, 2016, p.105).

Para Gomes (2003) “a discussão sobre raça (...) e educação, nos seus múltiplos desdobramentos, é um dever dos educadores e educadoras e também daqueles responsáveis pela condução dos processos de formação docente”. “Dessa forma, as disciplinas de Língua Portuguesa, Geografia, Ciências, Artes e até mesmo a Matemática podem ser foco de discussão e debate no processo de reformulação curricular para inserir os temas relativos à história e cultura indígena” (AMARO, 2016, p.105). É imprescindível, portanto, reconhecer esse problema e combatê-lo no espaço escolar. “É necessária a promoção do respeito mútuo, o respeito ao outro, o reconhecimento das diferenças, a possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, receio ou preconceito” (CAVALLEIRO, 2006, p. 24).

É essencial que se aborde a história e a cultura indígena no cenário escolar, contudo é preciso que isso seja feita de uma forma a combater figuras construídas ao longo do tempo no imaginário popular como o “negro escravo e o índio na floresta”. Essas visões diminuem e não explicam a dimensão da contribuição desses povos na construção da sociedade e nação brasileira. E o problema é que “esse processo de apagamento e silenciamento na educação e história do Brasil vivenciando por negros, indígenas entre outros grupos que sofrem da desigualdade social e racial, acaba muitas das vezes reforçando a naturalização dessas questões” (SOUZA, SANTOS E SILVA, 2021).

Todo o conjunto docente deve manter em constante vigilância para não apenas combater os estereótipos, mas também reeducar o olhar de todos os atores escolares no intuito de desconstruir um olhar hegemônico da cultura branca.

O processo de educar as relações entre pessoas de diferentes grupos étnico-raciais tem início com mudanças no modo de se dirigirem umas às outras, a fim de que desde logo se rompam com sentimentos de inferioridade e superioridade, se desconsiderem julgamentos fundamentados em preconceitos, deixem de se aceitar posições hierárquicas forjadas em desigualdades raciais e sociais (SILVA, 2007).

Na sociedade brasileira é inegável a supervalorização da cultura europeia e a inferiorização das demais culturas. “Fortalecida por políticas desta natureza, se estabelece, no Brasil, a branquitude como norma inquestionável, da mesma maneira que em outras sociedades que tentam se universalizar como brancas e, portanto, herdeiras do mundo ocidental europeu” (SILVA, 2007). A normalização da branquitude transforma o diferente em excêntrico e subalterna culturas, estéticas, tradições que se apresentam desiguais.

Para Cavalleiro (2006, p. 23) “silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças, e ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente”. Desconsiderar elementos distintos na formação da população brasileira, aliada a cultura hegemônica, arrasta tradições para invisibilidade e cria elementos de submissão e inferiorização. “A visão distorcida das relações étnico-raciais vem fomentando a ideia de que vivemos harmoniosamente integrados, numa sociedade que não vê as diferenças. Considera-se democrático ignorar o outro na sua diferença” (SILVA, 2007).

Ou seja, a

“escola tende a enfatizar a assimilação das diferenças culturais ao invés de tratar os estudantes como portadores de memórias sociais diversificadas, massificando-os, negando-lhes o direito de falar e representar na busca de conhecimento, aprendizagem e autodeterminação” (ARAÚJO e GIUGLIANI, 2014).

No que se refere à educação, mesmo com os avanços decorrentes das leis 10.639/03 e 11.645/08 e suas respectivas diretrizes curriculares nacionais que orientam na construção da educação das relações étnico-raciais, o sistema de ensino brasileiro ainda não se desprende das amarras que o prende a um currículo homogeneizante, eurocêntrico e monocultural que não atende às demandas e aos interesses dos diferentes grupos étnico-raciais e culturais que frequentam os diferentes níveis e modalidade de ensino.

“A problemática intercultural está relacionada com o diálogo e a comunicação, com a abertura ao outro, às culturas, às línguas, às relações internacionais, implicando uma abordagem global, multidimensional e multidisciplinar” (RAMOS, 2001). A escola representa espaço de interculturalidade, de diálogo e inclusão. É fundamental que ela reconheça preconceitos e não se silencie ou naturalize diante da construção hegemônica da cultura europeia, mas aceite o desafio

da desconstrução desse cenário a partir da promoção de falas interculturais. “Desafio esse que a escola e os profissionais que nela atuam são obrigatoriamente chamados a intervir, se posicionar e mediar à interação entre os diferentes sujeitos e culturas presentes nos diferentes ambientes educacionais” (ARAÚJO e GIUGLIANI, 2014).

“A escola tem um papel fundamental nesta discussão, para podermos romper com esse silenciamento na educação direcionada a esses dois grupos étnicos, negros e indígenas, cabe aos educadores e educandos superar o desafio de preconceitos e discriminações existentes dentro e fora do ambiente educacional” (SOUZA, SANTOS E SILVA, 2021).

E a escola, em que se pensa libertadora, precisa estar de forma comprometida, estimulando a conscientização dos alunos, para que estes percebam esta realidade e mudem seus comportamentos racistas, preconceituosos e/ou discriminatórios que tanto prejudica grupos e indivíduos no que concerne à sua subjetividade e igualdade de oportunidades.

O debate da temática intercultural na escola não pode ser de “forma pontual, superficial, descontextualizada e sem continuidade, e em datas específicas (...) ou por iniciativas isoladas de professores comprometidos com a educação das relações étnico-raciais” (ARAÚJO e GIUGLIANI, 2014). Mas de maneira a promover a cultura, os costumes, a estética, a religiosidade, contribuições na construção da sociedade brasileira dos grupos étnicos, ao longo de todo ano, na perspectiva de alcançar todas as disciplinas e conteúdos possíveis dando enfoque ao contexto escolar, em especial no conteúdo de ciências, valendo-se das tradições como forma de enxergar o mundo e dos conhecimentos produzidos por esses povos.

2. JUSTIFICATIVA

As comunidades indígenas relacionam os seres humanos diretamente com o planeta Terra, não como espécie dominante, mas como companheiros que precisam se cuidar mutuamente para que a vida possa existir. Para KRENAK (2020), “a ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da Terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda”, uma vez que o colapso ambiental que ameaça a vida no planeta é causado pela demanda humana por recursos naturais¹. O que se pretende é a desconstrução da imagem dos seres humanos como dominadores da natureza, questionando a extração predatória dos recursos naturais e a construção de uma visão mais integral de humanidade e bem viver, relacionando os fenômenos do planeta como formas de interação e resposta às diferentes estruturas do planeta, inclusive seres vivos.

A construção dicotômica entre homem e natureza viabilizou a ideia de dominação e exploração dos recursos naturais pelos seres humanos e a comercialização de todos os recursos indispensáveis à sobrevivência. “Assim, as formas de viver e de pensar não compatíveis com essa sociabilidade são sufocadas, subalternizadas ou mesmo eliminadas. (ALMEIDA, 2021)”.

Embora os povos originários sempre tenham resistido e lutado para que suas experiências e alertas sejam compreendidos e valorizados, ultimamente essas vozes têm ganhado mais visibilidade. Recentemente durante a conferência climática COP 26 (Conference of the Parties, 2021), em meio à crise ambiental causada pelo aumento do efeito estufa e consequente aquecimento global, representantes desses povos foram ouvidos, ganhando status de protagonistas na proteção de florestas e ecossistemas, cruciais na mitigação dos efeitos da mudança climática. É fundamental que se faça uma escuta reflexiva à fala desses povos, uma vez que, portadores de concepções distintas, são capazes de mudar o paradigma consumista e exploratório.

“Nesse ponto, cabe destacar aqui que não se trata de “misturar” ou tratar como iguais essas formas distintas de compreender a realidade —tradicional e científica— mas sim

¹ Entendemos recursos naturais conforme explicou KRENAK e CAMPOS no livro Lugares de Origem (p. 25, 2021): “recurso é aquilo que você frui na vida, é como mudar de paisagem e experimentar a brisa, o vento, o cheiro, o bem-estar de um lugar saudável (...). Depois que você experimenta o bem-estar de fruir um recurso [tudo se modifica]. Ele não é um acervo disponível”.

estabelecer paralelos e divergências em que o aprender sobre uma forma auxilia na compreensão e valorização da outra” (VERRANGIA, 2013).

Para isso, é preciso romper com estereótipos construídos ao longo de toda história brasileira e reforçada pelo colonialismo, “isto porque os povos indígenas sempre foram considerados sem cultura, sem civilização ou qualquer tipo de progresso material” (LUCIANO, p. 217, 2006). Quando, na verdade, são referências no que diz respeito ao cuidado e preservação de ecossistemas. Assim, é fundamental dar visibilidade ao discurso dos povos originários a fim de se apreciar saberes diversos que podem ser a vivência necessária para busca de paradigmas sustentáveis e responsáveis, que levem em conta a integridade do planeta.

O que se propõe na pesquisa é a integração de elementos da cultura indígena ao Ensino de Ciências como possibilidade de valorização, reconstrução da imagem e desconstrução de estereótipos desses povos e de uma visão única de natureza, sustentabilidade e pertencimento à Terra e à própria comunidade. Sabe-se que muitos conhecimentos desses grupos foram silenciados ao longo da história. “Deste modo, a leitura da Ciência que conhecemos como moderna implica a leitura de uma Ciência europeia, branca, cristã e masculina, sendo um tanto reducionista e discriminatória” (JÚNIOR, 2008).

Assim, as atividades propostas buscam promover a reflexão de estudantes da educação básica sobre as ações dos humanos no planeta e suas consequências, e sobre formas alternativas de desenvolvimento humano, com foco em povos indígenas. Questionar conceitos de desenvolvimento econômico, tecnologias e consumo com a ideia de bem viver.

3. PÚBLICO ALVO E A ESCOLHA DO TEMA DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com estudantes do 7º ano do ensino fundamental II, com média de idade de 12 anos, de uma escola da Rede Municipal de Educação, localizada no bairro Mangueiras, Regional Barreiro, Belo Horizonte - Minas Gerais. A escola é fruto de uma demanda popular exposta pelo antigo programa “Orçamento Participativo” da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Nesse programa, a prefeitura buscava, a partir de consulta pública, determinar pontos prioritários para investimentos. No caso dessa comunidade em particular, a escolha foi pela construção da escola. A escola conta com a participação e confiança da comunidade, sendo considerada referência para os moradores locais, foi inaugurada em 2006 e hoje reúne histórias de estudantes de gerações diferentes de famílias locais.

A Escola Municipal Professor Hilton Rocha atende os estudantes desde o Ensino Infantil (a partir dos 4 anos de idade) até o último ano do Ensino Fundamental (9º ano). Possui 26 turmas e 743 estudantes² divididos conforme o quadro abaixo.

Quadro 1: Número de matrículas efetivas da Escola Municipal Professor Hilton Rocha - 2023³

Turno	Turma	Quantidade de Estudantes	
		Por turma	Total = 743
Tarde	Infantil A	18	43
	Infantil B	25	
	1º A	26	98
	1º B	27	
	1º C	26	
	1º D	19	

² Dados de novembro de 2023.

³ Dados de novembro de 2023.

	2° A	24	76	
	2° B	25		
	2° C	27		
		3° A	26	102
		3° B	26	
		3° C	25	
		3° D	25	
		4° A	30	60
		4° B	30	
Manhã	5° A	28	57	
	5° B	29		
		6° A	33	64
		6° B	31	
		7° A	30	88
		7° B	29	
		7° C	29	
		8° A	33	64
		8° B	31	
		9° A	31	91
		9° B	30	
		9° C	30	

O nível socioeconômico dos estudantes foi considerado 5 (médio-alto)⁴ para o ano de 2019. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁵, no ano de 2019, para os anos finais, foi de 4,6, nota abaixo da média projetada, 5,2. Porém, essa nota corresponde com a média das escolas públicas do Brasil e de Minas Gerais, cuja nota também é 4,6 e fica um pouco abaixo da média do município de Belo Horizonte, cuja nota é 4,7.

A estrutura da escola conta com acessibilidade para pessoas com deficiência, sanitários, cozinha e refeitório com fornecimento de alimentação, acesso à água tratada e coleta de esgotos, biblioteca, sala de informática, quadra de esportes e conexão com internet. As salas de aula contam com quadro branco, computador conectado à internet e projetor multimídia. Além disso, estão disponíveis 28 tablets, também conectados à internet, para demandas pedagógicas.

A professora pesquisadora deste trabalho atua na escola e é docente da disciplina de Ciências da Natureza das turmas de 7º ano, tendo atuado diretamente na efetivação da sequência de ensino, construindo um trabalho de pesquisa-intervenção. A pesquisadora possui graduação no curso de Ciências Biológicas e atua na Educação Básica desde 2007. Atuou por várias redes de ensino da região metropolitana de Belo Horizonte e atua nessa escola e na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte desde 2018. Considera que as experiências vividas em escolas da periferia fez com que refletisse sobre o papel da educação na vida dos jovens, concluindo ser essencial uma educação que contemple aspectos sociais e que construa significados com a realidade dos estudantes. Acredita que uma educação antirracista é possível e urgente e nesse processo de busca por referências por uma educação antirracista considera o contato com autoras como Luana Tolentino e Bell Hooks fundamentais para sua sensibilização ao tema.

⁴ Neste nível, os estudantes estão até meio desvio-padrão acima da média nacional do Inse. Considerando a maioria dos estudantes, a mãe/responsável tem o ensino médio completo ou ensino superior completo, o pai/responsável tem do ensino fundamental completo até o ensino superior completo. A maioria possui uma geladeira, um ou dois quartos, um banheiro, wi-fi, máquina de lavar roupas, freezer, um carro, garagem, forno de micro-ondas. Parte dos estudantes deste nível passa a ter também dois banheiros.

Fonte: INSE 2021.

⁵ O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). Fonte: <<https://qedu.org.br/escola/31294659-escola-municipal-professor-hilton-rocha/ideb>> (acesso em 24/09/2023).

A escolha por realizar a pesquisa com turmas de 7º anos do Ensino Fundamental se deu pelo fato de os temas com os quais buscamos dialogar estarem presentes nas habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propostos para esse ano, que trazem como objetos de conhecimento: diversidade de ecossistemas, fenômenos naturais e impactos ambientais, programas e indicadores de saúde pública.

Utilizando-se como ponto de partida as habilidades apontadas pela BNCC para o 7º ano do Ensino Fundamental, torna-se evidente que a abordagem da perspectiva indígena sobre pertencimento e ecologia é de grande legitimidade e se justifica, uma vez que suas visões de mundo e dialogicidade com as mais diversas estruturas do universo, contestando as normas de produção e consumo das sociedades atuais servem de reflexão para construção de uma consciência mais incorporada com o planeta e a natureza. Dessa forma, poderão ser discutidas, a partir da perspectiva indígena, habilidades da BNCC (BRASIL, 2018, p.347) como:

- (EF09CI12) Justificar a importância das unidades de conservação para a preservação da biodiversidade e do patrimônio nacional, considerando os diferentes tipos de unidades (parques, reservas e florestas nacionais), as populações humanas e as atividades a eles relacionados.
- (EF07CI08) Avaliar como os impactos provocados por catástrofes naturais ou mudanças nos componentes físicos, biológicos ou sociais de um ecossistema afetam suas populações, podendo ameaçar ou provocar a extinção de espécies, alteração de hábitos, migração etc.
- (EF09CI13) Propor iniciativas individuais e coletivas para a solução de problemas ambientais da cidade ou da comunidade, com base na análise de ações de consumo consciente e de sustentabilidade bem-sucedidas.
- (EF08CI16) Discutir iniciativas que contribuam para restabelecer o equilíbrio ambiental a partir da identificação de alterações climáticas regionais e globais provocadas pela intervenção humana.

A intenção é trabalhar tais conteúdos sob a perspectiva de autores indígenas diversos é mostrar a vivência desses povos e o vínculo que possuem com o planeta. Sobre esse ponto, Krenak aponta que:

“Não consigo nos imaginar separados da natureza. A gente pode até se distinguir dela na cabeça, mas não como organismo. A possibilidade de sobrevivermos com esse corpo em Marte ou em qualquer outro planeta vai depender de um aparato tão complexo que será mais fácil arrumarmos máscaras e respiradores e continuarmos aqui. Essas tecnologias que a gente utiliza hoje tem uma boa dose de ilusão. São como um troféu que a ciência e o conhecimento nos deram para justificar o rastro que deixamos na Terra.” (KRENAK, 2020 p. 58).

E ainda:

“Precisamos nos reconciliar com esse organismo vivo do planeta, a terra, porque, se não nos reconciliarmos com ele, se continuarmos fincando as garras no corpo da terra, ela ainda vai nos cuspir daqui, porque ela é viva, a terra não é burra, diferentemente dos caras que passeiam em Dubai, ela não é burra e vai enjoar de nós, vai dizer: ‘Chega! Chega de um verme estúpido, esse homo sapiens’” (KRENAK, 2021 p. 219)

O propósito é de relacionar os conhecimentos e as vivências das populações indígenas sobre meio ambiente e suas formas de se relacionar com a natureza que não colocam o equilíbrio ecológico em risco com estratégias e propostas para uma sociedade mais justa construídas na Carta da Terra.

“A missão da Iniciativa da Carta da Terra é promover a transição para formas sustentáveis de vida e de uma sociedade global fundamentada em um modelo de ética compartilhada, que inclui o respeito e o cuidado pela comunidade da vida, a integridade ecológica, a democracia e uma cultura de paz.

Em 1987 a Comissão das ONU para o Meio Ambiente e Desenvolvimento recomendou a redação de um documento inédito sobre o desenvolvimento sustentável com o objetivo de ajudar a construir no século 21 uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. Mas foi somente em 1992, em um evento paralelo da cúpula da Terra Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, que a primeira versão da Carta da Terra foi elaborada. Após uma ampla discussão da minuta inicial em todos os continentes por milhares de pessoas durante mais de oito anos, a Carta da Terra foi lançada no ano 2000 no Palácio da Paz em Haia, capital da Holanda” (CARTA DA TERRA)⁶.

Dessa forma, a (re)construção de noções de ecologia e sustentabilidade que dialoguem com as necessidades das mais diversas formas de vida e não apenas às humanas, que respeite a natureza e seus limites, perpassam pela recuperação da memória ancestral de pertencimento ao planeta e que dialoguem com iniciativas da sociedade.

⁶ Disponível em: <<http://www.cartadaterrabrasil.com.br/prt/iniciativa-carta-da-terra.html>>. Acesso em 10/10/2023.

4. OBJETIVOS

Geral:

Avaliar as contribuições de uma abordagem da temática ambiental na perspectiva étnica e indígena no cenário escolar, em consonância com a lei 11.645, em especial no ensino de Ciências.

Os objetivos específicos incluem:

- Conhecer trabalhos de autores indígenas, histórias, conhecimentos, costumes e contribuições na construção da sociedade brasileira;
- Examinar os Percursos Acadêmicos⁷ de estudantes indígenas do curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) do ano de 2019 quanto a presença de elementos que dialoguem com a “Carta da Terra”, principalmente no que se refere aos princípios I (Respeito à Terra e a vida em toda sua diversidade);
- Desenvolver uma proposta de ensino sobre a temática ambiental e povos indígenas que oportunize o desenvolvimento de habilidades propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e inclua a abordagem de aspectos contemplados na Carta da Terra e na Lei 11.645.
- Avaliar a partir da Análise Textual Discursiva (ATD), as contribuições da proposta de ensino para o desenvolvimento de compreensões fundamentadas nas relações de pertencimento e respeito à natureza, aos povos indígenas, seres vivos e ao planeta.
- Organizar a sequência de ensino desenvolvida como um recurso educacional voltado para professores/as que se interessem em trabalhar a temática ambiental na perspectiva étnica e indígena no cenário escolar.

⁷ Os Percursos Acadêmicos são Trabalhos de Conclusão de Curso dos estudantes do curso de Formação Intercultural para Educadores indígenas (FIEI) oferecido pela Faculdade de Educação (FaE) da UFMG. Os trabalhos estão disponíveis no site da biblioteca da Fae “Professora Alaíde Lisboa de Oliveira”. De 2013 a 2015 a biblioteca possui somente as referências bibliográficas. A partir do ano de 2016 os trabalhos estão disponíveis com texto completo. Disponível em: <https://www.biblio.fae.ufmg.br/monografias/monografias_index.htm> (acesso em 19/09/2023).

5. PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa foi organizada em três momentos distintos: no primeiro momento foi realizada a leitura dos Percursos Acadêmicos dos estudantes indígenas e catalogação desses trabalhos utilizando como critério a presença de diálogos e correlações com os quatro subprincípios do primeiro princípio da Carta da Terra. No segundo momento, a elaboração de uma sequência de ensino a ser desenvolvida com turmas do 7º ano do Ensino Fundamental e, por último, o desenvolvimento da sequência e a análise dos resultados. Após a conclusão da investigação, a proposta de sequência de ensino será organizada como um recurso educacional em forma de roteiro voltado para professores/as que se interessem em trabalhar a temática ambiental na perspectiva étnica e indígena no cenário escolar.

5.1 Primeiro momento

A leitura dos trabalhos de conclusão de curso e percursos acadêmicos elaborados pelos alunos da Formação Intercultural de Educadores Indígenas (FIEI) da UFMG, e disponibilizados na Biblioteca da Faculdade de Educação - Professora Alaíde Lisboa de Oliveira da UFMG, buscou ressaltar diálogos e conexões com a Carta da Terra.

O Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas funciona na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais desde 2009 e tem como objetivo formar e habilitar professores indígenas, em caráter de licenciatura plena, com enfoque intercultural para lecionar nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, com quatro áreas de habilitação: Línguas, Artes e Literaturas; Matemática; Ciências da Vida e da Natureza; e Ciências Sociais e Humanidades. A contextualização do processo de formação tem como referência a realidade dos povos indígenas, em especial a realidade da educação escolar indígena no país, tanto no que se refere às políticas públicas vigentes como aos diversos processos de implantação das escolas indígenas específicas, interculturais e bilíngues (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS).⁸

O FIEI tem duração de quatro anos e intercala momentos em que os estudantes estão presentes na Universidade, tendo aulas dentro da academia e outro momento em que estão dentro de suas

⁸ Fonte: <<https://fiei.fae.ufmg.br/o-curso/>>. Acesso em 10/11/2023.

comunidades, desenvolvendo trabalhos de pesquisa e intervenção. Desse trabalho de pesquisa e intervenção elaborado nos quatro anos de curso, fruto da relação de conhecimentos construídos dentro das comunidades indígenas e da Universidade ao longo do curso, se constrói um Percorso Curricular que visa dialogar com a realidade da comunidade e com a Universidade. O Percorso Acadêmico pode ser comparado com um Trabalho de Conclusão de Curso, pois trata-se de uma etapa onde o estudante precisa apresentar um trabalho final onde relaciona os conhecimentos estudados na Universidade com sua própria demanda e realidade.

A Carta da Terra é um documento que foi construído por múltiplas iniciativas e lideranças no intuito de construir formas de vida mais sustentáveis e promover uma sociedade mais justa do ponto de vista social, democrático, econômico e ambiental. Ela indica propostas e princípios para que, a partir da conscientização das pessoas, se construa uma perspectiva onde cada indivíduo possa contribuir, dentro de suas possibilidades, para construção dessa sociedade.

A Carta da Terra pressupõe um movimento de

“milhões de pessoas que, usando a Carta da Terra como visão de um futuro melhor para todos, passam a agir, trabalhar e viver de modo a contribuir para a realização dessa visão. É a professora que muda o jeito de dar aulas em função da visão da Carta da Terra. É o presidente da empresa que passa a decidir de forma diferente depois de conhecer a Carta da Terra. É o artista que passa a criar suas obras em novo nível de consciência guiado pela Carta da Terra” (CARTA DA TERRA)⁹.

A Carta da Terra não aponta soluções pré estabelecidas para resolver os problemas do planeta, nem tão pouco apresenta representantes ou secretarias para dirigir o movimento dentro das comunidades. Esse movimento é construído pela própria população no sentido de enxergar os problemas da localidade e desenvolver propostas sustentáveis para elas.

“É por isso que não há um “representante oficial” da Carta da Terra em cada país. Há milhares. Não há um coordenador da Carta da Terra em uma dada região. Há milhares. Os próprios princípios da Carta da Terra e os direcionadores divulgados pela Iniciativa é que asseguram uma coordenação natural de ações” (CARTA DA TERRA).

Dada essa liberdade nas ações, há uma multiplicidade de ferramentas que podem ser elaboradas e utilizadas na busca de soluções dos problemas da comunidade e para se construir uma sociedade mais sustentável e justa. Dessa forma, buscou-se identificar nas vivências apresentadas pelos estudantes

⁹ Disponível em: <<http://www.cartadaterrabrasil.com.br/prt/iniciativa-carta-da-terra.html>>. Acesso em 19/09/2023.

indígenas do FIEI em seus Percursos Acadêmicos e de autores indígenas de etnias diversas como as propostas apresentadas pela Carta da Terra já são experienciadas por esses povos.

A Carta da Terra apresenta quatro princípios diferentes, para cada um, quatro subprincípios e para cada um deles, direcionamentos para sua efetivação. Não há lista de tarefas nem indicação de atividades, mas orientações para desenvolvimento de uma sociedade sustentável. Esse trabalho focou no Princípio I da Carta da Terra: respeitar e cuidar da comunidade da vida. A escolha se deve pelo fato desse princípio ser uma síntese dos outros três princípios e por apresentar de forma resumida as suas propostas.

Os Percursos Acadêmicos dos estudantes do FIEI utilizados nesta pesquisa foram os da turma da habilitação na área de Ciências da Vida e da Natureza que finalizou o curso no ano de 2019. Apesar dos trabalhos de percurso dos estudantes do FIEI serem catalogados desde o ano de 2013, a escolha por essa turma e habilitação se deu por esperarmos que a temática ambiental fosse abordada de maneira mais frequente e com maior diálogo com os princípios da Carta da Terra. Além disso, os trabalhos desses estudantes estão disponíveis na plataforma digital da biblioteca da Faculdade de Educação (FaE) - Professora Alaíde Lisboa de Oliveira.

Os trabalhos foram lidos e categorizados conforme sua dialogicidade com o princípio I da Carta da Terra e seus subprincípios. Os textos e trabalhos utilizados na pesquisa foram ordenados segundo a metodologia da Análise Textual Discursiva, seguindo os focos que a constituem. Dessa forma, no primeiro momento as obras e percursos categorizadas e catalogados “fragmentando-os no sentido de produzir unidades constituintes, enunciados referentes aos fenômenos estudados” (GALIAZZI, 2016 p.33). Em seguida, estabeleceu-se relações entre os Percursos Curriculares do FIEI, trabalhos de outros autores indígenas e o princípio I (Respeito à Terra e a vida em toda sua diversidade) da Carta da Terra e seus subprincípios. “Uma vez construídas as categorias, estabelecem-se pontes entre elas, investigam-se possíveis sequências em que poderiam ser organizadas, sempre no sentido de expressar com maior clareza as intuições e compreensões atingidas” (GALIAZZI, 2016 p. 54). A partir dessas subcategorias e suas análises estruturou-se metatextos que formaram a base para a elaboração e legitimação da dissertação principal. A produção de metatextos configura “mais do que um exercício de expor algo já perfeitamente

dominado e compreendido, é uma oportunidade de aprender” (GALIAZZI, 2016 p.56). Uma reflexão profunda sobre os conhecimentos dos povos indígenas, suas formas de ser, viver e entender o mundo e como esses saberes podem impactar o ensino de Ciências. Essa primeira parte do trabalho serviu como base e orientação para construção da proposta de ensino da pesquisa, que foi feita no segundo momento.

A análise dos trabalhos de percursos dos estudantes do FIEI se deu com base na dialogicidade com categorias previamente definidas: os quatro subprincípios do Princípio I da Carta da Terra e como essas temáticas foram abordadas em seus textos. Dessa forma, os trabalhos foram organizados de acordo com suas conexões entre as atividades das comunidades apresentadas pelos estudantes e as propostas da Carta da Terra, conforme descritos abaixo.

Princípio 1: Respeitar e cuidar da comunidade da vida

1. Respeitar a Terra e a vida em toda a sua biodiversidade: atividades que busquem cuidar das formas da vida independentemente de sua utilidade para o ser humano; cuidar do ser humano em seu aspecto social, cultural, religioso, intelectual e artístico independente de sua origem.
2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor: cuidar das estruturas do planeta e assegurar o direito das pessoas de usar os recursos naturais com a responsabilidade de assegurar sua recuperação e o sustento de todos.
3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas: garantir o direito das pessoas, sua promoção e realização pessoal e intelectual e a participação de todos no convívio social, político e econômico de forma sustentável e responsável.
4. Assegurar a generosidade e a beleza da Terra para as atuais e futuras gerações: garantir que as pessoas tenham acesso a recursos para seu sustento sem colocar em risco a recuperação dos ambientes naturais e de outras espécies (CARTA DA TERRA).

Inicialmente, os Percursos Acadêmicos foram organizados de acordo com a preponderância de temas apontados pelas quatro propostas do princípio I apresentada pela “Carta da Terra” e identificada pelas autoras. Essa classificação foi fundamental para estabelecer unidades de trabalho e relacionar os temas propostos. A produção do quadro orientou a construção da análise textual discursiva a partir das possibilidades de interações entre a cultura e as vivências das comunidades indígenas e como elas desenvolvem as propostas sugeridas pela Carta da Terra. Ele relaciona os subprincípios presentes na “Carta da Terra” com os Percursos Acadêmicos selecionados para essa pesquisa e utilizados para a construção da análise textual discursiva.

Vale ressaltar que a organização do quadro não tem o objetivo de analisar os Percursos Acadêmicos apresentados pelos estudantes do FIEI, mas de ser um quadro metodológico que orienta a construção de unidades constituintes para a elaboração do metatexto. Nesse sentido, o quadro apresenta em que unidades os Percursos Acadêmicos foram utilizados.

Quadro 2: Organização dos Percursos Acadêmicos

Autor (a)	Título do Trabalho	Etnia	Princípio I: Respeitar e cuidar da comunidade da vida			
			Respeitar a Terra, a vida e sua diversidade	Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor	Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.	Assegurar a generosidade e a beleza da Terra para as atuais e às futuras gerações.
Ademário Braz Ferreira e Jeivaldo Silva Santos	Educação ambiental e sustentabilidade na área escolar da aldeia Pataxó de Coroa Vermelha	Pataxó	x	x	x	x
Alessandro Karaí Mirim	Kiringue Rexain Rã para saúde das crianças Guarani Mbyá	Guarani		x		x
Akanawan Baenã Txôipehinã Hãhãhãe Txitxiáh Reginaldo Ramos dos Santos	"Kuín Kahab Mikahab - quero comer, quero viver": o povo Pataxó Hãhãhãe e a luta por sua língua Hãhãhãe e a luta por sua língua	Pataxó	x			

Autor (a)	Título do Trabalho	Etnia	Princípio I: Respeitar e cuidar da comunidade da vida			
			Respeitar a Terra, a vida e sua diversidade	Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor	Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.	Assegurar a generosidade e a beleza da Terra para as atuais e às futuras gerações.
Beatriz Dias Gonçalves	Plantio de horta na Aldeia Imbaúba como meio de sobrevivência visando a prática nas escolas	Xakriabá				x
Camila Alves Vieira	Impactos da monocultura do eucalipto sobre o ambiente no território Barra Velha na visão do povo Pataxó	Pataxó	x		x	
Carolaine dos Santos Alves	A chegada da energia elétrica e as mudanças nos hábitos alimentares do povo Pataxó da aldeia de Barra Velha - BA	Pataxó		x		
Cosme Braz dos Santos Filho	Os saberes dos Pataxó de Barra Velha sobre o mar	Pataxó	x	x		

Autor (a)	Título do Trabalho	Etnia	Princípio I: Respeitar e cuidar da comunidade da vida			
			Respeitar a Terra, a vida e sua diversidade	Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor	Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.	Assegurar a generosidade e a beleza da Terra para as atuais e às futuras gerações.
Erick Correa de Alkimim e Marilene de Oliveira Santos	Casa de cultura Xakriabá: lugar de conhecimento cultura, memórias e histórias	Xakriabá	x		x	x
Edineia Moreira Silva e Janaina Nunes da Mota	Artesanatos Xakriabá: sustentabilidade, conhecimentos e desafios	Xakriabá	x		x	x
Gilzimar Santos Silva	A física aplicada nas modalidades esportivas indígenas Pataxó	Pataxó	x		x	
José Aparecido Ribeiro	Pecuária: histórico e reflexões sobre os impactos gerados pela atividade no Território Indígena Xakriabá, Minas Gerais - Brasil	Xakriabá	x	x	x	

Autor (a)	Título do Trabalho	Etnia	Princípio I: Respeitar e cuidar da comunidade da vida			
			Respeitar a Terra, a vida e sua diversidade	Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor	Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.	Assegurar a generosidade e a beleza da Terra para as atuais e às futuras gerações.
Laura Caetana dos Santos	Extrativismo, agricultura e construção: a diversidade de solos da Aldeia da Prata (Território Indígena Xakriabá, Minas Gerais)	Xakriabá		x	x	x
Laurisaura da Mota Ribeiro	O milho nas vidas e lutas do povo Xakriabá	Xakriabá	x		x	
Lindaura Goes de Araújo	As plantas medicinais de Aldeia da Prata no território Xakriabá: resgatando e valorizando os conhecimentos tradicionais	Xakriabá	x	x	x	
Mailson Alves de Barros	A relação da comunidade Xakriabá com o córrego Riacho do	Xakriabá	x	x		

Autor (a)	Título do Trabalho	Etnia	Princípio I: Respeitar e cuidar da comunidade da vida			
			Respeitar a Terra, a vida e sua diversidade	Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor	Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.	Assegurar a generosidade e a beleza da Terra para as atuais e às futuras gerações.
	Brejo					
Maria São Pedro Santos de Souza	A História da Escola Indígena Pataxó Mata Medonha	Pataxó	x			
Marilsa Lopo de Oliveira	As transformações do ambiente no território indígena Xakriabá: os impactos causados na fauna e na flora	Xakriabá	x	x		x
Raíres Alves Braz	Jogos familiares Pataxó da aldeia Muã Mimatxi em Itapeçerica - MG	Pataxó	x	x	x	
Sara Santos Moraes	Parto tradicional do povo Pataxó Hã Hã Hãe	Pataxó Hãhãhãe	x		x	
Tamikuã Pataxó (Tânia Alves Maciel)	Práticas de sustentabilidade e possíveis relações com a escola	Pataxó		x	x	x

Autor (a)	Título do Trabalho	Etnia	Princípio I: Respeitar e cuidar da comunidade da vida			
			Respeitar a Terra, a vida e sua diversidade	Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor	Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.	Assegurar a generosidade e a beleza da Terra para as atuais e às futuras gerações.
Txaywã Pataxó (Antonildo Silva de Lira)	Jogos indígenas infantojuvenil Pataxó: um método de ensino em Aldeia Velha	Pataxó	x		x	
Vânia Santos Meira	Kanã miãga (minha água): estratégias de sobrevivência sob um olhar pedagógico	Pataxó	x	x		
Wagner dos Santos Meira	A utilidade das plantas medicinais para o povo Pataxó de Aldeia Velha	Pataxó	x	x		x
Werymehe Alves Braz	Tehey de pescaria de conhecimento	Pataxó	x	x	x	x

Segundo a página eletrônica da Biblioteca Alaíde Lisboa de Oliveira (UFMG), foram apresentados 28 trabalhos de conclusão de curso do FIEI no ano de 2019, sendo que três deles não estão disponíveis em sua plataforma digital. Dos 25 trabalhos disponíveis, em todos foram identificadas alguma conexão com os subprincípios apresentados na “Carta da Terra”.

Além dos Percursos Acadêmicos dos estudantes do FIEI também foram acessadas falas e pensamentos de autores indígenas já consagrados em meio literário e acadêmico buscando não só corroborar as falas dos estudantes, como também representar outras populações indígenas e suas concepções.

5.2. Segundo momento

Com a compreensão das possibilidades proporcionadas pelas percepções de natureza de povos indígenas, iniciou-se a segunda parte da pesquisa, a construção de uma sequência de ensino. A sequência de ensino foi desenvolvida tendo como base a análise textual do primeiro momento da pesquisa, buscando relacionar os conhecimentos e atividades trazidas pelos estudantes indígenas, a Carta da Terra e as possibilidades de contribuírem para a construção de uma sociedade mais justa. Com isso, demonstra a disposição de retratar a cultura indígena como possuidora de conhecimentos e tradições que convergem com aspectos da Ciência Convencional e que atendem as demandas de construção de um novo olhar sobre o planeta e os recursos. Não se trata de construir uma resposta pronta a partir da concepção desses povos, mas mostrar que os conhecimentos que possuem podem dialogar com a Ciência e cultura ocidental no sentido de produzir novos significados.

O podcast “Ciência Suja” (Ep. 1, T. 4, 2023), analisa que:

“Um dos benefícios de valorizar o conhecimento de povos originários é o de ver o mundo não como um amontoado de objetos. Para um indígena, uma árvore não é só uma coisa a ser cortada ou estudada, mas um ser vivo, com vontade, história, família, como parte de um ecossistema complexo.[...] A ciência tradicional não precisa embarcar na ideia de que a árvore tem “vontade” ou “espírito”, nada disso. [...] Mas essa visão ampla do mundo dos indígenas pode ajudar a dar um passo pra trás e ver se, por exemplo, a gente está sendo ético ou se está passando por cima de um monte de gente “em nome da ciência”.

Nessa perspectiva, “Não visamos à mudança imediata da ação instituída, pois a mudança é consequência da produção de uma outra relação entre teoria e prática, assim como entre sujeito e objeto” (ROCHA, 2003). No entanto, espera-se “plantar” a ideia de que outros modos de viver e existir são possíveis.

O segundo momento visa produzir um material pedagógico destinado a professores de Ciências dos anos finais do Ensino Fundamental buscando contemplar diferentes formas de reconhecer e estar no mundo. A intenção é que esse material apresente as estruturas da Terra de maneira integral, questionando valores ditos ocidentais e difundindo pontos de vista diferentes dessa abordagem, no propósito de interpretar as relações entre diferentes estruturas da Terra e os seres vivos, descobrindo maneiras sustentáveis de convívio com o planeta. A construção desse trabalho se baseou nos diálogos construídos entre autores indígenas presentes na literatura, estudantes do FIEI e os princípios da Carta da Terra e que podem ser utilizados na abordagem dos mais variados assuntos contribuindo para implantação de uma educação intercultural, capaz de fornecer elementos que participam da promoção e emancipação dos sujeitos frente a imposição da hegemonia europeia.

Dessa forma, a proposta de material didático conta com materiais produzidos por autores indígenas que apresentam uma visão integrada das estruturas do planeta e com Percursos Acadêmicos construídos por estudantes do FIEI e que apontam que uma concepção de viver diferente daquela ostentada pelo capital neoliberal é possível. Aqui não se trata de tratar o conteúdo formal da disciplina de Ciências da Natureza com desprezo ou negligenciá-lo, é, antes de tudo, se basear no programa disciplinar, mas apresentando-o sob enfoques variados, em uma perspectiva intercultural.

O quadro a seguir mostra de maneira simplificada os objetivos das atividades desenvolvidas na sequência de ensino.

Quadro 3: Resumo das atividades da sequência de ensino

Atividade	Objetivos
1. “Índio” pode ser assim?	<ul style="list-style-type: none"> ● Identificar os diferentes povos indígenas do Brasil e suas diferentes culturas e localidades; ● Identificar os desafios que os povos indígenas no Brasil atual;

Atividade	Objetivos
	<ul style="list-style-type: none"> ● Reconhecer que os povos indígenas podem ocupar diferentes ambientes, lugares e atividades; ● Reconhecer a importância dos povos indígenas para proteção e recuperação ambiental do planeta.
2. “Índio” eu não sou	<ul style="list-style-type: none"> ● Analisar os impactos do processo de colonização do território brasileiro para os diferentes povos indígenas que habitavam o território.
3. O papel dos territórios indígenas na preservação ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> ● Identificar as causas e consequências do desmatamento no Brasil; ● Identificar como as populações indígenas contribuem para a preservação dos biomas.
4. Uma outra forma de viver é possível?	<ul style="list-style-type: none"> ● Reconhecer os desafios dos ambientais do século XXI; ● Reconhecer a importância dos povos indígenas para proteção e recuperação ambiental do planeta.
5. Construindo uma nova realidade	<ul style="list-style-type: none"> ● Conhecer medidas adotadas para solucionar ou reduzir a crise ambiental atual.
6. O que os povos indígenas têm a ensinar?	<ul style="list-style-type: none"> ● Identificar diferentes culturas e saberes e reconhecer sua importância para construção de uma sociedade mais justa; ● Identificar propostas para construção de uma sociedade mais justa social, econômica e ambientalmente.

A partir da construção e desenvolvimento da sequência de ensino na turma, inicia-se a análise de como os estudantes desenvolveram as atividades, suas reações, discussões e conclusões estabelecendo relações com a proposta de ensino.

5.3. Terceiro momento

A metodologia de desenvolvimento da sequência de ensino se guiou em torno da pesquisa-intervenção, na qual o “pesquisador está presente no processo da investigação e que, por estar incluído no campo, sua ação (entrevistas, questionários, dinâmicas, análises de dados e devolução das informações obtidas) modifica o objeto estudado” (ROCHA, 2003). Essa metodologia “se traduz em um método potencializador na organização de espaços de participação coletiva” (ROCHA, 2003).

A análise dos dados obtidos em campo também foi feita sob a perspectiva da Análise Textual Discursiva, com o exame das falas, atitudes e comportamentos dos estudantes no sentido de subdividi-los em unidades relacionadas com o tema do trabalho, estabelecer relações entre elas e elaborar um produto que abrange a compreensão e interpretação das informações coletadas (metatexto).

Nessa fase, os tópicos da ATD não foram pré determinados, eles foram construídos a partir da inter-relação entre a professora e os estudantes, dos argumentos e produções construídos pelos envolvidos. A partir disso, buscou-se estabelecer vínculos entre os autores e estudantes indígenas e a Carta da Terra.

Na análise construída, os nomes dos estudantes foram modificados com o objetivo de reforçar o anonimato dos participantes. Os nomes foram escolhidos aleatoriamente e não tem nenhuma ligação com a identidade real dos estudantes. Algumas falas sofreram pequenas alterações para atender à norma padrão de escrita com o estrito fim de facilitar o entendimento, sem alterar o conteúdo ou sentido.

O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado no Conselho de Ética em Pesquisa da UFMG (de acordo com a Resolução 346/2005 do Conselho Nacional de Saúde – CNS). Dessa forma, a

pesquisa procurou seguir os princípios éticos indicados no Capítulo II da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

A coleta de dados se deu por meio de gravações de áudio, fotos, produções textuais e artísticas, entrevistas dos estudantes durante as atividades realizadas, autorizadas por Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido do estudante nos moldes da UFMG, conforme Resolução 510/2016 do CNS, capítulo III. Todos os documentos serão mantidos em arquivos sem acesso à internet por cinco anos, garantindo o anonimato dos participantes da pesquisa.

6. RESULTADOS

Como essa pesquisa se deu em três momentos diferentes: a análise dos Percursos Acadêmicos dos estudantes do FIEI e de autores indígenas, a construção de uma sequência de ensino e a análise da sequência de ensino, eles serão apresentados nos tópicos seguintes de forma separada. Não por representarem aspectos isolados ou conflitantes. Durante toda a pesquisa, buscou-se conectar e relacionar as diferentes fases dessa pesquisa. No entanto, decidiu-se por essa organização por facilitar a leitura e o entendimento da sequência de construção desse estudo.

6.1 Análise dos Percursos Acadêmicos

Portanto, nesse tópico serão apresentados os metatextos produzidos a partir da análise dos Percursos Acadêmicos apresentados pelos estudantes do FIEI e de autores indígenas e como eles se relacionam com o primeiro princípio da Carta da Terra. O primeiro Princípio proposto pela Carta da Terra - Respeitar e Cuidar da comunidade da Vida - apresenta quatro compromissos que se dedicam a proteção de todas as formas de vida que habitam o planeta, inclusive a vida dos seres humanos e a continuidade de comunidades tradicionais que propõem uma forma de existir diferente daquela apresentada pelas sociedades ocidentais. A proteção dos seres vivos e das comunidades não é apenas assegurar a existência da vida, mas assegurar um ambiente saudável, a

garantia de sua cultura e espiritualidade, o comprometimento com o bem-estar de todos. Esse processo de cuidado com a vida envolve desenvolver estratégias para produzir condições para uma vida segura do ponto de vista social, ambiental, econômico e democrático, respeitando não só a vida humana, como todos os seres vivos da Terra.

Os tópicos 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 apresentam os metatextos produzidos nessa pesquisa e expõem como as propostas do primeiro princípio da Carta da Terra são experienciadas pelas comunidades indígenas representadas. Cada um desses tópicos têm o mesmo título dos subprincípios da Carta da Terra. A partir dos relatos dos estudantes do FIEI e autores indígenas, estabelecem pontes e relações entre as atividades que esses povos já realizam e que conversam com as propostas da Carta da Terra para a formação de uma nova perspectiva de sociedade.

6.1.1 Respeitar a Terra e a vida em toda a sua biodiversidade

O primeiro subprincípio da Carta da Terra ressalta a importância de preservar todas as formas de vida do planeta e sua própria estrutura, independentemente de sua utilidade para os seres humanos. Os seres vivos interagem entre si e com o próprio planeta para criar condições de sobrevivência. A humanidade não pode viver isolada como uma espécie diferente e separada do planeta e da natureza. Além disso, é preciso respeitar diferentes povos e culturas humanas, admitindo as diferentes possibilidades de existir no mundo.

É impossível a humanidade sobreviver sozinha no planeta, tampouco priorizando algumas poucas espécies de seres vivos com interesse exploratório da sociedade. É preciso todo um ecossistema que interliga vida e planeta para sustentar as existências, inclusive a própria vida dos seres humanos, que também está diretamente ligada ao planeta e a essa teia que interliga todos os seres vivos. Nesse entendimento, não há seres vivos dispensáveis ou que tenham papel mais importante que outros. Todos eles devem ser igualmente respeitados por possuírem papel relevante no equilíbrio do planeta.

Célia Nunes Correia Xakriabá¹⁰ (2022 p. 24), ressalta essa ligação da humanidade com a natureza, afinal, “Quem disse que nós não estamos morrendo quando matam uma árvore? Quem disse que nós não estamos morrendo quando uma árvore é cortada pela motosserra?”

A sobrevivência dos seres humanos está conectada à sobrevivência de todos os seres vivos e também às estruturas do planeta Terra. A exploração predatória dos recursos, bem como a destruição de habitats, e extinção de espécies rompe com a teia que sustenta a vida e coloca toda a existência do planeta e dos seres vivos como conhecemos hoje em risco.

A noção simplista e utilitária dos seres vivos, da natureza e do planeta é ultrapassada, é necessário entender que a humanidade co habita o planeta com todos os seres vivos. As montanhas, os rios e todas as estruturas do planeta são consideradas sagradas e cheias de espiritualidade. São estruturas que fazem parte da história e dos modos de vida das pessoas e são elas que tornam possíveis suas sabedorias, fornecem o sustento e garantem a manifestação da cultura de muitos povos. O cuidado com o planeta é indispensável e conectado com a própria existência.

“É uma concepção na qual tudo está em harmonia com tudo, tudo está em tudo, e cada um é responsável por essa harmonia. É uma concepção que não exclui nada e não dá toda a importância a um único elemento, pois todos são passageiros de uma mesma realidade, são, portanto, iguais. No entanto, não se pode pensar que essa igualdade signifique uniformidade. Todos elementos são diferentes entre si, têm personalidade própria, uma identidade própria” (DANIEL MUNDURUKU, 2020 p. 110).

O povo Yanomami, por exemplo, que vive no extremo norte do Brasil, na divisa com a Venezuela, têm um vínculo muito profundo com a floresta amazônica. Eles sabem que a sobrevivência depende da floresta e que só podemos continuar existindo com a proteção de seu território.

A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirem, os rios vão desaparecer debaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar no calor. A terra ressecada ficará vazia e silenciosa. (...) Então morreremos, um atrás do outro, tanto os brancos quanto nós” (indígenas)¹¹ (DAVID KOPENAWA YANOMAMI, 2015, prólogo).

¹⁰ Optamos por apresentar os nomes completos dos autores indígenas e dos estudantes do FIEI para facilitar a identificação dos mesmos. Dado o grau de parentalidade nas aldeias indígenas, muitos dos sobrenomes iriam se repetir, podendo gerar dificuldade e confusão com os autores, além de muitos desses autores serem identificados pelo nome da própria etnia.

¹¹ Grifo nosso.

A natureza tem um valor inestimável, significa o sustento, a própria vida e tudo que existe, por isso é tão valiosa, por isso não há vida sem ela. Destruir a natureza é como um suicídio coletivo. “É a terra que nos faz comer e viver. (...) Por isso digo que o valor de nossa floresta é muito alto e pesado. Todas as mercadorias dos brancos jamais serão suficientes em troca de todas as suas árvores, frutos, animais e peixes” (DAVID KOPENAWA YANOMAMI e BRUCE ALBERT, 2015 p. 355). A relação com a natureza é a própria vida.

O povo Krenak, que vive em Minas Gerais, às margens do rio Doce tem uma relação muito intensa com o rio, mesmo depois do crime cometido por mineradoras que o contaminaram com lama e metais pesados. Na subjetividade desse povo, o rio é um avô, é “Watu”. “Nós cantamos para o “Watu”, nós enfiamos nossas crianças dentro dele para vacinar as crianças. Conversamos com ele, sonhamos com ele e ele nos manda sonhos de presente” (YOUSSEF CAMPOS e AILTON KRENAK, 2021, p. 52). Toda essa subjetividade mostra a proximidade e o respeito dos indígenas com a natureza e o quanto ela está ligada à vida da comunidade.

Esse vínculo com a natureza também é apresentado no trabalho de Célia Nunes Correia Xakriabá (2018):

“Nessa nossa relação com o mundo, que é com o ambiente inteiro e não apenas uma parte, não dá para criar uma relação impessoal ou sem espiritualidade, não dá para enxergar a natureza apenas como um bem a ser explorado, ou mesmo um lugar que produz alimento”.

É nessa relação intrínseca com o ambiente e nesse vínculo de interdependência do planeta e da vida que se dão as relações com a natureza. A exploração predatória não é uma opção para esses povos indígenas, uma vez que compreendem que não podem existir sem os recursos que a natureza lhes oferece, que sua existência enquanto povo estaria ameaçada com o extermínio de seu modo de vida.

Para os povos indígenas, conservar os recursos do território onde vivem é essencial para a sua vida. Se incorporar à natureza e construir a essência de pertencimento e mutualidade é ponto chave para uma relação de respeito com a natureza, vista não como fonte de matéria-prima a ser explorada, mas como mantenedora de suas necessidades. Há assim uma convicção de que é impossível sobreviver sozinho, ou priorizando poucas espécies com viés econômico, a

sobrevivência está ligada à manutenção de um sistema ecológico em que nenhum ser é dispensável.

“Se a floresta estivesse morta, nós também estaríamos, tanto quanto ela! Ao contrário, está bem viva. Os brancos talvez não ouçam seus lamentos, mas ela sente dor, como os humanos. Suas grandes árvores gemem quando caem e ela chora de sofrimento quando é queimada. Ela só morre quando todas as suas árvores são derrubadas e queimadas. Então restam apenas troncos calcinados, desmoronados sobre a terra ressecada. Não cresce nada ali, a não ser um pouco de capim” (DAVID KOPENAWA YANOMAMI e BRUCE ALBET, 2015 p. 468).

Pensando nessa relação de intimidade, dependência e reciprocidade com a natureza apontados por David Kopenawa Yanomami e Bruce Albert, a questão ambiental sempre foi uma preocupação dos povos indígenas, mesmo antes dos temas ambientais serem pautados pela mídia e pela comunidade científica. A conservação da natureza é estratégia de garantia do atendimento de suas necessidades mais básicas, a sobrevivência de seu modo de vida, sua cultura e do próprio povo.

Essa conduta de respeito e interdependência dos seres humanos com a natureza é uma referência para muitas etnias indígenas brasileiras e foram abordadas pelos estudantes do FIEI e em todas as etnias presentes.

O povo Guarani está espalhado em várias aldeias pelo Brasil. No caso dessa pesquisa, tratamos sobre o território Sapukaí, localizado na cidade de Angra dos Reis - RJ, onde vive um estudante indígena do FIEI. Segundo Martins, 2016, no

“século XX, os indígenas deixam de figurar no mapa da cidade e do Estado do Rio de Janeiro e na documentação oficial do Estado, reaparecendo na década de 1950, quando índios Guarani que migravam do Sul do Brasil, estabelecem aldeias em Angra e Paraty”.

“A aldeia Sapukai foi a primeira a ter sua área demarcada e reconhecida pelo Governo, tornando-se, então, referência para as outras aldeias do Estado. Atualmente, as três aldeias mais antigas possuem suas áreas homologadas como Terras Indígenas. A aldeia Sapukai é a maior aldeia do Rio de Janeiro, com 2.000 hectares de território e, segundo dados da própria comunidade, possui uma população de cerca de 450 pessoas” (MARTINS, 2016).

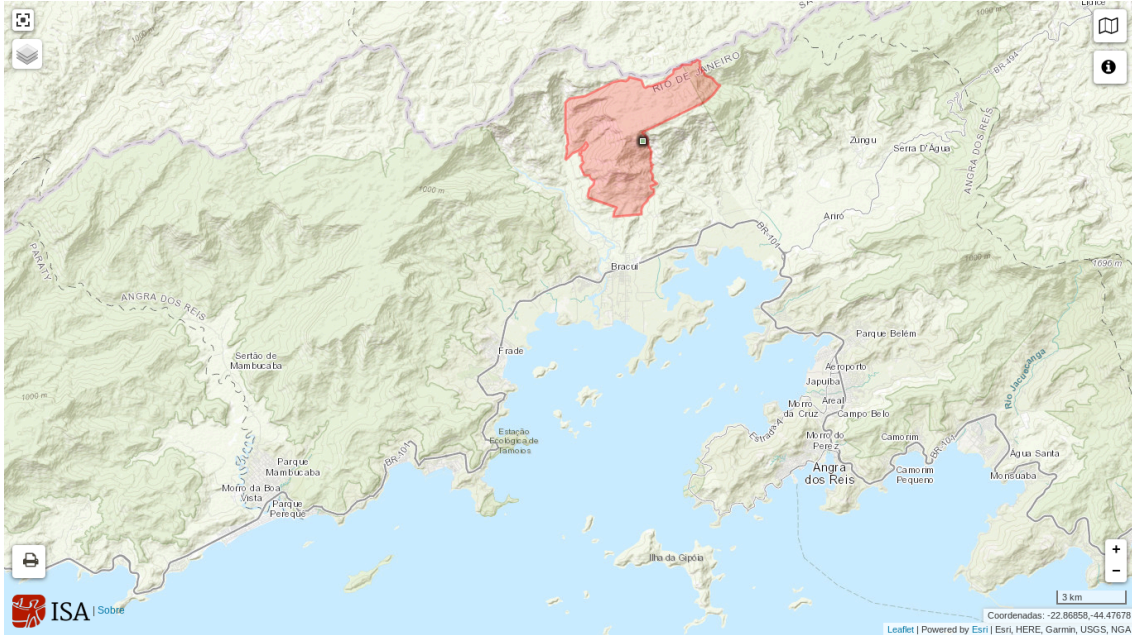


Figura 1: Mapa do Território Sapukai.

Fonte: Terras indígenas do Brasil. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/es/terras-indigenas/3676>>. Acesso em: 19/03/2024.

A conexão entre natureza, cultura e religiosidade é muito importante para o povo Guarani e se reflete diretamente em sua forma de viver e se relacionar com o território. É uma “realidade que coloca natureza e cultura como co integrados sem distinção ou separação crua dos elementos que compõe o todo e movidas pela ação criativa humana que configuram em seu existir” (MOUZER, 2011).

“Para os Guarani os astros, as plantas, os animais, todos os seres vivos têm uma história espiritual que os liga ao todo. A história espiritual de cada ser coloca as interligações ecológicas na esfera do sagrado. Tanto humanos como não-humanos são humanos, porque se originam da mesma matriz e constituem uma história de adaptação que não é separada da cultura e da tradição” (MOUZER, 2011).

Assim, a preservação da natureza e o respeito ao sagrado são fatores indissociáveis do viver Guarani, sendo que a proteção do ambiente configura um recurso não só para a própria sobrevivência, mas do seu modo de ser e existir e de suas crenças, sendo fundamental, para isso, a defesa de todo ecossistema onde vivem.

O povo Pataxó, cuja maior parte da população se concentra no litoral sul da Bahia, na região de Porto Seguro, foi o primeiro a ter contatos com portugueses e a sentir os impactos da destruição da natureza pela exploração humana e como isso prejudicaria sua forma de vida.

Os Pataxó vivem em diversas aldeias no extremo sul do Estado da Bahia e norte de Minas Gerais. Há evidências de que a aldeia de Barra Velha existe há quase dois séculos e meio, desde 1767. Em contato com os não índios desde o século XVI e muitas vezes obrigados a esconder seus costumes, os Pataxó hoje se esforçam para avivar sua língua *Patxohã* e rituais "dos antigos" como o *Awê*.

O número significativo de aldeias pataxós na atualidade se deve ao processo de retomada de parcelas do território tradicional das quais os índios foram esbulhados em distintos momentos históricos. Há também, mais recentemente, ocorrência de fracionamento de aldeias ou grupos, decorrentes, muito provavelmente, de uma relação desproporcional entre o número de pessoas e o montante de recursos ambientais disponíveis (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2021).

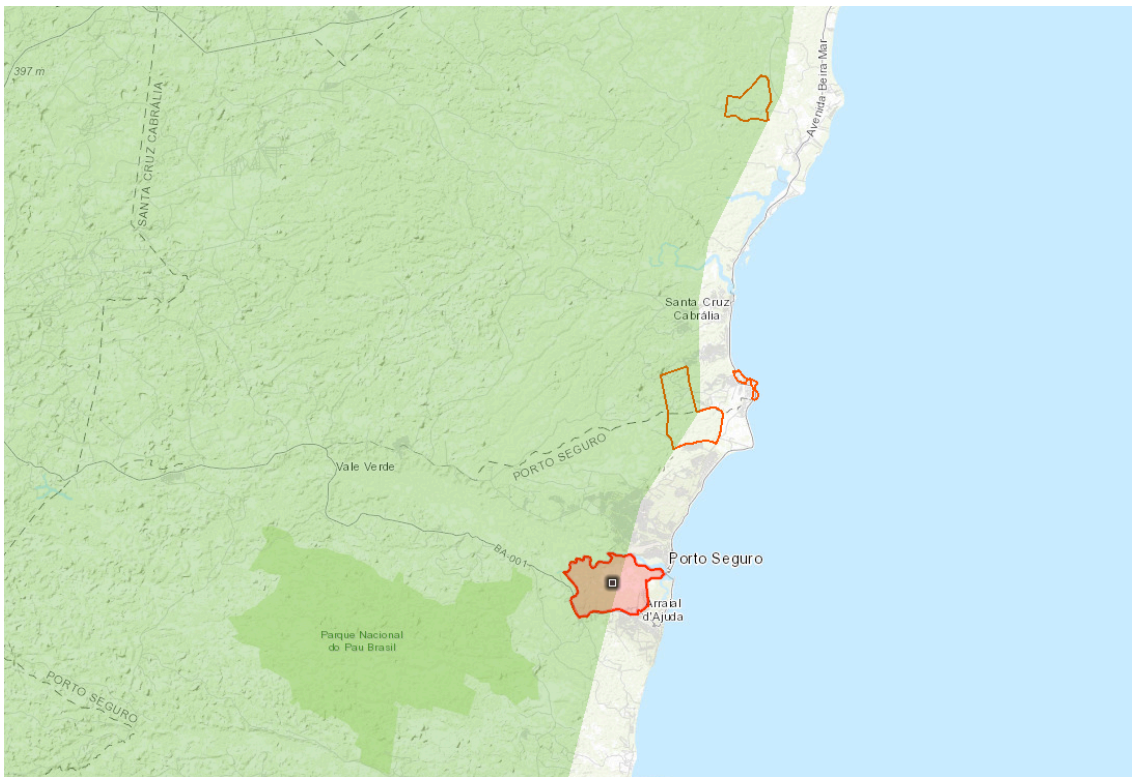


Figura 2: Mapa dos Territórios Pataxó do Sul da Bahia

Fonte: Terras indígenas do Brasil. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4132>> . Acesso em: 14/11/2023.

O povo Pataxó sabe que o intenso contato com a cultura ocidental modificou, nem sempre de forma consentida e positiva, sua cultura e costumes. Preservar o ambiente em que vivem todos os

seres vivos que os rodeiam é também uma forma de sobrevivência própria. Os Pataxó admitem que muitas transformações foram importantes no campo da saúde e educação, no entanto esse contato trouxe vários outros riscos, inclusive de destruição de sua cultura e modo de vida. Muitos foram os casos de perseguições e tentativas de extermínio, fazendo com que vários indígenas se “escondessem” nas cidades ou procurassem algum outro lugar para sobreviver.

O “Fogo de 51” é um triste capítulo da história do povo Pataxó, que lutando pela demarcação do território no sul da Bahia, que só foi homologada em 1991, sofreu uma emboscada e ataque pelas próprias instituições brasileiras e tiveram que fugir da aldeia para não serem mortos.

“Um olhar sobre estes acontecimentos é fundamental para compreender os desafios e dificuldades imensas que este grupo enfrentou também na dimensão cultural uma vez que tiveram que sair de seu território passando a conviver em cidades e depois de retomarem o seu local de origem e que tiveram que lutar para que seus hábitos e costumes tradicionais não ficassem no passado e voltassem à prática diária sendo fortalecidos a cada dia” (SARA SANTOS MORAES, 2019).

Nessa fuga, um grupo indígena veio para Minas Gerais e ocupou uma área da FUNAI na cidade de Itapecerica. Apesar de um ambiente diferente e de uma terra devastada, esses indígenas trabalharam para que pudessem ter uma aldeia onde seu modo de vida e sua cultura pudessem existir junto com outras formas de vida. Uma relação de respeito e colaboração, conforme conta Raíres Alves Brás (2019) sobre como seu povo passou por essa situação: “Resistiram junto com a terra porque encontraram um lugar onde podiam viver em paz com tudo e aqui acharam os parentes plantas, pois são muito sagrados para nós eles são também nossos protetores”.

Já o povo indígena Pataxó Hãhãhãe é o “resultado das misturas das várias famílias étnicas, sendo elas: Baenã, Hãhãhãe, Kamakã, Pataxó, Tupinambá, Kariri – Sapuyá, Guerén, Fulni-Ô, Mongoió e Guarani” (REGINALDO RAMOS DOS SANTOS, 2019).

Habitantes da região sul da Bahia, o histórico do contato desses grupos com os não-indígenas se caracterizou por expropriações, deslocamentos forçados, transmissão de doenças e assassinatos. A terra que lhes foi reservada pelo Estado em 1926 foi invadida e em grande parte convertida em fazendas particulares. Apenas a partir da década de 1980 teve início um lento e tortuoso processo de retomada dessas terras (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL)¹².

¹² Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Patax%C3%B3_H%C3%A3-H%C3%A3-H%C3%A3e#Hist.C3.B3ria.>. Acesso em 10/11/2023).

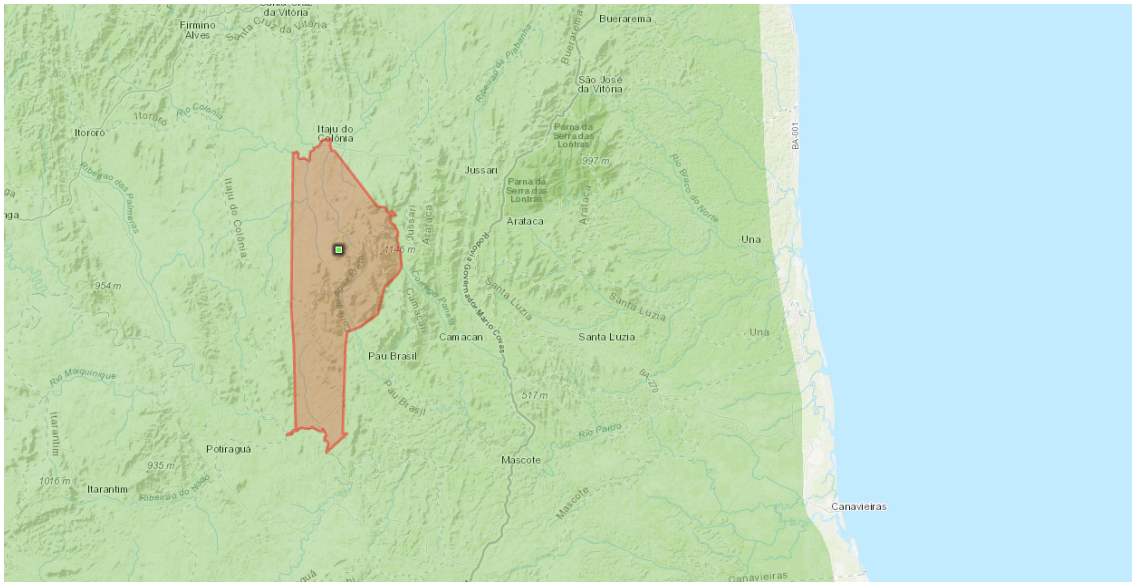


Figura 3: Mapa do Território Indígena Caramuru/Paraguassu

Fonte: Terras Indígenas do Brasil. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3791>>. Acesso em: 14/11/2023.

O estudante do FIEI Reginaldo Ramos dos Santos (2019), pertencente ao povo Pataxó Hãhãhãe conta um pouco como foi a história de retomada e união desses povos para reconstruir suas histórias e se tornarem um só povo.

Foi no ano de 1926, que o SPI decidiu criar uma reserva que recebeu o nome de Reserva Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu dentro do Estado da Bahia. Vários indígenas de etnias diferentes passaram a viver juntos e unidos com costumes e culturas diferentes tornando assim um povo só, de cultura linguística variada e complexa de entender.

A partir do momento em que as várias etnias passaram a viver juntas em um só território, tinha começado ali a formação de um povo, um povo com várias culturas e costumes diferentes formando o Povo Pataxó Hãhãhãe. Meu povo sofreu uma brutal violência por parte do SPI na época, não somente nos costumes, mas também na língua materna.

Foi com a criação do Território Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu, na época do Serviço de Proteção ao Índio SPI, através da Lei, 1916/26 pelo Estado da Bahia para abrigar as famílias indígenas que tinha perdido suas terras, que deu início a formação do povo Pataxó Hãhãhãe. Hoje vivemos dentro do regime da agricultura familiar indígena, cultivando nossos plantios e criando pequenos rebanhos de animais.

Conforme indica Hádisson André Santos Duarte (2020), também indígena do povo Pataxó Hãhãhãe, “é necessário reforçar que a terra foi reservada em 1926 e mesmo assim foi invadida, grande parte foi convertida em fazendas particulares”. E ainda que mesmo diante dos ataques e perdas, “a luta pela recuperação do território fortaleceu o processo de afirmação étnica do povo

Pataxó Hãhãhãe, firmando a relação desse povo com seu território e as práticas advindas dele” (HÁDISSON ANDRÉ SANTOS DUARTE, 2020).

Nesse processo de perseguição e fuga dos povos indígenas e posterior luta pela retomada de seus territórios tanto os Pataxó quanto os Pataxó Hãhãhãe resistiram em manter sua cultura e ancestralidade, não como forma de manter apegado ao passado, mas para movimentar a comunidade em suas lutas anseios.

Andamos para frente e não queremos voltar para trás, sempre respeitando e cultivando o que nós temos de melhor, a nossa cultura, a nossa arte, o nosso conhecimento e o nosso saber, para que um dia possamos todos viver felizes, sem jamais esquecer daqueles que fizeram e fazem do povo Pataxó um povo guerreiro. Estes são os nossos mais velhos que já estão dormindo no seio da Mãe terra, mas que deixaram o caminho de liberdade para que possamos trilhar e manter a história do nosso povo viva. (WAGNER SANTOS MEIRA, 2019)

Após a retomada de seus territórios esses povos restabeleceram a relação de respeito e mutualidade, pois tinham certeza que sua sobrevivência só seria possível junto com o cuidado e a preservação da natureza. Fato esse que remete ao primeiro subprincípio da Carta da Terra: Respeitar e cuidar da vida em toda a sua diversidade. Esse subprincípio foi abordado de maneiras diferentes nos trabalhos de percurso analisados, e de diferentes formas o respeito, o cuidado com o planeta e com os seres vivos como forma de sobrevivência da vida, da cultura, do modo de vida foram apresentados pelos estudantes.

“A terra é nossa mãe acolhedora que nos acompanha em cada passo que damos em nossa vida porque se ela adoecer adoecemos também. Damos valor à natureza para que ela também nos dê o valor da produção do alimento que nos alimenta” (RAÍRES ALVES BRAZ, 2019).

Esse vínculo com a natureza se estende a muitas outras formas de vida, mas fica claro a percepção de complementaridade entre natureza e seres humanos. Conforme Werymehe Alves Braz (2019), da etnia Pataxó, Itapeçerica (MG), salienta: “a natureza faz parte de toda a nossa vida, a mata, os rios, a terra, todos os lugares que tem na terra, os campos, os brejos, as pedras, as montanhas, todo o mundo é ligado à natureza, porque é dela que o indígena sobrevive”.

Nessas falas fica claro que não se trata de escolher algumas plantas ou animais para produzir comida, mas de cuidar da natureza num sentido mais amplo. É preciso cuidar do planeta e de suas singularidades, sejam estruturas físicas ou biológicas, afinal de contas estão interligadas e é essa

ligação que sustenta a vida no planeta e sem elas a continuidade de nossa existência estaria comprometida.

“A natureza dá uma liberdade para o indígena porque ela não vende nada para nós. A natureza e a gente vivem em troca, então por isso a natureza faz parte de toda a nossa vida, a mata, os rios, a terra, todos os lugares que tem na terra, os campos, os brejos, as pedras, as montanhas, todo o mundo é ligado à natureza” (WERYMEHE ALVES BRAZ, 2019).

Essa conexão intensa de cuidado com a natureza e o respeito para com os seres vivos e com as estruturas físicas do planeta configura uma visão de territorialidade muito diferente da construída pelas sociedades ocidentais. A noção de territorialidade não é uma ideia de posse, é uma consciência de pertencimento, de fazer parte, de integrar um ecossistema que lhes garante a sobrevivência enquanto ser vivo, mas também do seu modo de vida, sua cultura e identidade.

Os indígenas Pataxó que ficaram na região do sul da Bahia também tiveram o seu direito pelo território reconhecidos após anos de luta e embates (o Território Indígena de mais antigo, a Aldeia Velha só foi homologado em 1991) e assim com seus parentes de Minas Gerais, continuam trazendo em si mesmos o sentimento de cuidado com o meio em que vivem. O povo Pataxó do sul da Bahia está dividido em três aldeias: Aldeia Velha, em Porto Seguro, Coroa Vermelha que fica parte em Porto Seguro e parte em Santa Cruz de Cabrália e a aldeia Mata Medonha que também fica em Santa Cruz de Cabrália. Essa região possui intenso fluxo turístico, em uma área com grande contato com a cultura ocidental que impacta diretamente o território e a cultura.

Essas comunidades sentem o quanto a degradação do ambiente modificou e prejudicou sua sobrevivência. A construção de estradas, escolas e outras obras provocou alterações no ambiente, desmatando áreas e prejudicando o solo e a água. Essas alterações não foram sentidas somente no meio ambiente, mas também “percebendo culturalmente todas essas modificações, observamos que houve um desgaste nos desenvolvimentos das atividades culturais praticadas neste ambiente” (ADEMÁRIO BRAZ FERREIRA E JELEVALDO SILVA SANTOS, 2019). Respeitar o ambiente também é enxergar essas transformações e dedicar-se a restaurá-lo, possibilitando a retomada de seres vivos ameaçados, é promover e viabilizar manifestações culturais do povo do lugar.

Para recuperar o ambiente e retomar as atividades culturais da região é preciso relacionar-se com a natureza,

“observar a floresta e o que ela tem para nos oferecer. Fazemos isso andando na mata, observando e ouvindo as histórias e os cantos dos pássaros, conhecendo os animais, as árvores e para que serve, e como fazer para preservar e conservar, coletando sementes, fazendo mudas, reflorestando as áreas degradadas” (ADEMÁRIO BRAZ FERREIRA E JELEVALDO SILVA SANTOS, 2019).

Trata-se de respeitar as características próprias do lugar na tentativa de restabelecer aquilo que foi tirado do ambiente.

O respeito à natureza evidencia a conservação e recuperação do meio ambiente para continuidade das características que são próprias daquela região. É preciso observar as propriedades do ecossistema e cuidar para que esse lugar seja o habitat dos seres vivos. Significa proteger o território por fazer parte dele e conviver com ele, uma visão muito diferente de tomar posse da terra para transformá-la em produção, mercadoria ou ativos financeiros.

A visão de restauração de ambientes priorizando espécies com valor comercial agregado, baseada em monoculturas não se ajusta a visão de natureza demonstrada pelo povo Pataxó. A prática de reflorestamento organizada no sistema de monocultura praticada por empresas da região tem muitos impactos negativos nas aldeias localizadas no sul da Bahia,

“O impacto na comunidade indígena é ainda mais nefasto, visto que, a identidade do Povo Pataxó é diretamente ligada à Terra, as matas nativas e as fontes de água essenciais a sua sobrevivência. Toda sua história é ligada ao território e se confundem a Terra e a existência de um não pode persistir sem o outro” (CAMILA ALVES VIEIRA, 2019).

Dessa forma, pode-se considerar que o respeito do povo Pataxó pela natureza também está presente em áreas degradadas no esforço de recuperar a área valorizando suas características, observando e priorizando espécies nativas, na tentativa de reconstruir um habitat parecido com o originário, assegurando a sobrevivência do ecossistema, sua identidade e cultura.

O respeito pela natureza do povo Pataxó vai além de respeitar as estruturas físicas e vivas do ambiente. É preciso também conhecer e observar os tempos e entender que cada ser vivo tem seu próprio momento. Em uma cultura intimamente ligada à natureza é preciso reconhecer e cumprir os tempos da natureza, tempo de plantar e de colher, tempo pescar e de caçar, tempo de chover e

de secar. Esse tempo é determinante para que o ambiente possa se recuperar para proporcionar novos frutos.

Na pesca, por exemplo, a observação dos tempos é essencial para o sucesso na pescaria, “dessa forma que são construídos os calendários de Pesca Pataxó, é buscar através da natureza, as épocas adequadas e inadequadas para pegar os peixes, os crustáceos e os moluscos” (COSME BRAZ DOS SANTOS FILHO, 2019). Observar os sinais da natureza também é fundamental para se proteger dos perigos da pesca no mar.

“Nesta lição do sinais do tempo é você saber olhar para o céu e saber decifrar a galáxia Via Láctea, que por sua vez é um conjunto de estrelas, que para nós pescadores Pataxó de Barra Velha é também conhecida como Caminho de Santiago, ele (a) indica a posição dos ventos; Observar as nuvens, elas indicam a posição dos ventos e se vai chover; Ouvir a zoada do mar, também indica a posição dos ventos” (COSME BRAZ DOS SANTOS FILHO, 2019).

Reconhecer os tempos da natureza faz toda a diferença na hora de garantir segurança e fartura, orienta também quando é a época de recuperação da natureza. A época de reprodução e crescimento das espécies deve ser protegida a fim de que se garanta a regeneração dos seres vivos.

O conhecimento sobre a utilização das plantas também faz parte da cultura pataxó e é pertinente com sua sobrevivência. As pessoas que conhecem as plantas medicinais “não só conhecem, mas também sabem intimamente o que praticam. Elas não só fazem o remédio, elas conhecem cada tipo de planta, raiz, folhas, cascas e acima de tudo, elas têm o respeito por essas plantas e cuidam como se fosse um filho” (WAGNER SANTOS MEIRA, 2019). Nesse caso, o cuidado e o respeito para com essas plantas são ainda maiores, pois sabem que essas sabedorias são carregadas de ancestralidade e podem salvar vidas.

Na produção desses remédios há também a preocupação com o tempo. Os indígenas, normalmente os anciões, conhecem não só as plantas e as partes que devem ser utilizadas, mas também como devem ser colhidas, em qual estação, fase da lua e o horário. Todo esse ritual deve ser considerado e faz parte de seus saberes e cultura.

Nesse diálogo com o primeiro princípio da Carta da Terra, vale destacar a luta dos Pataxó em preservar sua cultura, conhecimentos e saberes, preservando também sua identidade e sua forma

de existir no mundo. Nesse esforço é evidenciada a luta por uma educação indígena diferenciada, que converse com suas visões sobre o mundo, e pela demarcação do território, fator imprescindível para a sobrevivência de sua cultura.

Para os Pataxó Hãhãhãe, “povo sem cultura é um povo morto e que é a cultura que nos mantém vivos e que para termos cultura temos que garantir o nosso território” (SARA SANTOS MORAES, 2019). Para garantir que sua cultura e conhecimentos perdurem, uma escola diferenciada que disponha de profissionais da própria etnia para conversar e ensinar aos jovens os saberes e conhecimentos do povo é fundamental. Assim como um território garantido para que essas pessoas possam realizar e viver sua cultura e rituais com liberdade e segurança.

A construção de uma escola com um currículo que aborde os saberes de um povo é fundamental para conservação da cultura, isso porque a escola é um lugar de construção de conhecimentos e dedicar-se à educação de jovens é indispensável, afinal eles vão ser os responsáveis por conduzir a aldeia mais tarde. Contudo, não se trata de mera transmissão do conhecimento, a escola é concebida como “uma grande mediadora de muitos assuntos importantes, (principalmente do meio ambiente) que envolvem a comunidade, e é através do instrumento escola que educadores e educandos aprendem juntos a obter conhecimentos que colaborem também para um bom uso e conservação da nossa água” (VÂNIA SANTOS MEIRA, 2019).

A construção de uma escola indígena passa pela escolha de uma proposta pedagógica que valorize a identidade indígena, seus conhecimentos e cultura. Construir um currículo que além de contemplar os conteúdos escolares tradicionais, mas que também favoreça a presença de saberes da comunidade. Para tanto é essencial a construção também de um calendário diferenciado. “Esse calendário, assim como o sociocultural Pataxó, considera características do tempo e clima que influenciam o desenvolvimento dessas atividades (VÂNIA SANTOS MEIRA, 2019). Estar intimamente ligado à natureza e saber observá-la e conhecê-la para que, respeitando seus ciclos e seu tempo, os estudantes aprendam a apreciar as riquezas que o ambiente oferece sem colocá-lo em risco.

A importância da escola na educação dos jovens e na herança cultural deixada por ela é reconhecida em vários trabalhos dos estudantes do FIEI. Gilzimar Santos Silva (2019) considera

“que tudo o que acontece na Comunidade passa primeiro pela Escola; e também vê a grande responsabilidade que tem a formação cultural sobre a Aldeia”.

Nesse sentido, a construção de uma educação indígena que valorize o conhecimento ancestral do povo, considere a cultura da aldeia e respeite os estudantes e funcionários é um dos pilares para continuação da cultura. É na escola indígena diferenciada que “podemos cuidar da nossa própria educação, sem correr riscos e sem sofrer preconceito ou discriminação pela nossa condição de indígena” (MARIA DE SÃO PEDRO DE SOUZA, 2019). Uma educação que conte o olhar do povo indígena de maneira positiva, debatendo a realidade e os saberes do povo, uma educação que rompe com a lógica colonialista que primazia a cultura ocidental é fundamental para o fortalecimento da cultura e da autoestima, oferecendo a toda aldeia ferramentas para resistir dentro de suas tradições.

A escola carrega a responsabilidade de formação dos jovens, mas “não somente fortalecer a cultura que é a principal identidade do nosso povo, como também, deixar registros destes valores que é indispensável na vida do nosso povo para as gerações futuras das aldeias Pataxó” (ANTONILDO SILVA DE LIRA, 2019)”.

Uma importante ferramenta que a escola utiliza para o fortalecimento dos jovens quanto à cultura é o reconhecimento do território. Para os indígenas sua existência está conectada com todos os elementos da natureza: os seres vivos, a terra, os rios, as montanhas. Dessa forma, sua identidade está diretamente ligada ao lugar onde vivem. O território é lugar de firmar sua cultura, interconectando com a natureza e tudo que ela oferece. Sendo assim, (re)conhecer o território é parte fundamental da afirmação cultural e consolidação da identidade desses povos.

Assim, a demarcação de um território onde a comunidade indígena possa viver seus costumes e saberes sem ser discriminada e perseguida por isso, torna-se fundamental. Na prática é a garantia de direitos e continuidade do povo.

Nesse cenário, o processo de demarcação das terras indígenas (TI) torna-se vital para a sobrevivência dessas etnias. Embora tivessem sido confinados a espaços estabelecidos pela colonização, foram esses espaços que propiciaram a organização enquanto cidadãos indígenas, a

defesa de sua cultura, a proteção da natureza e a reivindicação por direitos e melhores condições de vida.

Ocupar o território de maneira sustentável se tornou fundamental para os povos indígenas e se tornou o principal mecanismo de preservar sua cultura e viabilizar sua continuidade como povo. Para Sara Santos Moraes (2019), “povo sem cultura é um povo morto e que é a cultura que nos mantém vivos e que para termos cultura temos que garantir o nosso território”. Garantir a demarcação dos Territórios Indígenas é mais que assegurar o direito básico de acesso à terra aos povos originários do Brasil, vai além de uma reparação histórica do país para com os legítimos povos desse lugar, é garantir a continuidade da sua cultura e seu modo de vida.

Além do povo Pataxó e Pataxó Hãhãhãe, os Percursos Acadêmicos do FIEI contam também com trabalhos de estudantes da etnia Xakriabá. A população Xakriabá está aldeada no Território Indígena Xakriabá (TIX) no município de São João das Missões, no norte do Estado de Minas Gerais, em uma região de clima semiárido, uma área de transição entre o cerrado e a caatinga. Os efeitos da falta de chuva e das mudanças climáticas já são intensos o que leva a uma preocupação muito grande com a conservação e recuperação do território.

“Por nosso território estar localizado nessa região semiárida, que nos últimos anos tem sido mais árida do que nunca, surge, então, a necessidade de articular novas posturas de luta e resistência, com enfoque na cultura, na reafirmação identitária de reconquistas e nas retomadas territoriais” (CÉLIA NUNES CORREA XAKRIABÁ, 2018).

A demarcação do TIX representou uma conquista muito grande para o povo Xakriabá. Representou a própria sobrevivência do povo e de sua cultura, modo de vida e conhecimento. Trata-se de liberdade de corpos e mentes para viver aquilo que foi ensinado pela terra e vivenciado pela comunidade em toda a sua ancestralidade.

“O território é aquilo que nos pertence. (...) Sem o território nossa identidade está ameaçada; sem o território, a nossa forma de pensar o conhecimento está ameaçada. Por isso que, quando lutamos pela demarcação dos nossos territórios, nós estamos lutando principalmente pela ciência, porque se o território morre, a ciência também vai morrer junto. A partir desse ponto de vista, entender o conhecimento como originado na terra” (CÉLIA NUNES CORREA XAKRIABÁ, 2022 p. 15).

O TIX foi homologado em 1987 e houve uma pequena ampliação em 2003. Originalmente o povo Xakriabá ocupava um território que acessava as margens do Rio São Francisco, atualmente uma ampliação para reaver esse acesso está em estudo. “Há ainda uma grande área pertencente ao

povo Xakriabá, não demarcada, ocupada por não índios, fazendeiros e empresas agrícolas” (MARILSA LOPO DE OLIVEIRA, 2019).



Figura 4: Mapa do Território Indígena Xakriabá.

Fonte: Povos Indígenas. Disponível em: <https://povosindigenasb.blogspot.com/2014/05/xacriaba-introducao-um-dos-poucosgrupos.html>. Acesso em: 12/11/2023.

A área faz divisa com fazendas de criação de gado, principalmente. Essa proximidade reflete na conservação da terra, uma vez que muitos manejos inadequados acabam afetando o território, as invasões e a destruição provocadas por posseiros deixou marcas que ainda são sentidas no território. “Nos entornos há extensas áreas desmatadas para a criação de gados e agricultura que de qualquer forma provoca impactos no território” (MARILSA LOPO DE OLIVEIRA, 2019).

Apesar da demarcação do território, os indígenas ainda sofriam com o assédio de fazendeiros em suas terras. “Para não deixar que os posseiros tomassem conta, ele costumava reunir as pessoas para fazer mutirões, para plantar roça e para expulsar os fazendeiros com a ajuda da polícia federal” (EDINEIA MOREIRA DA SILVA e JANAINÉ NUNES DA MOTA, 2019). Essas invasões contavam com o uso de muita violência e “naquele tempo, por conta do medo dos

posseiros, as pessoas viviam uma rotina de medo, durante o dia elas ficavam em casa e a noite elas iam dormir no mato embaixo de árvores ou cabana” (EDINEIA MOREIRA DA SILVA e JANAINÉ NUNES DA MOTA, 2019).

A estudante do FIEI Laurisaura da Mota Ribeiro (2019), do povo Xakriabá, conta um pouco sobre esse processo de invasão dos fazendeiros, os impactos causados e a retomada do território.

Os fazendeiros grilaram parte do território e começaram a desmatar para fazer pasto para as criações. Os indígenas juntaram um grupo de pessoas, tomaram a parte das terras que estava desmatada e plantaram uma grande roça de milho. Meu pai fala que essa terra que os fazendeiros desmataram era a parte que as pessoas da aldeia tinham para viver, por isso eles tiveram que tomar a terra para poder plantar, para correr com os fazendeiros, senão eles acabavam derrubando todas as matas. E, graças a Deus tudo deu certo, fazer a roça de milho foi uma forma também de correr com os fazendeiros do território.

O povo Xakriabá encontra muitos desafios para sobrevivência em seu território. A parte demarcada é apenas uma fração do território original, sem acesso ao Rio São Francisco, marca de sua ancestralidade. O crescimento da população, assédio de fazendeiros e as mudanças climáticas, são dificuldades para sobrevivência da aldeia. “O desafio atual é garantir a nossa sobrevivência em um espaço que não comporta a cultura e a tradição do nosso povo, consequência de nosso território ter sido, por muitas décadas, explorado e degradado pelos fazendeiros” (CÉLIA NUNES CORREA XAKRIABÁ, 2018).

Para a sobrevivência da população, o plantio de roças e criação de animais foram de fundamental importância. A ocupação do solo através do plantio das roças foi imprescindível na luta pela demarcação do território, para a resistência da aldeia na luta pela sua homologação, provando que a terra era essencial para sua sobrevivência. No entanto, apesar dos cuidados tomados pela população indígena, os impactos do desmatamento para o plantio das roças e de pasto, prejudicou bastante o ecossistema da região.

A necessidade de recuperação da área veio acompanhada da emergência e do desejo de se recuperar a cultura e a ancestralidade Xakriabá. “Nosso povo Xakriabá sentiu a necessidade de retomar as práticas culturais de agricultura e repensar suas formas de organização interna, que foram violentadas durante o processo histórico de desterritorialização e expropriação do nosso território” (CÉLIA NUNES CORREA XAKRIABÁ, 2018). Recuperar o território, significa

também recuperar os conhecimentos e a forma de lidar com a terra presente na ancestralidade Xakriabá.

A localização do TIX em uma área de transição com efeitos significativos de um clima semiárido, faz com que os impactos da mudança nos regimes de chuva e da diminuição da quantidade de precipitação sejam sentidos com mais rigor. Para os Xakriabá, a mudança do regime chuvoso que diminuiu tanto a precipitação da chuva, quanto aumentou o período de estiagem, tem dificultado a sobrevivência não só do povo e de seus costumes, mas de todo o ecossistema que sustenta o modo de vida dessa população. Uma dessas inseguranças diz respeito aos córregos que nascem e atravessam o TIX (Território Indígena Xakriabá) e abastecem várias aldeias. Se antes eles eram cursos d'água perenes, no ano de 2019 não era mais assim. Além da diminuição das águas, às vezes secando prematuramente, a qualidade das águas também preocupa.

A recuperação e conservação das nascentes e dos cursos d'água no TIX é motivo de preocupação da população, que vê não só seu modo de vida ameaçado, mas toda vida que necessita dessa água para continuar existindo. Dessa forma, busca-se uma forma que, além da regeneração das características anteriores dos córregos e nascentes, construa uma visão de cuidado e pertencimento, trabalhando a relação da população com eles.

Para Mailson Alves de Barros (2019), a relação da população com um dos riachos (“Riacho do Brejo”) que corta o TIX ficou bastante prejudicada com a chegada da água encanada vinda de um poço artesiano. Apesar de facilitar bastante a vida da população das aldeias, a água que chega às casas é calcária, o que pode causar doenças nas pessoas da comunidade. Além disso, a água encanada “afastou” os moradores do riacho, prejudicando a coexistência e harmonia que existia, passando a ser observados despreocupação e descuido com o córrego. “Depois que deram para encanar água nas casas, as pessoas deixaram de se importar com o olho da água que era cercado de madeira. Hoje tudo teria mudado e por causa disso e do desmatamento a nascente e o córrego não tem mais água corrente por muito tempo” (MAILSON ALVES DE BARROS, 2019).

Nesse sentido, não basta apenas recuperar a qualidade do riacho em questão, o que se pretende é uma mudança de mentalidade que alcance a compreensão de pertencimento do território e de

vínculo com a natureza. A comunidade Xakriabá sabe que muitos manejos não foram adequados para conservação dos cursos d'água no território, por outro lado, procura não só o restabelecimento dos recursos hídricos, mas fortalecer a compreensão de pertencimento e vínculo com o território.

Nesse processo de fortalecimento da cultura, a Casa de Cultura Xakriabá é essencial.

“O projeto resulta da parceria: Associação Indígena Xakriabá Aldeia Barreiro Preto (AIXABP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Província de Modena (Itália) e do ISCOS (Instituto de Cooperação Internacional da central sindical Italiana CISL) e com apoio da Prefeitura Municipal de São João das Missões” (ERICK CORREA ALCKMIN e MARILENE DE OLIVEIRA SANTOS, 2019).

Esse projeto foi feito junto com a comunidade indígena para refletir seus saberes, espiritualidade, cultura e necessidades, contribuindo uma educação diferenciada nas escolas e o resgate dos conhecimentos e hábitos do povo Xakriabá. Esse é um espaço fundamental para o fortalecimento da cultura Xakriabá,

“Um espaço onde se transmite o conhecimento; compartilha saberes que estão na mente dos mais velhos da nossa comunidade; onde acontecem as atividades culturais das escolas junto com alunos, professores, lideranças e comunidade para serem repassadas as futuras gerações, valorizando os artesanatos, crenças e costumes, que sempre foi um sonho que as pessoas tinham desde ante da construção” (ERICK CORREA ALCKMIN e MARILENE DE OLIVEIRA SANTOS, 2019).

O fortalecimento da cultura Xakriabá, seus saberes e modos de vida se torna evento imprescindível para uma relação de cumplicidade com a natureza e a Casa de Cultura Xakriabá exerce grande influência na busca pela consolidação dos conhecimentos e da memória do povo.

A falta de chuva que afeta o território tem consequências nos modos de vida de toda a aldeia que vê muitos de seus saberes e conhecimentos serem perdidos juntos com várias espécies que passaram a ser raras. O conhecimento ancestral sobre as plantas e medicina tradicional é uma das preocupações. Essas plantas fazem parte da cultura e sobrevivência Xakriabá, no entanto hoje não basta “conhecer qual parte da planta a ser usada, porque cada parte tem suas indicações” (LINDAURA GOMES DE ARAÚJO, 2019), isso porque muitas plantas já estão escassas e a produção dos remédios é dificultada. Recuperar os recursos hídricos do TIX é também resguardar a sabedoria Xakriabá. “Quando nós trabalhamos o poder de curar das plantas medicinais do

Cerrado com os mais velhos, não é somente o princípio ativo que cura, mas principalmente a relação com o segredo e o sagrado” (CÉLIA NUNES CORREA XAKRIABÁ, 2022 p.23).

A prática da medicina tradicional Xakriabá foi muito prejudicada pela falta das plantas utilizadas como medicamento

“devido principalmente a mudança de clima em nosso território, com a falta de chuva, que dificulta muito o cultivo das plantas que dependem da água para manter vivas. Mas as pessoas estão conscientes que é preciso cultivá-las independentemente das dificuldades climáticas atuais” (LINDAURA GOMES DE ARAÚJO, 2019).

Essa perspectiva da necessidade das plantas para manutenção da medicina tradicional, preservação dos saberes e cultura Xakriabá vem chamando a atenção das pessoas sobre a necessidade de recuperação e conservação de todo o território a fim de resgatar o ambiente saudável que garanta o sustento e modos de vida de toda a aldeia.

Os impactos da proximidade com grandes fazendas de criação de gado e agricultura afetaram de maneira muito negativa o TIX e toda a diversidade do território foi afetada. Essas influências provocaram na população a necessidade de:

“valorizar os costumes e as tradições do povo indígena Xakriabá, buscando com as pessoas mais velhas, relatos que possam retratar a realidade vivida pelos antepassados e as mudanças que vem ocorrendo em relação aos impactos que foram causados na fauna e na flora dentro do território” (MARILSA LOPO DE OLIVEIRA, 2019).

É preciso reconhecer as mudanças que ocorreram no território possibilitando buscar dentro dos próprios conhecimentos da aldeia formas de assegurar um ecossistema saudável e o sustento da aldeia e dos seres vivos.

As mudanças das características originais do TIX é fonte de preocupação para a população, afinal,

“não podemos apagar os danos que foram causados o ambiente natural mais podemos preservar para corrigir os danos de destruições que foram feitos e com as dificuldades que estamos enfrentando com a perda dos bens naturais que existiam em nosso território faz refletir sobre tudo que tinham e que não tem mais” (MARILSA LOPO DE OLIVEIRA, 2019).

A busca pela restauração da área é parte de um entendimento que a sobrevivência da população indígena Xakriabá está atrelada ao bem-estar do ecossistema e de todos os seres vivos que ali habitam, uma vez que a modificação desse ambiente colocou em risco o modo de vida da aldeia.

A busca pela prática da pecuária no TIX se deu como forma de sustento dos indígenas na região. No entanto, essas práticas trouxeram muitos impactos no ambiente e dificultaram a estabilidade do ecossistema e das próprias práticas de subsistência. O grande problema do povo Xakriabá é

“estabelecer um limite de convivência entre a pecuária e o meio ambiente para que ambas possam conviver de forma pacífica. Esse é o desafio que está posto ao povo Xakriabá: conter o desmatamento, recuperar as áreas degradadas e estabelecer uma pecuária” (JOSÉ APARECIDO RIBEIRO, 2019).

O restabelecimento das características naturais da região e o restabelecimento dos seres vivos que ali viviam, requer o respeito pelas características de um território tão heterogêneo quanto o Xakriabá, reconhecendo suas potencialidades. Por se tratar de uma área de transição climática e de biomas, a região apresenta diferentes paisagens e características e essas especificidades devem ser consideradas no manejo do TIX. Os diferentes tipos de solo precisam ser identificados, evitando que atividades não sustentáveis em determinada área não venham a causar ainda mais desmatamento e degradação.

É possível manejar o solo de maneira sustentável e conviver as atividades tradicionais com os ecossistemas da região. Essa relação se fez durante muito tempo no território Xakriabá. Os muitos impactos causados pelos fazendeiros de gado da região trouxeram impactos significativos para a comunidade, no entanto os conhecimentos que trazem da natureza e a perspectiva de que é impossível sobrepor atividades econômicas sobre o equilíbrio do ecossistema podem se tornar uma resposta eficiente aos problemas ambientais da região.

A análise dos Percursos Acadêmicos revelou diferentes demandas pela sobrevivência de comunidades das etnias Guarani, Pataxó, Pataxó Hãhãhãe e Xakriabá que vivem nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e da Bahia. No entanto, o entendimento de que a continuidade enquanto povo e cultura e até mesmo, de que a sobrevivência da espécie humana está intimamente ligada à necessidade de preservação e conservação dos territórios indígenas e do planeta, é inerente aos pensamentos e conhecimentos apresentados. O cuidado com a natureza e com o planeta não é voltado apenas para o interesse humano, mas é considerado necessário para a manutenção de uma rede onde todos os seres vivos interagem de maneira a sustentar e possibilitar a sobrevivência.

6.1.2 Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor

O segundo subprincípio da Carta da Terra destaca a responsabilidade de quem desfruta dos recursos da natureza na sua conservação e proteção. Afirma que ao assegurar o direito e a necessidade de meios para sobrevivência, é preciso também garantir um ambiente favorável para a renovação desses recursos e que a utilização dos patrimônios naturais é o que garante o sustento dos seres vivos, entre eles os seres humanos. Contudo, a disponibilidade desses recursos deve ser garantida para a manutenção de todos os seres vivos e do ecossistema, destacando a importância do comprometimento daqueles que têm acesso com sua conservação.

Os trabalhos apresentados pelos estudantes do FIEI frequentemente abordam a perspectiva de respeito com os limites da natureza. Para as comunidades indígenas a conservação e proteção da natureza não é só uma garantia da própria sobrevivência em uma visão utilitarista e economicista do planeta, mas a garantia da viabilidade e sustento da rede de vida dos lugares em que habitam.

Essa preocupação com a natureza é expressa nos trabalhos dos estudantes da comunidade Pataxó do sul da Bahia. Para a estudante Tânia Alves Maciel (2019), “o modelo atual de desenvolvimento vem esgotando os recursos naturais, o que interfere negativamente em nossa cultura e na nossa identidade como etnia. Sendo assim, tornam-se necessários procedimentos que minimizem esses impactos”. Para garantir o desenvolvimento da consciência de preservar o ambiente como forma de garantir própria existência, da vida no planeta e de sua cultura, ela propõe

“desenvolver e preservar práticas ligadas ao saber tradicional nas escolas com o objetivo de conscientizar as crianças para a importância de preservá-las, é possível reafirmar a nossa cultura e a responsabilidade de contribuir para a preservação do meio ambiente” (TÂNIA ALVES MACIEL, 2019).

A transmissão dos conhecimentos tradicionais é uma importante ferramenta para a manutenção do ambiente, uma vez que os valores de respeito e conservação do ambiente são conceitos presentes na ancestralidade desses povos.

Vânia Santos Meira (2019), afirma que “a escola é uma forma de poder orientar a comunidade escolar através das práticas pedagógicas, auxiliando na conscientização quanto ao cuidado e economia”. Segundo ela, “apesar do território ter muitos locais arborizados, existe a preocupação

no cuidar, quanto a desmatamento, incêndios e outras causas que podem destruir um território”. E a escola tem papel preponderante por envolver a comunidade, onde “educadores e educandos aprendem juntos a obter conhecimentos que colaborem também para um bom uso e conservação da nossa água” (VÂNIA SANTOS MEIRA, 2019) e de todo o território.

Para Wagner Santos Meira (2019) os saberes tradicionais do povo Pataxó são muito importantes, pois “eles conhecem, sabem, praticam e respeitam de uma maneira única, respeitando as leis da Mãe Natureza”. Entre as leis da natureza vale ressaltar a necessidade de respeitar os tempos de restauração do ambiente. O tempo da natureza não obedece o tempo cronológico inventado pelos seres humanos. A natureza segue seus tempos de crescimento, regeneração, reprodução, de descansar e de terminar. Os tempos da sociedade ocidental que se vale da exploração predatória inviabiliza que os ciclos da natureza se cumpram, dificultam a regeneração dos recursos e do ambiente prejudicando a existência de todos os seres vivos.

Esses trabalhos ressaltam que a vida dos povos indígenas está intimamente ligada à natureza e não consentem a possibilidade de se separar dela, ou com a concepção de que o esgotamento de recursos pode gerar melhores condições de vida e progresso. A vida dos seres humanos, dos seres vivos e a manutenção de um ambiente saudável está intimamente interligada e um não pode existir sem o outro.

Cosme Braz dos Santos Filho (2019), enfatiza a importância da reflexão sobre as ações da comunidade Pataxó sobre os recursos naturais. Para tanto é necessário “questionar o passado, efetivar o presente e planejar o futuro de forma consciente. (...) essas vivências servem para refletirmos e nos conscientizarmos sobre alguns atos inconvenientes que cometemos à natureza”. Nesse sentido, os conhecimentos do território, da diversidade, dos tempos de reprodução, recuperação e crescimento da natureza são fundamentais para que se possa respeitar essas etapas, preservando o ambiente e a biodiversidade do lugar.

Essa perspectiva de intensa relação com a natureza também é sustentada por Ailton Krenak (2020, p.45): “alguns povos têm um entendimento de que nossos corpos estão relacionados com tudo que é vida, que os ciclos da Terra são também os ciclos dos nossos corpos”. Dessa forma, preservar a natureza é cuidar da própria existência, da mesma forma que ao agredi-la, se ataca a

própria vida e todo o equilíbrio do planeta. Não respeitar os tempos necessários para regeneração do meio ambiente é desrespeitar a própria natureza humana que faz parte desses ciclos e também precisa de seu tempo para nascer, crescer, se desenvolver, de se curar, envelhecer e terminar.

O desenvolvimento de atividades que transmitem a relação com a natureza e o respeito com ela é apresentado como uma forma importante de transmitir conhecimentos aos mais jovens, manter a cultura viva e preservar o ambiente. Raíres Alves Braz (2019), cita os jogos indígenas como uma estratégia para ensinar a cultura do Pataxó: “Esses jogos têm como objetivo de trazer a natureza, porque a natureza vive em alegria e união (...) outro objetivo é unir cada vez mais nossas famílias e alegrar a aldeia de maneira que não percamos essa cultura dos nossos jogos”.

“As brincadeiras, o nosso divertimento tudo tem ligação com a água, com a terra, com jogar pelo chão, com frutas, com a natureza, com o que era brincado antigamente. Para a gente viver bem temos que levar esses conhecimentos do saber brincar e respeitar a natureza. Esse valor só faz a criança ser uma criança feliz, um jovem que respeita os parentes e a natureza e é de grande ensinamento para uma boa vivência da nossa aldeia (RAÍRES ALVES BRAZ, 2019).”

A realização de atividades que fortaleçam culturas e conhecimentos tradicionais são importantes para a sobrevivência dos povos indígenas e também para que a relação de respeito pela natureza seja notada e consolidada. A relação com a natureza que esses povos desenvolveram e vivenciaram é de cumplicidade e interdependência, respeitando o direito à vida e a um ambiente saudável não só humano, mas também de todos os seres vivos, como também do equilíbrio do ecossistema. A continuidade dessas atividades pode ir além da própria comunidade e da afirmação da identidade indígena, ela pode apresentar a toda sociedade que outras formas de viver e se relacionar com a natureza são possíveis.

Essa profunda proximidade que o povo Pataxó demonstra com a natureza pode ser percebida em várias atividades e expressões culturais que vivenciam em sua rotina. Na forma de usufruir dos recursos naturais, dentro das escolas e na educação dos mais jovens, nos jogos e brincadeiras, na religiosidade. O cuidado e o respeito com a natureza que eles conhecem e experimentam não é só uma mera escolha ou preferência, trata-se de uma filosofia de vida que os acompanha e orienta suas práticas e costumes e constitui a base de seus saberes e cultura.

Para os Pataxó, a obtenção de recursos para o seu sustento envolve toda uma “técnica de conhecimentos, desde o manejo na roça, do cultivo até a colheita, assim também, como as técnicas de pescaria e de caça. Esses conhecimentos já eram passados para as crianças, que iam aprimorando ao longo da sua caminhada” (CAROLAINE DOS SANTOS ALVES, 2019). Portanto, conhecer o ambiente e saber como sobreviver e cuidar faz parte dos conhecimentos tradicionais desse povo que busca manter em sua cultura a intimidade e reciprocidade com a natureza.

“Os indígenas têm grande conhecimento e sabem utilizar os recursos naturais de seu território, suas relações com a natureza são mais do que o conhecimento da biodiversidade e de técnica de manejo. E isso está presente nas comunidades indígenas, principalmente quando falamos da terra, da flora e da fauna, que estão ligado um a outro. Se matar a terra não tem florestas, se matar as florestas não temos animais e nem as aves, então, isso certifica que precisamos cuidar da Mãe Natureza” (ADEMÁRIO BRAZ FERREIRA e JELEVALDO SILVA SANTOS, 2019).

Esse modo de vida norteado pela natureza, pelos seus ciclos e pela noção de mutualidade é apresentado por Werymehe Alves Braz (2019). “É muito importante a afirmação do nosso território porque ele vai mudando de acordo com a vida que a gente vive (...) aqui tem-se uma ligação profunda com o mar, pelas correntes de ar, o Sol, a lua, e através da nossa cultura e religião a gente vai transformando o território em nossa casa, e com a nossa cara”.

Essa relação com o território é também observada entre os Xakriabá.

“O território é uma fonte de riqueza para todos os indígenas, pois é através dessas riquezas que adquirimos nossos costumes, nossas culturas, nossas práticas e nossas tradições, isso porque o território para nós é sagrado, além de ser uma fonte de sabedoria e respeito, é nele que buscamos todas as nossas histórias, que vivenciamos cada momento importante da nossa realidade indígena”. (LAURA CAETANA DOS SANTOS, 2019)

Essa intensa familiaridade com a natureza transforma terra em território, plantas, animais, serras e rios em parentes, transformando a relação de exploração de humanos da natureza em convivência e cuidado mútuo. Essa relação entre natureza, espiritualidade e respeito também é demonstrada por Alessandro Karaí Mirim (2019), da etnia Guarani: “a gente vai à mata e pergunta aos guardiões da floresta para que nada aconteça com a gente. Porque os rios, matas, pedras têm seu guardião. [...] Eu queria fazer essa pesquisa mais para os juruá (brancos), porque nós já sabemos cuidar da natureza”.

A mudança na forma de enxergar o lugar em que se vive em território é componente fundamental no trato e respeito com a natureza. Território não é um determinado pedaço de terra de onde você retira os recursos para o seu sustento. “Estamos falando de um lugar cheio de símbolos de pertencimento alicerçados na abundância de vida (...) lugares com vida, com comunidade, onde rios, matas, animais, poços, nascentes, tudo possa ser respeitado com cuidado” (FERREIRA, 2021 p. 43). Proteger e cuidar do território é assegurar não só a sobrevivência da humanidade, mas da vida, da cultura, da história e ancestralidade.

“Quando despersonalizados o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós libertamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista” (AILTON KRENAK, 2020). Reduzimos esses lugares a terra e a espaços de dominação, exploração e lucro.

Não é sem motivo que comunidades indígenas tratam seres vivos e elementos da natureza como parentes. A vida está intimamente interligada, a sobrevivência de um depende da sobrevivência dos outros, todos os seres vivos dividem o mesmo planeta e recursos, por essa forte ligação que une todos os componentes da natureza, pensar os membros do ambiente como parte da família é bastante coerente. Manter essas partes unidas e coesas é imprescindível para o desenvolvimento de uma mentalidade de respeito e cuidado com os ecossistemas.

Essa ideia de parentesco é tão forte que “os povos originários falam Mãe Terra (...) por muitas razões. Aprendemos que, sendo uma mãe, não devemos dividi-la, dando a cabeça para um filho, o estômago para outro e um pé para outro” (FERREIRA, 2021, p 43). Portanto, manter a unicidade das estruturas da natureza e da Terra é fundamental para a sobrevivência de toda a vida.

O povo Xakriabá também apresenta uma perspectiva de cuidado e respeito com a natureza. Assim como os Pataxó, compartilham a consciência de que os elementos da natureza existem em simbiose e só a garantia de vida para todos os seres vivos pode sustentar um ecossistema. Essa noção de cuidado com o ambiente se faz muito presente, mesmo porque a aldeia fica em uma área que sofre com os impactos da crise climática e da atividade agropecuária vizinha.

O território indígena Xakriabá se localiza em uma região de transição entre os biomas de caatinga e cerrado. O clima quente faz com que os impactos causados pelo aquecimento global e pelas

faltas de chuvas se tornem ainda mais intensos. A pressão causada pelo aumento da população e pela atividade agropecuária sobre os recursos naturais motivam grande parte das dificuldades enfrentadas pela comunidade.

As mudanças das características do território, somadas ao aumento da população fez com que a pressão sobre os recursos naturais se intensificasse, trazendo ainda mais problemas para a comunidade. Complicações causadas pelo desmatamento e pelas queimadas são frequentemente apontadas como os principais obstáculos para conservação e recuperação do território.

Os impactos causados no ambiente podem ser sentidos em vários aspectos, fato que fez com que os Xakriabá se voltassem para dentro de sua própria cultura para, a partir dos saberes ancestrais de cuidado e manejo pudessem construir alternativas para recuperação de sua cultura e território.

O território Xakriabá sofreu com as consequências das invasões de posseiros, de queimadas e do desmatamento sem planejamento e todo esse desequilíbrio trouxe resultados bastante negativos. Somado com as estiagens causadas pelas mudanças climáticas, a falta de água, a perda da biodiversidade influenciou de forma negativa a qualidade de vida e ambiental da comunidade. Porém, cientes desses problemas, a comunidade tenta resgatar seus valores tradicionais para conviver e cuidar da natureza para poder recuperá-la.

Um dos aspectos bastante apontados nos trabalhos apresentados pelos estudantes do FIEI é a relação entre a falta de água e o desmatamento de áreas do território e como isso afetou a qualidade de vida de toda a comunidade. Mailson Alves de Barros (2019) apresenta como as ações humanas sobre os recursos naturais atuam diretamente sobre vários elementos naturais. Ele pontua que “há uma relação direta entre o estado do córrego e o uso do solo em seu entorno”. A grilagem inicial do TIX e as extensas fazendas da região afetam diretamente o território, mostrando que os componentes ambientais interagem entre si, se influenciam e se complementam.

“Atualmente as pessoas estão tentando preservar um pouco das matas para ver se conseguem reconstruir um pouco do que era antes, porque não podemos apagar os danos que foram causados ao ambiente natural mais pode preservar para corrigir os danos de destruições que foram feitas” (MARILSA LOPO DE OLIVEIRA, 2019).

As consequências do mau uso do solo tiveram impactos sérios em outros elementos. A vegetação foi impactada e houve diminuição de muitas espécies nativas. Muitos animais também desapareceram devido a degradação do habitat. O impacto nas matas ciliares afetou a quantidade e qualidade das águas nos cursos d'água no território. A falta de água atingiu diretamente a produção de alimentos e criação de animais. Esses eventos de desequilíbrio no ambiente causaram impactos em todo o território e definem muito bem o quanto a natureza está interligada e como não é possível separar seus componentes.

Para Mailson Alves de Barros (2019), a mudança no uso e na forma de relacionar com o córrego foram importantes para a situação de degradação dos cursos d'água. “O uso que se fazia do córrego antigamente parece que era mais intenso. Com a água encanada, as pessoas deixaram de usar o córrego e este parece ter perdido importância para a comunidade Xakriabá”.

Assim como apontado pelos Pataxó, ele indica que a educação dos jovens e a transmissão dos conhecimentos e cultura Xakriabá são fundamentais para se reconstituir a percepção de respeito e cuidado com a natureza. Para tanto, é necessário

“Resgatar a memória da relação entre a comunidade Xakriabá e o córrego Riacho do Brejo, procurando evidenciar assim ações possíveis de intervenção que possam melhorar a qualidade de vida do povo Xakriabá. (...) Os jovens precisam saber como era antes e por que houve tantas mudanças” (MAILSON ALVES DE BARROS, 2019”).

O resgate dos hábitos e práticas do povo Xakriabá, sua convivência com a natureza, o cuidado e o respeito com ela é parte indispensável para recuperação e conservação do território, pois, assim como para o Povo Pataxó, configura uma forma de viver que conduz a preservação do ecossistema e aponta uma saída para problemas de ordem ambiental que enfrentam.

Como o território indígena Xakriabá sofre bastante com a falta de chuva, a preocupação com a recuperação e cuidado com o ambiente é notória. Além dos impactos provocados pela estiagem, a percepção de que era preciso tomar iniciativas para recuperação da área ficou bastante clara. Para Lindaura Gomes de Araújo (2019), “preservar a natureza é um dever de todos nós, é através dela que retiramos tudo para nossa sobrevivência”. Fica firmado uma relação muito íntima com o ambiente e a sobrevivência em que um não pode existir sem o outro.

“Se a terra é envenenada, o nosso corpo também vai ser envenenado; se a terra é adoecida, o nosso corpo também vai ser adoecido; se o útero da terra está doente, o

nosso útero também vai ficar doente; se a terra sentir sede com os impactos das mudanças climáticas, o nosso corpo não vai suportar. Se a terra sente e ela é mais forte que nós, imagina com os nossos corpos, também” (CÉLIA NUNES CORREA XAKRIABÁ, 2022 p. 18).

Essa convicção de cuidado com a natureza não é apenas para o momento presente, mas algo que envolve passado, presente e futuro e, portanto, carregado de ancestralidade e conhecimento que guia as ações presentes pensando no futuro.

“A existência das plantas depende de nós mesmos. Se tivermos cuidado com elas, nunca irão faltar, portanto devemos preservá-las ao máximo (não deixando de usá-las, é claro). Pensando sempre no futuro das próximas gerações que certamente vão precisar dessas plantas medicinais. Se hoje temos as plantas é porque houve a preservação dos nossos ancestrais que souberam cultivá-las e preservá-las” (LINDAURA GOMES DE ARAÚJO, (2019).

A preservação do ambiente é fator preponderante para os Xakriabá, no entanto, devido às mudanças ambientais e a demanda por recursos para a própria sobrevivência é necessário que os saberes tradicionais conduzam a comunidade para recuperação de áreas, bem como para um manejo mais adequado para que essa e as próximas gerações sejam capazes de garantir sustento humano e também garantir um ecossistema saudável que oportunize a vida de todos os seres vivos da região. “Atualmente, no território da aldeia dificilmente são feitas derrubadas de mata para nova produção. Os trabalhadores procuram sempre explorar o mesmo local, evitando a devastação de mais mata” (LAURA CAETANA DOS SANTOS, 2019).

José Aparecido Ribeiro (2019), aponta que, atualmente, a atividade agropecuária dentro do território traz muitos prejuízos. Mas devido a escassez de recursos e alimentos, essa é a fonte de renda de muitas famílias e por isso precisa ser considerada. “O que se deve buscar a partir de então, são alternativas que visam uma convivência pacífica entre o homem, a pecuária e a natureza”. Para isso é preciso buscar “alternativas autosustentáveis para continuarem produzindo de forma mais consciente de acordo com as condições que o meio ambiente local oferece”. Contudo, o que deve orientar a atividade não deve ser a busca pelo lucro e acumulação: “não devemos colocar em primeiro plano a sua importância econômica, devemos considerar o bem maior que está com valor acima de qualquer moeda: a natureza, o meio ambiente” (JOSÉ APARECIDO RIBEIRO, 2019).

Nesse compromisso de resgatar o cuidado e preservação da natureza, um aspecto fundamental é o conhecimento da comunidade sobre as características apresentadas pelo território. É preciso “entender quais desses solos são apropriados para agricultura, para o extrativismo e para a construção, relacionando essas aplicações às variadas cores de solo encontradas” (LAURA CAETANA DOS SANTOS, 2019). Isso evita que o solo tenha um mau uso e seja danificado sem conseguir aproveitar os recursos disponíveis.

Assim, para os autores indígenas citados, o cuidado com a preservação e recuperação de seus territórios não é dissociável de sua própria existência e sobrevivência. Isso porque em suas perspectivas não existe a dicotomia entre ser humano e natureza. Ambos são uma coisa só e não é possível que a humanidade exista sem toda a biodiversidade de seres e de ambientes que sustentam a vida.

6.1.3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas

O terceiro subprincípio da carta da Terra traz a preocupação com o desenvolvimento pleno das comunidades, assegurando as condições de dignidade das pessoas, sem se afastar da responsabilidade ambiental, garantindo condições para a plenitude das pessoas e para que o ambiente seja respeitado. É a conservação de recursos para o pleno desenvolvimento da pessoa humana, de forma integral, que forneça segurança e tranquilidade para seu sustento.

Trata-se de garantir recursos para que a pessoa possa se desenvolver plenamente, fontes de renda que garantam sua dignidade e integridade, sem que a vida humana prevaleça sobre as outras formas de vida. Isso significa que a garantia de recursos para sobrevivência dos seres humanos não pode se dar às custas da exaustão do meio ambiente.

As comunidades ocidentais precisam admitir que a perspectiva indígena de se reconhecer como integrante da natureza é fundamental para criar uma reflexão sobre a possibilidade de outros modos de vida. Para isso, é imprescindível que se finde a perseguição aos povos originários, que seus territórios e conhecimentos sejam respeitados e transmitidos e que eles possam garantir a autonomia sobre suas vidas e comunidades. Isso demanda algumas ações que foram muitas vezes apontadas como essenciais na visão dos estudantes do FIEI: a demarcação de seus territórios e o

respeito por sua cultura, a presença de uma escola intercultural que insira os conhecimentos tradicionais em seu projeto pedagógico e fontes sustentáveis de renda.

Além dos recursos materiais, é também necessário proporcionar possibilidades para realização intelectual, contribuindo para o desenvolvimento de saberes diversos, englobando diferentes comunidades e formas de conhecimento. Reconhecer as particularidades de cada comunidade e sujeitos, garantindo a liberdade de expressão e os direitos humanos.

Construir sociedades justas e democráticas é lutar contra a colonização de corpos, mentes e territórios. É garantir que a monocultura ambiental e de pensamentos não prevaleça esmagando povos tradicionais e conhecimentos ancestrais. Porque, “quando falamos de colonização, não é somente do corpo, mas, principalmente, do olhar e das mentes. Estão tentando também colonizar o nosso território, porque não conseguiram nos exterminar, na época da invasão do Brasil” (CÉLIA NUNES CORREA XAKRIABÁ, 2022 p.17).

Para garantir a efetividade desse subprincípio é preciso garantir direitos básicos dos indivíduos, em especial dos povos originários que lutam para defender seus territórios e tradições das especulações do capitalismo e do mercado financeiro. Isso significa que para assegurar fontes para seu sustento e viver seu modo de vida e sua cultura, essas comunidades precisam de seus territórios. Direitos esses que são expressos na Constituição de 1988 no artigo 231, mas que, na prática, só são efetivados com muita luta e resistência.

Os artigos 216 e 231 da Constituição reconhecem e legitimam o patrimônio cultural brasileiro garantindo a presença de diversos grupos e culturas na formação da sociedade brasileira e garante, ainda, sua expressão, manifestação e organização social.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Os dois artigos foram frutos de muita resistência dos povos indígenas e debates durante a construção da constituinte na década de 1980. Ailton Krenak - liderança indígena que participou das discussões e da construção da constituinte - aponta para a importância que esses artigos trouxeram para os povos indígenas. “Significou a possibilidade de ampliar o campo da proteção a alguns territórios e à vida das pessoas a partir do inventário das suas subjetividades, das suas narrativas, da pintura do corpo, dos adornos dos utensílios” (YOUSSEF CAMPOS e AILTON KRENAK, 2021 p. 50). No entanto, apenas estar escrita na constituição não torna os artigos de fato efetivos. “A não demarcação coloca sob constante ameaça a relação de meu povo com a terra e o modo de viver harmônico e sustentável. Embora a cultura não seja estática, é necessário manter a relação com o sagrado, e isso passa necessariamente pelo território” (CÉLIA NUNES CORREA XAKRIABÁ, 2018).

Ailton Krenak questiona o porquê de a demarcação dos territórios e o respeito pelas manifestações culturais ainda serem feitos com muita luta e briga das comunidades, depois de ataques armados e mortes de lideranças indígenas, ou após estudos antropológicos e arqueológicos sobre o território para provar que aquela terra foi moradia de povos indígenas. Por que comunidades tradicionais precisam viver segregadas da sociedade? Ele mesmo aponta que isso se relaciona com

“os modos de vida que foram, de alguma maneira, persistentes no mundo, que não foram incluídos, que não foram capturados pelo mercado, que não foram transformados em sujeitos interessados só em comprar, vender e em radicalizar cada vez mais essa experiência individualista” (YOUSSEF CAMPOS e AILTON KRENAK, 2021 p. 71).

Afinal, “nesse momento, também tentam nos matar (povos indígenas)¹³ com o projeto ‘agriculturação’, que consiste em tentar impor um modo de ocupar o território que não é o nosso, que não faz parte do nosso modo de vida” (CÉLIA NUNES CORREA XAKRIABÁ, 2022 p.17).

Para Ailton Krenak, a luta pela sobrevivência dos povos originários é também a luta contra o sistema capitalista que insiste em transformar tudo em mercadorias e todos em consumidores. Qualquer ideia que fuja do que a perspectiva monocultural propõe precisa ser marginalizada, se possível extinta. “Monocultura não se refere apenas a forma de produção; monocultura é também aquilo que se reflete na nossa maneira de estar no mundo e de pensar o mundo. (...) Reclamar outros mundos é se insubordinar contra a lógica monolítica de um mundo só” (YOUSSEF CAMPOS e AILTON KRENAK, 2021 p. 69). Mesmo porque, “toda ‘monoculturação’ mata: mata o pensamento, mata o corpo, mata a terra. E aquela pessoa que mata a outra pela violência, pelo genocídio, pelo etnocídio, pelo ecocídio, ela mata, também, a si mesma e mata o projeto do Brasil” (Célia Nunes Corre Xakriabá, 2022 p. 25).

“Assegurar às populações indígenas as suas formas de manifestar a sua cultura, a sua tradição, se colocam como condições fundamentais para que o povo indígena estabeleça relações harmoniosas com a sociedade nacional, para que haja realmente uma perspectiva de futuro de vida para o povo indígena, e não de uma ameaça permanente e incessante” (YOUSSE CAMPOS e AILTON KRENAK, 2021 p. 89).

A questão da demarcação dos territórios indígenas é marcante na luta pela sobrevivência enquanto povo, cultura e também para a garantia de direitos.

“Quando temos a terra demarcada, o nosso trabalho, a nossa preocupação, é trabalhar pela sustentabilidade, pela autonomia alimentar e, principalmente, pela natureza, pela água limpa, pelos bichos e pelos animais (...) trabalhamos por aquilo que fortalece a concepção de vida guarani nesta terra” JERÁ GUARANI, 2022 p. 12).

Isso deixa muito claro porque a reparação e o respeito por esses povos é também o respeito pela própria natureza e pela Terra.

A preocupação com o território é muito nítida entre os estudantes do FIEI e, muito frequentemente abordada por eles. O território não é apenas lugar de moradia, é lugar que mistura liberdade, identidade, ancestralidade e religiosidade. É um lugar sagrado que fortalece o indígena na sua resistência. A garantia de um território demarcado e respeitado se traduz na garantia da

¹³ Grifo nosso.

cultura e do modo de viver das comunidades indígenas. Essa preocupação fica bastante clara na fala de Antonildo da Silva de Lira (2019): “índio desaldeado é índio sem cultura e sem direitos”.

A preocupação com o território e a continuidade de sua cultura e etnia são anseios diversas vezes apontados pelos estudantes do FIEI. Como dito anteriormente, o território é um lugar sagrado, que reverbera a ancestralidade e a afetividade. Não é apenas lugar de onde se tira o sustento, mas lugar onde se conecta com a natureza, fazendo parte dos seus ciclos, onde se respeita os tempos da natureza, dos seres vivos, assim como também os tempos dos corpos humanos, construindo uma trajetória baseada na sintonia com os seres vivos e o planeta. “A relação que temos com o território não é uma relação da terra como matéria, é uma relação ancestral do território como corpo e espírito” (CÉLIA NUNES CORREA XAKRIABÁ, 2018).

É a conexão com a terra e com o sagrado que transforma lugares e territórios, refletindo toda a espiritualidade e cultura indígena. Para Werymere Alves Braz (2019), da etnia Pataxó aldeada em Minas Gerais, “O território é o nosso lugar de fixar a raiz da nossa cultura, e Muã Mimatxi é um chão de vida que nos fortalece, e sentimos as magias das plantas e de todo o universo que vive aqui”.

As ideias de cultura e território seguem intimamente ligadas, não sendo possível conceber uma sem outra. Por esse motivo a demarcação e a proteção dos territórios para que povos indígenas possam desenvolver sua cultura sem sofrerem ameaças é fundamental para a continuidade de sua cultura e saberes.

Laura Caetana dos Santos (2019), indígena Xakriabá, explica a importância do território para o seu povo.

“O território é uma fonte de riqueza para todos os indígenas, pois é através dessas riquezas que adquirimos nossos costumes, nossas culturas, nossas práticas e nossas tradições, isso porque o território pra nós é sagrado, além de ser uma fonte de sabedoria e respeito, é nele que buscamos todas as nossas histórias, que vivenciamos cada momento importante da nossa realidade indígena”.

Apesar de entendimentos parecidos sobre a importância da natureza e dos territórios, cada povo tem sua própria maneira de se conectar com a natureza e com diferentes biomas refletindo essa relação em seus costumes. Portanto, cada etnia é diferente. Dizer que “índio é tudo igual” é inadequado, preconceituoso e remete a um desconhecimento de sua cultura. Portanto, não se trata

de tratar as culturas indígenas como iguais, mas de estabelecer ligações e conexões entre os diversos povos.

A cultura indígena está intimamente relacionada com a cultura e as tradições dos povos indígenas. Camila Alves Vieira, (2019) fala sobre a importância da natureza na formação da identidade do povo Pataxó. “A identidade do Povo Pataxó é diretamente ligada à Terra, as matas nativas e as fontes de água essenciais à sua sobrevivência. Toda sua história é ligada ao território e se confundem a Terra e a existência de um não pode persistir sem o outro”.

A construção da cultura e identidade dos povos indígenas se relaciona diretamente aos seus territórios. Cultura e território estão intimamente relacionados. Demarcar e respeitar os territórios indígenas é antes de tudo respeitar o próprio indígena, sua cultura e o ambiente. “Povo sem cultura é um povo morto e que é a cultura que nos mantém vivos e que para termos cultura temos que garantir o nosso território” (SARA SANTOS MORAES, 2019).

Outro fator bastante apresentado pelos estudantes indígenas da FIEI para viabilização da sua cultura é a construção de uma escola indígena diferenciada que contemple sua realidade e transmita os valores e conhecimentos de sua ancestralidade aos mais jovens. A construção de um currículo escolar que expresse a perspectiva da comunidade indígena é uma demanda antiga das comunidades, contudo sua implantação é recente, durante as décadas de 1990 e 2000.

Como já dito, a Constituição Federal de 1988 trouxe reconhecimento dos direitos dos povos indígenas em vários aspectos. Os artigos 216 e 231, garantem a liberdade de expressão e manifestação livre de sua cultura, além da demarcação de seus territórios pela União. Mas além das manifestações culturais, do território demarcado, os povos indígenas também reivindicavam autonomia para organizar seus territórios segundo sua própria cultura. A construção de uma escola diferenciada que atenda os anseios da comunidade se relaciona com essa reivindicação.

“É de particular importância o fato de a Constituição Federal ter assegurado o direito das sociedades indígenas a uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngue, o que vem sendo regulamentado em vários textos legais. Só dessa forma se poderá assegurar não apenas sua sobrevivência física mas também étnica, resgatando a dívida social que o Brasil acumulou em relação aos habitantes originais do território” (BRASIL, 2001).

Foi a partir da constituinte que uma série de leis foram criadas na tentativa de construção de uma escola que buscasse refletir a cultura indígena levando em consideração as características de cada etnia e necessidades da comunidade. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, os artigos 78 e 79 tratam da educação indígena.

Artigo 78 – O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisas, para oferta de Educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias. Artigo

Artigo 79 – A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º – Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º – Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos: - fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena; - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas; - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;- elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

Apesar da mudança na legislação e da garantia de uma educação diferenciada, a efetivação da lei se deu após muita luta e resistência. A concepção das escolas nas aldeias foi fruto da superação das dificuldades e por muita vontade das comunidades indígenas. Apesar do direito a uma educação intercultural, muitas vezes os professores eram não-índios que não conheciam a história e a cultura da comunidade. Apesar de Lei garantir fomentos técnicos, financeiros e pedagógicos, muitas escolas funcionavam nas casas dos próprios moradores, farinheiras ou expostas ao tempo. Não havia incentivo para formação de profissionais indígenas. O material pedagógico, quando existia, era comum ao ensino regular e não atendia às demandas da educação indígena. As muitas dificuldades e entraves foram vencidas aos poucos com muita luta e reivindicações. A resistência veio da convicção que a construção da educação diferenciada indígena garantiria a defesa de seus direitos e a sobrevivência da cultura.

A escola precisa dialogar com a complexidade do ser indígena, respeitando as particularidades de cada povo e fortalecendo a cultura e os conhecimentos de cada etnia. Para Célia Nunes Correa Xakriabá (2018), a escola precisou passar por um processo de amansamento, de apropriação para refletir os anseios da comunidade e ser instrumento de luta na busca pela consolidação dos direitos.

“A escola chega como instituição externa, em um primeiro momento desagregadora de nossa cultura. Somos Xakriabá e, após muita luta, podemos construir narrativas em que contamos a nossa própria versão da história, respeitando os processos próprios de uma escola diferenciada, que não suprime o conhecimento e o modo de ser Xakriabá”.

A professora Maria Muniz Andrade Ribeiro, do povo Pataxó Hãhãhãe, foi uma das primeiras professoras indígenas a ocupar esse papel nas escolas das aldeias na Bahia, ela ajudou a construir uma proposta de escola indígena e ressalta a importância de uma educação indígena diferenciada para a continuidade dos povos. Para ela a escola é uma forma de

“Reconquistar esse caminhar, esse falar e esse ouvir, esse falar e esse caminhar em formas diferentes, lembrando que nosso povo ainda existe, que nosso povo tem uma forma de viver, de caminhar. Então é uma reconquista. Nós estamos a lembrar a humanidade que a nossa nação nunca morreu” (MARIA MUNIZ ANDRADE RIBEIRO, 2021 p. 22).

Maria Muniz Andrade Ribeiro tem a convicção que a escola é lugar de resgate da cultura e da ancestralidade, de reafirmar identidades, mas é também lugar de reconquista.

“Minha pedagogia serviu para essas histórias [do povo indígena]¹⁴ serem contadas, reencontradas, os jovens conhecerem, os povos se encontrarem e saberem porque estavam ali. Esta escola foi construída ouvindo as histórias que os invasores tentaram apagar” (Maria Muniz Andrade Ribeiro, 2021 p. 104).

A escola é um dos caminhos para que, conhecendo a história do povo, reconhecendo sua própria identidade, os jovens entendam todas as violências e negações sofridas pelos seus ancestrais, e por todos os indígenas e se envolvam na luta pela justiça e pelos direitos do seu povo. Uma dessas lutas é pelo próprio território, lugar onde terá sua existência, do seu povo e sua cultura protegidos. Assim como a cultura e território tem uma relação muito próxima, a escola também se relaciona com o território e com a cultura.

“Sem um território demarcado não seria possível lutar por escola e assim ter uma educação diferenciada dentro do território, lutar por saúde e ter um posto que atendesse os indígenas, plantar uma roça de mandioca e conseqüentemente ter uma farinha

¹⁴

Grifo nosso.

deixando claro que o território é e sempre será a base para tudo que nós indígenas precisamos” (CAMILA ALVES VIEIRA, 2019).

Os embates com as secretarias de educação dos estados e municípios ainda são muito grandes. Mesmo depois da legislação reconhecer o direito por uma escola indígena diferenciada, as comunidades ainda encontram vários obstáculos para construir o próprio currículo e calendário. “O currículo da nossa escola está ligado a realidade da comunidade mesmo encontrando barreiras na secretaria do estado que muitas das vezes não aceita que nossa escola seja diferenciada, ou seja, quer que a escola siga o currículo que é mandado por ela” (LINDAURA GOMES DE ARAÚJO, 2019). Além disso, há a imposição de um calendário que siga a lógica ocidental, desconsiderando a ligação dos povos indígenas com os ciclos e tempos da natureza.

A relação com o território e com a cultura é fundamental para que se construa uma escola que atenda as demandas da comunidade, reforçando as identidades de cada comunidade. Isso significa que não dá para copiar o modelo de uma escola indígena para outra etnia ou comunidade. Assim como cada cultura indígena é única, a construção da escola deve atender as particularidades de cada coletivo.

“O desafio ainda é consolidar uma política capaz de atender uma alimentação escolar diferenciada, materiais didáticos, organização curricular elaborados pelos próprios professores e infraestrutura da escola com uma planta que atenda a demanda de cada povo” (CÉLIA NUNES CORREA XAKRIABÁ, 2018).

“Além disso, as nossas escolas são carentes de materiais de pesquisas que retratem a realidade do nosso território” (JOSÉ APARECIDO RIBEIRO, 2019). Para vencer essa dificuldade foram fundamentais projetos de formação de professores indígenas de diferentes etnias. Dessa forma, podiam estabelecer pontes entre conhecimentos diversos e falar sobre a experiência de sua própria cultura e território.

A escola da comunidade Pataxó localizada em Itapeçerica só começou a ser construída em 2010. Foi uma conquista muito importante para a comunidade que viu a oportunidade de formar seus jovens numa perspectiva de dentro de sua cultura.

“Em 2010 começou a construção da nossa escolinha. Nós usamos ela, mas mais em tempo de chuva porque ainda gostamos de ficar debaixo das árvores. Nós gostamos de ficar livres ouvindo os sons da natureza por que com a natureza também aprendemos muito” (RAÍRES ALVES BRAZ, 2019).

Isso não significa que a escola se detenha apenas em ensinar a cultura de seu povo. Os indígenas sabem que o mundo mudou bastante, que é preciso educar os jovens para que transitem fora das aldeias, sem perder suas raízes e a perspectiva cultural.

“A nossa escola tem seu próprio jeito de ensinar, suas próprias pedagogias, onde fortalecemos a identidade da nossa comunidade e do nosso território. (...) Além disso, fazemos uma ponte entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais. As nossas crianças aprendem os dois ensinamentos” (WERYMEHE ALVES BRAZ, 2019).

Apesar das mudanças de alguns hábitos indígenas que dificultaram a transmissão de saberes pelos mais velhos aos jovens, esses conhecimentos são muito importantes e guardam a ancestralidade e cultura das comunidades, por esse motivo é preciso criar estratégias para que esses saberes sejam transmitidos e guardados.

“O contato com os portugueses e outros não indígenas fez com que fossemos atualizando a nossa maneira própria de viver, que não se perdeu toda, pois as nossas raízes ainda existem e estão guardadas em cada um dos mais velhos, que ainda conservam essas tradições” (ADEMÁRIO BRAZ FERREIRA e JELEVALDO SILVA SANTOS, 2019).

As rodas de conversa, as fogueiras e os mutirões não são tão comuns como outrora, isso torna a escola um espaço de contato com a cultura e construção da identidade indígena, a inserção de professores indígenas e anciãos dentro da escola é fundamental para a sobrevivência da cultura.

“A luta é grande para nós e para continuar conservando a nossa cultura, costumes, tradições, religião, festa e língua, incentivamos as crianças, os jovens e a comunidade através da escola. A escola é parte muito importante nesse trabalho” (ADEMÁRIO BRZ FERREIRA e JELEVALDO SILVA SANTOS, 2019).

A escola indígena diferenciada de Coroa Vermelha, etnia Pataxó do sul da Bahia, iniciou em 1996 com a chegada de duas professoras indígenas, após essa data passou por várias construções e melhorias para se consolidar como educação diferenciada. A partir daí começa a construção de uma educação diferenciada, cujo objetivo é preparar os jovens para a vida dentro e fora das aldeias, entendendo o funcionamento das sociedades ocidentais, mas sem perder de vista a cultura e a identidade indígena.

“Tendo a educação diferenciada em vista, a nossa Educação (...) se insere na confiança de desenvolver uma educação comunitária, intercultural, bilíngue e multilíngue, específica e diferenciada, valorizando todo o conhecimento contido em nossos maiores mestres, nossos anciões” (ADEMÁRIO BRAZ FERREIRA E JELEVALDO SILVA SANTOS, 2019).

Apesar da importância da oralidade na transmissão de conhecimentos na cultura indígena, a necessidade de deixar esses conhecimentos documentados é reconhecida pelas comunidades. Muitos conhecimentos se perdem com a morte dos anciões, dessa forma construir documentos que permita o contato das gerações mais jovens com a ancestralidade e saberes tradicionais é fundamental para continuidade da cultura e construção da identidade. A educação indígena diferenciada não propicia “somente fortalecer a cultura que é a principal identidade do nosso povo, como também, deixar registros destes valores que é indispensável na vida do nosso povo para as gerações futuras das aldeias Pataxó” (ANTONILDO SILVA DE LIRA, 2019).

Não se trata de propor os conhecimentos ocidentais e tradicionais de maneira dicotômica, mas de estabelecer pontes entre diferentes construções e identificar aproximações de pontos de vista diversos para reafirmação da identidade indígena sem isolar-se do restante do mundo.

“A partir de uma reflexão propositiva que promova a interação entre saberes tradicionais e a escola, possibilita-se o fortalecimento de diálogos entre esses pares, no intuito de refletir positivamente sobre as práticas produtivas e culturais já existentes nas aldeias” (TÂNIA ALVES MACIEL, 2019).

“O nosso conhecimento não pode ser reduzido como um saber menor ou ser tratado como retórica, somos povos que produzimos nossa própria epistemologia nativa, que é alimentada na ciência do território” (CÉLIA NUNES CORREA XAKRIABÁ, 2018).

É importante estabelecer diálogo entre diferentes culturas, não como forma de afrontá-las, mas na tentativa de criar recursos para sobrevivência de culturas diferentes, do ambiente e da natureza. O povo Xakriabá também reconhece a importância da escola indígena diferenciada na preservação e ensino da cultura. Embora a escola seja um pouco mais antiga, foi somente em 1997 que os Xakriabá ganharam o direito de começar a construir uma proposta curricular étnica. Para Erick Correa de Alkimim e Marilene de Oliveira Santos (2019), essa importância da escola indígena diferenciada se dá “pois é um espaço onde os professores indígenas passam a reforçar a identidade do povo para que a cultura seja conhecida e respeitada por todos”. Eles ainda destacam a necessidade do diálogo entre os saberes da escola e da comunidade:

“A nossa escola indígena tem um duplo conhecimento que é de uma escola normal e um diferenciado. As escolas têm o dever de preparar o aluno para a vida social, conhecendo dentro e fora da aldeia, sabendo buscar solução junto a comunidade para resolver os

problemas. (ERICK CORREA DE ALCKMIN e MARILENE DE OLIVEIRA SANTOS”

“As escolas em conjunto com a comunidade evoluíram muito e graças à união do nosso povo, demos um passo muito grande na educação. Hoje a nossa escola é diferenciada, temos nosso próprio modelo de aprendizado e de organização escolar. O principal foco da escola diferenciada é trabalhar com as disciplinas ligadas à realidade indígena sempre respeitando a cultura, mas, porém os trabalhos estão sempre ligados também ao mundo atual em que vivemos com o objetivo de se formar uma sociedade melhor e lutar pelos nossos direitos” (EDNEIA MOREIRA SILVA e JANAINÉ NUNES DA MOTA, 2019).

A construção de um currículo diferenciado na escola indígena não significa se apartar do mundo ou estabelecer uma monocultura. A ideia é exatamente o oposto, é entender como as disciplinas escolares conversam com a realidade da comunidade e com os saberes tradicionais na tentativa de construir melhores condições de vida para todos. “A escola também chega como algo bravo, algo valente no nosso território, tentando nos colonizar, e o que nós fizemos não foi somente nos apropriarmos da escola, mas, principalmente pensar nesse amansamento para usar a escola a nosso favor” (CÉLIA NUNES CORREA XAKRIABÁ, 2022 p. 21). Nesse sentido, a construção de uma escola indígena diferenciada é de extrema importância para o resgate e o reforço da identidade indígena e não a aculturação desses povos.

As estudantes Edneia Moreira Silva e Janaine Nunes da Mota (2019), também apontam que para a cultura continuar existindo o compromisso de registrá-la é muito importante.

“É importante transmitirmos conhecimentos por meio da oralidade, pois as gerações vão mudando, os nossos anciãos vão morrendo. Então registrar esses saberes é de extrema importância para que os conhecimentos e tradições dos nossos antepassados não se percam (EDNEIA MOREIRA SILVA e JANAINÉ NUNES DA MOTA, 2019)”.

E através da escola, pode-se assumir a responsabilidade de produzir materiais para usos pedagógicos, mas que também podem ser usados como acervos memoriais e culturais da comunidade, além claro, do contato direto dos jovens com a história do seu povo e de sua ancestralidade.

Por último, para que os povos indígenas alcancem a autonomia sobre seus territórios é preciso que eles encontrem fontes de renda e sustento que garantam a subsistência da comunidade. Se antes de todo processo de urbanização do Brasil, as etnias tinham um vasto território para tirar seu sustento, agora eles estão estabelecidos em um território fixo, com divisas bem definidas. O povo indígena tem consciência que não é mais possível viver como a 500 anos atrás, contudo não

dá para aceitar a proposta de progresso ocidental, cuja exploração leva à exaustão de pessoas, comunidades e da natureza, como uma alternativa viável.

É muito difícil que nesses territórios reduzidos as comunidades tenham condições de produzir 100% dos elementos necessários para manutenção de toda a população.

“Entendemos que autonomia é acessar bens provenientes do trabalho realizado em outros territórios, mas a partir de uma rede de atuação conjunta. (...) Ainda que dependamos aqui e acolá do Estado e do mercado, precisamos ir avançando e conquistando essas soberanias por meio do nosso trabalho coletivo” (FERREIRA, 2021 p.51).

Para que os povos indígenas alcancem a autonomia é preciso que tenham capacidade de produzir alimentos, trabalho e renda dentro de seus territórios e isso só é possível dentro de uma perspectiva de coletividade e de respeito com a natureza. É a manutenção da natureza e do meio ambiente que fornecerá condições favoráveis à sobrevivência do povo, da cultura e do meio ambiente.

Essa ligação profunda entre esses povos indígenas, o ambiente e o sentimento de reciprocidade estabelece uma inter-relação de cuidado e mutualidade, uma vez que seu sustento vem da natureza, cuidar dela significa cuidar da própria existência. Nessa relação com a natureza,

“a gente pede, e ela nos dá e a gente devolve para ela. O que a gente tira da natureza, uma casca de madeira, uma fruta e jogamos adubo no pé das plantas, pois é de lá que tiramos nosso sustento de vida e essa é nossa ligação com a natureza, a nossa liberdade com os pedaços das nossas matas” (WERYMEHE ALVES BRAZ, 2019).

Natureza e seres humanos não estão em lados antagônicos, eles fazem parte do mesmo sistema sobrevivendo sobre relações de permuta, em que os seres humanos não podem apenas extrair, é seu dever também oferecer cuidado e proteção ao ambiente. Não há como cuidar da humanidade sem cuidar da natureza, assim como é impossível cuidar da natureza sem cuidar da humanidade. “Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade e nos alienamos desse organismos de que somos parte, a Terra, passando a pensar que ele é uma coisa e nós outra: a Terra e a humanidade” (AILTON KRENAK, 2020 p. 83). Reafirmar a ligação humana com a natureza admitindo que ambos precisam de cuidado e respeito configura uma forma de restabelecer o contato entre humanidade - Terra, reafirmando a relação de simbiose entre ambos.

Nesse sentido, para cuidar da humanidade é preciso garantir formas dignas de desenvolvimento das pessoas e dos seres vivos, certificar que suas necessidades básicas serão supridas. Uma dessas necessidades, que também é um direito, é o acesso ao bem-estar e a um ambiente ecologicamente equilibrado. Fato que só se dará em um vínculo de cuidado e reciprocidade com o ambiente transcendendo a relação de acumulação de bens e a exploração de recursos e de pessoas proposta pelo capitalismo. “Nós, populações tradicionais temos condições de apresentar um outro projeto de sociedade, não exatamente pela falácia do desenvolvimento e sim, por meio do re-envolvimento, que representa a retomada de outros valores” (CÉLIA NUNES CORREA XAKRIABÁ, 2018).

Isso significa que o combate à crise ambiental e climática inclui cuidar das pessoas e romper com a lógica estruturalista que hierarquiza pessoas, seres vivos e conhecimentos, permitindo que apenas padrões hegemônicos tenham direito à dignidade.

“A ideia de responder a crise está, de alguma maneira, relacionada com aspectos da justiça. Justiça ambiental, justiça social, justiça socioeconômica e justiça em relação às formas de violência e violação de direitos que caracterizam a modernidade colonial ao longo dos séculos” (TAVARES, 2022 p. 192).

É preciso que as pessoas tenham acesso ao trabalho e a bens que necessitam para sobreviver, mas sem a lógica de dominação, lucro e acumulação que leva à exaustão da natureza e dos recursos do planeta.

A promoção da justiça ambiental e a “reparação ou a cura da terra tem a ver diretamente com a reparação a essas comunidades que, na verdade, são os guardiões da terra” (TAVARES, 2022 p. 195). “A ideia de que a reparação destinada a uma aldeia e a comunidade de uma aldeia é, em certo sentido, também a reparação ao próprio Sistema Terra” (TAVARES, 2022 p. 203).

Os povos originários e as ideias que defendem possuem papel preponderante na construção de sociedades mais justas, em que os direitos e necessidades dos indivíduos são observadas, sem contudo, extrapolar o sentido de coletividade de uma comunidade que não engloba só seres humanos, mas todo o ambiente que os cerca. Contribuir para uma organização social que considera os vários aspectos da vida humana e da natureza, observando os vários vieses que possam aparecer, passa diretamente por valorizar e aprender o que essas culturas nos têm a ensinar.

As sociedades nos moldes ocidentais têm muito a aprender com os povos indígenas quanto a relações horizontalizadas apoiadas na vida coletiva e comunitária, no conceito de bem viver que significa

“manter-se nos conceitos de vida dentro do estado de suficiência - estar suficiente, primeiro, para você, sem excessos. (...) A partir do momento em que temos muito, estamos tirando de alguém, porque se uma ou duas pessoas tiverem muito de uma coisa só, significa que outras pessoas estão sem algo” (JERÁ GUARANI, 2022 p. 17).

Essa ideia de construir comunidades alicerçadas em vínculos de acuidade é apresentada pelo povo Pataxó.

“Hoje, como vamos sobreviver em uma comunidade igualitária, que um tem dinheiro e o outro não tem? (...) Sabemos enxergar e ajudar o outro sem invadir o lugar o espaço do outros. Isso não é invadir o espaço do outro é se preocupar com o outro é mostrar que nós nos preocupamos uns com os outros. Nós temos igualdade.” (RAÍRES ALVES BRAZ, 2019).

“Nós viemos de um tempo muito antigo, e com o conhecimento acumulado ao longo do tempo nós aprendemos a viver dentro de um território como uma grande irmandade” (WERYMEHE ALVES BRAZ, 2019). A relação de convivência e a relação de pertencimento com o lugar e a comunidade remonta a ancestralidade dos povos indígenas e a construção de uma identidade baseada na coletividade se manifesta na forma de organizarem as aldeias, dividirem as tarefas e os recursos.

Muitas modificações nos territórios indígenas exigiram mudanças nos hábitos da população e levaram a necessidade de fontes de renda para que se adaptassem à nova realidade. A chegada de novas tecnologias como energia elétrica e internet demandam receita para manutenção. Essas mudanças trouxeram muitas melhorias na educação, na saúde e na comunicação, no entanto, todas essas mudanças geraram impacto na cultura indígena e isso é motivo de grande preocupação e reforça a necessidade de reafirmação da cultura principalmente entre os jovens.

Construir fontes de renda e sustento para as comunidades indígenas é uma das premissas para que alcancem a autonomia, para que mantenham a unidade comunitária e transmitam a cultura para os mais jovens e para que as pessoas não precisem sair do território em busca de sustento.

A crise financeira vem afetando cada vez mais o nosso território, as nossas famílias, os recursos naturais estão ficando cada vez mais escassos, o desemprego aumentando, as coisas de fora estão invadindo cada vez mais as nossas casas. Tudo isso gera uma série de consequências, muitos desistem dos estudos, por falta de oportunidades. É muito

comum que os jovens, principalmente os homens, saiam para outros estados em busca de trabalho (EDNEIA MOREIRA SILVA e JANAINE NUNES DA MOTA, 2019).

Criar alternativas que levem em conta a cultura da comunidade indígena, que respeitem as características dos territórios e que preservem o ambiente é fundamental para a continuidade dos povos originários, para manter a unidade comunitária, para que as pessoas possam continuar vivendo e fortalecendo seus hábitos.

A situação de vida dos povos indígenas mudou muito e seus territórios também, por esse motivo é fundamental que se crie fontes responsáveis de sustento.

“Sabemos que a fartura que nosso território tinha antes, hoje não existe, pois reduziram nossa terra, poluíram nossos rios com produtos químicos, roubaram nossa liberdade de ir e vir, mataram nossos peixes, extinguíram nossos animais, dizimaram o nosso povo, e desmataram nossas matas, acabando com a mãe natureza” (GILZIMAR SANTOS SILVA, 2019).

Já não é mais possível viver da caça, pesca e coleta de alimento como outrora, então se faz necessário que se criem alternativas que respeitem sua cultura e autonomia para a sobrevivência desses povos.

O povo Pataxó, aldeado no sul da Bahia, promove atividades para inserção da comunidade na obtenção de renda e manutenção de suas necessidades. A localização em uma área de intenso fluxo turístico traz uma movimentação considerável de pessoas ao redor do território, causa uma pressão imobiliária enorme e impacta os modos de vida Pataxó. Esse fato, aliado a um território que nem sempre possui extensão suficiente para garantir a sobrevivência da comunidade, deixa como opção a geração de renda a partir da venda de peças de artesanato que produzem. “O artesanato, a pesca e a agricultura, que tem origem em nossos costumes tradicionais, são nossas principais fontes de renda” (ADEMÁRIO BRAZ FERREIRA e JELEVALDO SILVA SANTOS, 2019). Essas atividades procuram resgatar a cultura do povo Pataxó, incluir os mais jovens nas tarefas e garantir a sobrevivência da comunidade. Assim, essas tarefas são “muito utilizadas nas comunidades, as mesmas são realizadas, não apenas por serem tradicionais, mas, como fonte de renda para as famílias” (TÂNIA ALVES MACIEL, 2019).

Mesmo na busca por renda e pela sobrevivência, uma das premissas para realização das atividades de obtenção de renda do povo Pataxó é a sustentabilidade.

A busca por um caminho de sustentabilidade que permita o uso de recursos do planeta, mas que não gere o seu esgotamento é uma das premissas da sustentabilidade. Nesse sentido, os povos indígenas têm muito a ensinar uma vez que embora o mesmo só tenha surgido na década de setenta, já era praticado pelos povos indígenas, que sempre foram dependentes dos recursos naturais e os utilizam de forma consciente” (TÂNIA ALVES MACIEL, 2019).

O povo Xakriabá, por ficar em uma região mais isolada geograficamente e por sofrer em maior intensidade os impactos das mudanças climáticas e da estiagem, o que dificulta o desenvolvimento da agricultura na região, enfrenta um desafio maior quando se trata do sustento da população. Assim, é comum que pessoas saiam do território em busca de trabalho. No entanto, várias atividades têm sido desenvolvidas baseadas na cultura Xakriabá para reforçar a identidade da etnia e para gerar renda para a população.

A construção da Casa de Cultura Xakriabá tem uma importância muito grande nesse sentido. Ela propiciou a reapropriação da cultura

“o uso evoluiu [dos adereços]¹⁵, cresceu mais, tanto para o uso dos próprios indígenas, como também o interesse das pessoas de fora que vem comprar, reforçando mais a identidade do nosso povo Xakriabá, valorizando a parte cultural, espiritual e aumento de fonte de renda do povo Xakriabá” (ERICK CORREA ALCKMIN e MARILENE DE OLIVEIRA SANTOS, 2019).

As principais fontes de renda da comunidade Xakriabá são o artesanato, a agricultura e a pecuária.

“As pessoas têm como meio de sobrevivência a produção de artesanatos e a lavoura (plantio de roça) (...) A criação de gado também é uma das principais fontes de renda do nosso povo e isso tem levado as pessoas a derrubarem muitas matas para a produção de pastagens” (JOSÉ APARECIDO RIBEIRO, 2019).

A atividade agrícola e pecuária são de grande apreensão para comunidade, uma vez que são muito importantes para o sustento das pessoas, no entanto geram um impacto significativo dentro do território. As áreas desmatadas para formação de roças e pastos é um grande problema ambiental, no entanto os Xakriabá tem buscado nos seus conhecimentos e ancestralidade conhecimentos para manejar o território causando o menor impacto possível.

A preocupação com a natureza e seus tempos de regeneração faz parte da cultura Xakriabá. É claro que existe a necessidade de tirar recursos da natureza para sobrevivência, porém é muito

¹⁵ Grifo nosso.

nítido a preocupação de não levar os recursos à exaustão e comprometer o equilíbrio do ambiente. O cuidado de se respeitar os tempos da natureza e de sua regeneração.

Para Lindaura Gomes de Araújo (2019),

“a fonte de renda através das plantas tem que ser consciente, para que não venha nos faltar futuramente, por isso tem que haver um local de reprodução de mudas, para que elas sejam fonte de renda e retirar da natureza o necessário sem abusar dela, para que sempre que precisarmos encontrarmos”.

Laurisaura da Mota Ribeiro (2019) conta que o milho tem papel estratégico nas lutas e organização do povo xakriabá e aponta a importância do milho para a comunidade “entre os Xakriabá, o milho sempre foi um meio de sobrevivência do povo, portanto, a roça de milho faz parte da nossa cultura e das nossas lutas”. A cultura do milho representa as lutas pela retomada do território, mas também representa o sustento do povo Xakriabá e o respeito pela natureza e seus ciclos. Afinal de contas, o plantio do milho demanda “ciências com a roça envolvendo as fases da lua, as qualidades de sementes do milho” (LAURISAURA DA MOTA RIBEIRO, 2019). É preciso conhecer o tempo das roças e as sementes adequadas para o clima da região.

Os impactos causados pelo longo período de estiagem e consequente falta de água comprometem bastante as atividades de agricultura e pecuária dentro do território. Isso, combinado com a degradação ambiental causada por atividades agropecuárias, intensificou a preocupação em recuperar e cuidar melhor do território, garantindo a sobrevivência do modo de vida Xakriabá e das espécies que vivem naquele ambiente.

Com a crise ambiental e a dificuldade de sobrevivência dentro de um território cuja extensão é um fator limitante, a produção de artesanatos como alternativa de geração de renda cresceu bastante dentro do território. A manufatura dos artefatos não é apenas uma questão de geração de renda, ela serve também para reafirmar a identidade Xakriabá.

“Hoje o artesanato é também uma forma de resistência, seu uso se torna cada vez mais constante e presente na vida do nosso povo diariamente. (...) quando saímos para lutar pelos nossos direitos é ele que nos acompanha e se torna uma forma de mostrar presença aonde chegamos” (EDNEIA MOREIRA SILVA e JANANINE NUNES DA MOTA, 2019).

A preocupação com a matéria prima para a confecção dos artesanatos é fonte de atenção da comunidade. Em seus trabalhos são usados madeira de árvores que já estavam mortas, assim

como os ossos, penas e couro são retirados de animais que morreram por causa natural, ou de boi que é uma fonte de alimentação do território. A produção do artesanato envolve um fortalecimento da identidade indígena, amor pela cultura e respeito aos recursos naturais, além de propiciar um incremento na renda das famílias.

Nesse sentido, Edneia Moreira Silva e Janaine Nunes da Mota (2019) propõem uma forma de organização social, política e econômica dentro dos territórios: a economia solidária. A proposta envolve toda a comunidade e a noção de coletividade, onde o propósito é o bem-estar de todos, da população e do ambiente, rompendo com a lógica de lucro, acumulação de riquezas, exploração de mão-de-obra e dos recursos naturais concebida pelo capitalismo. Elas propõem um sistema de economia solidária onde:

“Os consumidores e produtores possam trabalhar de forma sustentável, responsável e solidário, buscando o bem viver de todos. Respeitando e protegendo os biomas e os ecossistemas usando apenas tecnologias sustentáveis que não agridem o meio ambiente. Vale lembrar que a economia também quer dizer cuidado, cuidado com as pessoas, com a cultura, com a nossa terra, nossas águas, com a fauna e flora e principalmente com a vida, valores que devem ser priorizados acima de tudo e de todos” (EDNEIA MOREIRA SILVA e JANANINE NUNES DA MOTA, 2019).

Fazer economia e gerar renda para a população não diz apenas sobre dinheiro, é também sobre cuidar da água, do solo, das matas e também das pessoas. É sobre cuidar do bem-estar de todo território e garantir que todas as formas de vida tenham acesso às riquezas do planeta, que se garanta meios para a sobrevivência da vida e a viabilidade de continuidade de pessoas, povos e biomas.

6.1.4. Assegurar a generosidade e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações

O último subprincípio do primeiro tópico da Carta da Terra diz respeito a se relacionar com a natureza de forma respeitosa, cuidando para que os seus ciclos sejam respeitados de forma a garantir sua recuperação. Isso é fundamental para preservação e conservação do ambiente em uma perspectiva que não contemple apenas o agora, mas todos os seres vivos do presente e do futuro. Para tanto, é necessário uma série de medidas, desde ações sustentáveis de uso de recursos da natureza, até a adoção de planos sociais, econômicos e democráticos para assegurar a todos seres humanos dignidade.

Não é possível separar as ações dos povos indígenas como se cada movimento de sua cultura se encaixasse em apenas uma estratégia e objetivo da Carta da Terra de forma isolada. Os pensamentos manifestados na visão de mundo e na forma de relacionar com a natureza mostram que suas ações contemplam a totalidade e a complexidade de suas experiências e do ambiente em que vivem. Assim uma atividade que claramente se relaciona a um dos princípios da Carta da Terra, vai conversar com os outros pontos, de forma que é muito difícil encontrar uma atividade afastada das demais e que não tenha vários impactos na vida da comunidade.

A lógica das iniciativas indígenas é respeitar e cuidar da comunidade da vida no seu sentido mais amplo, de todos os seres vivos, sejam eles humanos ou não, seres vivos ou estruturas do planeta que se tornaram sagradas pela convivência, ensinamentos e sustento ofertados. Contudo, essa proteção à natureza se faz ao conhecê-la e compreendê-la em sua magnitude, desenvolvendo relação de afeto e amor com o ambiente.

Cuidar da vida também é cuidar dos seres humanos e isso só se faz em comunidades democráticas, onde todos tenham acesso a recursos que proporcionem uma vida digna. Por sua vez, cuidar e respeitar a Terra, reconhecer o ambiente como parentes e sagrado, cuidar para que toda a comunidade tenha dignidade é garantir que a Terra seja bem tratada e protegida, garantindo sua beleza e generosidade por muitas gerações.

“A nossa luta não é somente para adquirir o remédio. A nossa luta é, principalmente, para não ficar doente. A nossa luta não é somente para reflorestar a terra, o pensamento, as “monoculturas da mente, que também está adoecida, mas, principalmente, para não desmatar porque reflorestar leva muito tempo” (CÉLIA NUNES CORREA XAKRIABÁ, 2022 p. 23).

Considerando a visão que os povos indígenas têm da natureza, torna-se muito importante o conhecimento de sua cultura e seus modos de vida para resgatar o sentimento de pertencimento e respeito da humanidade pela natureza. Construir a possibilidade de uma nova forma de organização da sociedade, desconstruindo a visão capitalista de exploração das pessoas e dos recursos.

Para garantir a continuidade das culturas indígenas, sua forma de viver e se relacionar com a natureza, é imprescindível que os jovens sejam apresentados à sua cultura, que sejam valorizados

e que reforcem sua identidade. Mais que isso, que explorem a possibilidade de levar todos esses conhecimentos a um público mais amplo.

Uma forma de os jovens conhecerem sua cultura e o modo de enxergar o mundo de seu povo é o contato com as pessoas mais velhas da comunidade. Muitos ensinamentos indígenas são transmitidos através da oralidade, das rodas de conversas e das histórias contadas pelos anciãos. Eles transmitiam seus conhecimentos, a forma de viver e lidar com a natureza e todos os aspectos culturais de seu povo. Essa forma de transmissão de conhecimentos ainda é muito importante para as comunidades indígenas, de modo que essas pessoas estão inseridas na comunidade escolar, fazendo parte, inclusive, da educação formal das crianças e jovens.

“Os ensinamentos que são passados (...) são muito importantes porque tem as imagens que são sagradas para nós mesmos, e a força da oralidade. O ensinamento da oralidade é um ensino que veio passando de geração a geração através dos conhecimentos dos mais velhos, das histórias de vida que foram contadas por eles” (WERYMEHE ALVES BRAZ, 2019).

A transmissão desses conhecimentos pelos anciãos não deixa os saberes dos povos indígenas se perderem e garante que as vivências de respeito e proteção da natureza sejam repassadas às gerações futuras.

A escola intercultural que contemple as necessidades e a cultura das comunidades é uma estratégia muito importante para que os conhecimentos ancestrais dos povos indígenas sejam transmitidos e não se percam. “A luta é grande para nós e para continuar conservando a nossa cultura, costumes, tradições, religião, festa e língua, incentivamos as crianças, os jovens e a comunidade através da escola. A escola é parte muito importante nesse trabalho” (ADEMÁRIO BRAZ FERREIRA E JELEVALDO SILVA SANTOS, 2019). Construir uma proposta pedagógica que considere o modo de ser e existir no mundo, mais que reforça identidades e eleva a autoestima, trata-se de uma forma de manter uma cultura viva e ativa. “A educação escolar indígena diferenciada é a construção do sujeito como um todo: no conhecimento, no respeito, na transmissão dos conhecimentos que vão sendo passado para gerações futuras” (ADEMÁRIO BRAZ FERREIRA e JELEVALDO SILVA SANTOS, 2019).

Esses valores que são parte integrante da cultura Pataxó são significativos para a construção de uma sociedade mais justa e ambientalmente responsável, uma vez que a forma de enxergar o

mundo, as vivências e a cosmovisão vão ao encontro de uma relação de respeito e reciprocidade como próximo, os seres vivos e a natureza.

O povo Xakriabá também sente a necessidade de transmitir seus valores e conhecimentos para gerações futuras, de modo que sua ancestralidade possa ser conhecida por gerações futuras. Para Beatriz Dias Gonçalves (2019), é preciso “unir cada vez as pessoas da comunidade através de trabalhos coletivos, valorizando sempre o que foi ensinado pelos nossos mais velhos, não deixar esquecido para que as futuras gerações dê continuidade, passando de geração em geração”.

A transmissão dos conhecimentos ancestrais por meio dos anciões e da oralidade faz parte da cultura Xakriabá, no entanto é preciso que essas tradições sejam também registradas, uma vez que pode se configurar uma oportunidade de eternizar o conhecimento dos mais velhos e possibilitar que futuras gerações tenham acesso a elas.

“É importante transmitirmos conhecimentos por meio da oralidade, pois as gerações vão mudando, os nossos anciãos vão morrendo. Então registrar esses saberes é de extrema importância para que os conhecimentos e tradições dos nossos antepassados não se percam” (EDINEIA MOREIRA SILVA e JANAINÉ NUNES DA MOTA, 2019).

Essa preocupação também é demonstrada por Alessandro Karaí Mirim (2019), da etnia Guarani, que revela a importância dos conhecimentos ancestrais e da oralidade dentro da sua comunidade e aponta que mesmo com a mudança de algumas tradições eles devem ser preservados:

“O fato de que hoje, nós jovens, principalmente, estamos esquecendo das regras da nossa cultura. Antigamente, se sentavam mais com os mais velhos, que contavam mais sobre o comportamento, pois um dia vamos ter filhos. Então eles transmitiam esse conhecimento para os mais jovens. [...] A minha pesquisa é importante porque vou registrar esses conselhos e produzir um material didático com eles para usar principalmente nas escolas e também levar nas reuniões da aldeia” (ALESSANDRO KARAÍ MIRIM, 2019).

Além de uma educação indígena diferenciada que contribui para que os jovens tenham acesso aos conhecimentos do seu povo, a comunidade Xakriabá conta com outras estruturas que possibilitam que suas tradições sejam apresentadas a toda coletividade, que os mais jovens conheçam sua cultura e que suas identidades se fortaleçam. A Casa de Cultura Xakriabá, é um espaço que contribui “para o fortalecimento da cultura local, além de fortalecer a troca de conhecimento entre as gerações, principalmente no artesanato produzido pelo povo Xakriabá” (ERICK CORREA ALCKMIN e MARILENE DE OLIVEIRA SANTOS, 2019).

A estrutura da Casa de Cultura Xakriabá representa uma grande oportunidade para que os conhecimentos do povo sejam visibilizados. Na casa são apresentados artefatos que fazem parte da cultura Xakriabá, medicamentos produzidos dentro do território a partir de plantas medicinais, espaço para eventos sociais e culturais. Além de apresentar a cultura Xakriabá, a Casa de Cultura representa uma forma de obtenção de renda para a população.

“A Casa de Cultura Xakriabá hoje representa, para nosso território, um ponto muito forte de luta. É neste espaço que se concentra as organizações internas de discussão de proposta de melhoria para as nossas comunidades; um espaço onde se transmite o conhecimento; compartilha saberes que estão na mente dos mais velhos da nossa comunidade; onde acontecem as atividades culturais das escolas junto com alunos, professores, lideranças e comunidade para serem repassadas as futuras gerações, valorizando os artesanatos, crenças e costumes, que sempre foi um sonho que as pessoas tinham desde ante da construção” (ERICK CORREA ALCKMIN e MARILENE DE OLIVEIRA SANTOS, 2019).

Transmitir os conhecimentos indígenas para as novas gerações é imprescindível para que o povo e sua cultura sobrevivam. Quando se trata de povos indígenas, isso se torna ainda mais importante, dado que as vivências desses povos com a natureza podem abrir uma nova perspectiva de cuidado, respeito e proteção do ambiente.

Pode-se afirmar que a sustentabilidade é de fato sentida na ancestralidade desses povos, uma vez que convivem de forma íntima e harmoniosa com a natureza. Se muitas vezes os povos indígenas foram acusados de serem apáticos e negligentes isso é uma mentira descabida. “Não somos um povo preguiçoso! (...) Sabemos trabalhar sem descanso em nossas roças, debaixo de sol. Mas não fazemos isso do mesmo modo que os brancos. Preocupamo-nos com a floresta e pensamos que debastá-la sem medida só vai matá-la” (DAVI KOPENAWA YANOMAMI e BRUCE ALBERT, 2015 p. 469).

Os conhecimentos indígenas são carregados de sustentabilidade, uma vez que esses povos têm profundo respeito ao ambiente, consideram seus ciclos de recuperação se concebem como parte da natureza. Sabem que um dano ao ambiente é um dano à própria vida. “Estamos todos instalados num organismo maior que é a Terra. Por isso dizemos que somos filhos da Terra” (AILTON KRENAK, 2022 p. 103).

Vale ressaltar que a ideia de sustentabilidade apresentada pelos povos indígenas é bem diferente daquela apresentada por corporações capitalistas. No caso de organizações que se valem do

sistema capitalista, o “conceito surge em razão do processo de degradação econômica, fragilidade política e destruição da natureza como tentativa de amenizar o gérmen do sistema de produção capitalista: exploração, destruição e alienação” (VIZEU, MENEGHETTI & SEIFERT, 2012).

Para entender a ideia de sustentabilidade apresentada pelos povos indígenas é preciso primeiro compreender a diferença entre a noção de território para a sociedade capitalista e a noção de território para os povos originários. Milton Santos, citado por Mazzetto (2012), diz que para os povos indígenas

“o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”

Portanto é preciso reconhecer a “diferença de significação entre espaço vivido (múltiplas significações que atravessam de forma integrada, o material, o cultural e o espiritual) e espaço explorado (significação estritamente mercantil)” (MAZZETTO, 2012) assumida por corporações e pela sociedade capitalista. É essa experiência de pertencimento e vivências que torna possível a construção da sustentabilidade.

Nesse caso, é preciso cautela com o uso da palavra sustentabilidade por corporações e governos que se valem do capitalismo para explorar de forma predatória os recursos e acumular riquezas. Na lógica capitalista, pequenas áreas são protegidas, enquanto o resto do planeta pode ser explorado até sua exaustão.

“Sendo assim, a biodiversidade, como parte fundamental desses ecossistemas, é também um produto natural e sua conservação pressupõe a ausência humana, reforçando o paradigma moderno da separação homem-natureza. Nesse contexto, as unidades de conservação vão se tornando ilhas de conservação em meio a um mar de degradação” (MAZZETTO, 2012).

Ailton Krenak cita um exemplo que explica como essa lógica protecionista, de isolamento de ilhas de natureza do ser humano é bastante perigosa e prejudicial ao planeta.

“Quando a gente quis criar uma reserva da biosfera em uma região do Brasil, foi preciso justificar para a UNESCO¹⁶ porque era importante que o planeta não fosse devorado pela

¹⁶ A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é uma agência especializada das Nações Unidas (ONU) com sede em Paris, fundada em 4 de novembro de 1946 com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros – hoje são 193 países – na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas

mineração. Para essa instituição, é como se bastasse manter apenas alguns lugares como amostra grátis da Terra. Se sobrevivermos, vamos brigar pelos pedaços de planeta que a gente não comeu, e os nossos netos ou tataranetos - ou os netos de nossos tataranetos - vão poder passear para ver como era a Terra no passado” (AILTON KRENAK, 2020 p. 12).

A ideia de sustentabilidade não pode passar pela ideia de separação entre homem - natureza. A percepção de sustentabilidade precisa ser entendida como a convivência entre seres humanos e a natureza de forma que não coloque nem a vida, nem o planeta, nem o futuro em risco. A ideia de relação harmônica e de respeito à natureza praticada pelos povos indígenas. Uma relação que busca o equilíbrio entre a demanda de recursos para a sobrevivência humana e entre necessidade de obedecer tempos de recuperação e regeneração do ambiente.

Vale ressaltar que nessa situação não se trata de modificar o ambiente seguindo os interesses humanos, mas conviver com a natureza de modo a respeitar suas características e possibilidades. É o que Mazzetto tenta explicar em seu discurso na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

“Combater a seca é esquizofrenia; pois não podemos combater o clima; podemos, sim, conviver com ela. A possibilidade de sustentabilidade é conviver com a seca, pensando no tamanho da sustentabilidade de unidades familiares na caatinga, no cerrado e na mata atlântica. O desafio de juntar as funções de produção e conservação”.

Ailton Krenak (2020, p. 16), afirma que existe um “mito da sustentabilidade, inventado pelas corporações para justificar o assalto que fazem a ideia de natureza”. Essas organizações usam a estratégia de preservar ilhas de biodiversidade e realizar projetos sociais na tentativa de mascarar toda a destruição da natureza e exploração que promovem. “A verdade é que nós não precisamos de nada que esse sistema pode nos oferecer, mas ele tira tudo o que temos” (AILTON KRENAK, 2020 p. 67).

A sustentabilidade deve romper com a ideia de acumulação capitalista. É impossível pensar em uma sociedade sustentável que concorde com a lógica da exploração e de acumulação por algumas poucas pessoas. Isso se dá na base da exploração do ambiente e dos trabalhadores e não colabora em nada para a construção de uma sociedade justa. A construção de uma sociedade sustentável deve considerar vários aspectos coletivos para que realmente seja implantada. Uma

sociedade justa deve conceber a sustentabilidade econômica, social, democrática e ecológica, assumindo produção e conservação como indissociáveis.

A construção da dicotomia ser humano - natureza fez com que a humanidade se afastasse de suas origens e desenvolvesse o pensamento de que natureza e humanidade são coisas diferentes. “Fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ela é uma coisa e nós outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza” (AILTON KRENAK, 2020 p. 16). Para construção de uma perspectiva mais holística é preciso recuperar o sentimento de pertencimento e respeito ao ambiente. “Entendemos que nosso povo nunca se divorciou da Mãe Natureza. Essa separação colocaria em risco nosso modo de vida, nossos costumes, nossas tradições, nossos conhecimentos tradicionais e nossa sustentabilidade” (ADEMÁRIO BRAZ FERREIRA E JELEVALDO SILVA SANTOS, 2019).

Para a construção dessa sociedade sustentável, “nossa sociabilidade tem que ser repensada para além dos seres humanos, tem que incluir abelhas, tatus, baleias, golfinhos. Meus grandes mestres da vida são uma constelação de seres - humanos e não humanos” (AILTON KRENAK, 2022 p. 101). A sustentabilidade não pode ser pensada apenas para a continuidade dos seres humanos no planeta, mas como uma forma de viver que considere que somos parte de uma estrutura maior e que o todo deve ser priorizado e não uma pequena parte.

Não é possível pensar em um conceito de sustentabilidade que não considere a esfera do tempo. Os tempos de produção não podem ser maiores que os ciclos de vida e regeneração da natureza. Não podem levar ao esgotamento de recursos e à exaustão de pessoas e comunidades. O pensamento de viver e retirar o sustento do ambiente respeitando os tempos e regeneração da natureza originou a definição sobre sustentabilidade. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), citada pela organização WWF¹⁷ sustentabilidade é o “desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, garantindo a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro”.

¹⁷ Organização não-governamental brasileira e sem fins lucrativos que trabalha para mudar a atual trajetória de degradação ambiental e promover um futuro mais justo e saudável para todos, no qual sociedade e natureza vivam em harmonia (Fonte: <<https://www.wwf.org.br/sobrenos/institucional/>>).

A busca por um caminho de sustentabilidade que permita o uso de recursos do planeta, mas que não gere o seu esgotamento é uma das premissas da sustentabilidade. Nesse sentido, os povos indígenas têm muito a ensinar uma vez que embora o mesmo só tenha surgido na década de setenta, já era praticado pelos povos indígenas, que sempre foram dependentes dos recursos naturais e os utilizam de forma consciente” (TÂNIA ALVES MACIEL, 2019).

Para o povo Pataxó a sustentabilidade é uma ferramenta importante de fortalecimento de sua cultura, uma vez que a ideia de respeito à natureza é uma ideia muito presente nos saberes tradicionais de seu povo.

“Para o povo Pataxó, a sustentabilidade é respeitar as pessoas, a sociedade e a natureza, criando harmonia entre todos. Para as comunidades indígenas Pataxó, as principais questões que envolvem a sustentabilidade são a Mãe Natureza e a valorização de sua cultura” (ADEMÁRIO BRAZ FERREIRA e JELEVALDO SILVA SANTOS, 2019).

A construção de uma sustentabilidade autêntica deve levar em consideração os vários aspectos da sociedade, considerando a natureza em sua plenitude e o ser humano em todas as suas dimensões, sejam sociais, políticas, ambientais ou econômicas.

O modelo proposto pela sociedade ocidental não se aplica ao ideário dos povos indígenas, a busca deles é pela plenitude do ambiente e isso inclui os seres humanos. Não faz nenhum sentido falar na acumulação de bens além do necessário à própria sobrevivência. Isso só traria danos ambientais, por destruir a natureza, econômicos, por ser gerador de desigualdades e sociais, por hierarquizar as pessoas com base em suas posses.

“Os modelos de desenvolvimento econômico adotados pelos países ricos são causadores de degradação ambiental. Tais modelos, quando importados para nossos territórios, causam degradação ambiental e ameaçam a sobrevivência de nosso povo. (...) as destruições em nome do progresso, a ganância do dinheiro, a falta de respeito aos limites e fronteiras dessas terras, as invasões, o uso predatório dos recursos naturais, são constantes e visíveis, e afetam cada vez mais as condições socioambientais desses territórios” ADEMÁRIO BRAZ FERREIRA e JELEVALDO SILVA SANTOS, 2019).

A sustentabilidade pode ser considerada como um resgate das tradições indígenas, uma vez que suas vivências procuraram respeitar o ambiente, os tempos e ciclos da natureza, todos os seres vivos e o próprio ser humano.

“A sustentabilidade é um trabalho que passa de geração em geração, aos nossos filhos e aos nossos netos. Se aprende entre os parentes, passando os conhecimentos e os costumes de geração em geração. Isso é sustentabilidade da tradição e do meio ambiente, ou seja, sobrevivência do povo Pataxó” (ADEMÁRIO BRAZ FERREIRA E JELEVALDO SILVA SANTOS, 2019).

Laura Caetana dos Santos (2019), do povo indígena Xakriabá, traz a importância do território nas práticas de sustentabilidade. “É nele que construímos nossas moradias e nele que buscamos nossos meios de sustentabilidade. É nele que encontramos toda a riqueza desse planeta-terra”. A garantia de um território para que uma comunidade indígena possa viver segundo seus costumes é também possibilidade de desenvolvimento da sustentabilidade, uma vez que em seus territórios os povos indígenas poderão conceber seus valores e conhecimentos.

É importante que a premissa da sustentabilidade esteja presente nas comunidades “porque esta só pode ser local. Sem sustentabilidade local, a sustentabilidade global é uma abstração inútil, um discurso vazio, desterritorializado e desmaterializado” (MAZZETTO, 2012).

Para os povos indígenas, todas as dimensões da existência estão interligadas. Não é possível separar o planeta do ser humano, assim como não é possível cuidar de toda a biodiversidade sem ter respeito e amor à Terra. É imprescindível a construção de sociedades sustentáveis, mas para tanto é preciso considerar todas as necessidades e aspectos humanos, formando uma sociedade equânime. A sustentabilidade é a perspectiva de sobrevivência do povo Xakriabá.

“Nosso território é um campo de riquezas e que devemos sempre preservá-los, pois é nesse campo territorial que encontramos todas as diversidades. (...) Então cabe a nós seres humanos fazermos nossa parte para preservar esse bem precioso que é o patrimônio de nossas futuras gerações” (LAURA CAETANA DOS SANTOS, 2019).

A comunidade Xakriabá, devido aos vários impactos causados pelas mudanças climáticas em seu território, precisa, muitas vezes, procurar fontes de renda diferentes que garantam o sustento das pessoas do território. No entanto, essa busca deve contemplar o conhecimento ancestral do povo, levando em conta a preservação do território e a sobrevivência das pessoas. Assim, se propõe que a visão holística do povo Xakriabá seja considerada, e

“o eixo da competitividade seja deslocado para o eixo da viabilidade, e que a dimensão econômica não seja a única variável a ser considerada para uma sociedade mercantil, mas também as variáveis sociais, ecológicas e culturais, para termos sustentabilidade dentro de nossos empreendimentos” (EDINEIA MOREIRA DA SILVA e JANAINÉ NUNES DA MOTA, 2019).

Desse modo, a forma de uso do território deve ser feita com muita responsabilidade porque há “a necessidade de usufruto dos recursos naturais, porém gera a preocupação de como garantir esses recursos para as gerações futuras” (MARILSA LOPO DE OLIVEIRA, 2019).

Promover a incorporação de visões e formas de exploração capitalistas é permitir a destruição do território, da cultura e dos conhecimentos colocando em risco os próprios povos indígenas. Fica muito claro que não é possível desenvolver os mesmos modos de vida que esses povos tinham antes da invasão europeia nessas terras. No entanto, promover a sustentabilidade responsável, levando em conta a sobrevivência da biodiversidade e de ambientes, passa por desenvolver e/ou resgatar os conhecimentos ancestrais sobre manejo do ambiente que garantiram a preservação deles até aqui.

Portanto, promover um mundo em que o respeito pelas múltiplas necessidades humanas e de todos os seres vivos, assim como do próprio planeta é objetivo dos povos indígenas. Eles já vivem isso, está enraizado em sua ancestralidade. Trazer o conceito de sustentabilidade em suas múltiplas especificidades é fazer com que os conhecimentos e valores desses povos possam ser visibilizados. “A cultura dos saberes tradicionais não é vendida, é uma cultura de resistência e que vai ficar e servir não só para nós indígenas, mas para toda uma geração futura” (WAGNER SANTOS MEIRA, 2019).

Contudo, há que se certificar que suas ideias não sejam incorporadas a cooperativas cujo único objetivo é limpar sua imagem, dando mais fôlego a um sistema exploratório. É preciso que os conhecimentos dos povos indígenas sejam evidenciados e que o mérito por eles seja destinado a quem realmente os merece. Afinal, “se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui” (AILTON KRENAK, 2022 p. 11).

6.2. Sequência de ensino

A ideia e representação dos povos indígenas no imaginário de parte dos brasileiros ainda se dá de maneira bastante deturpada e superficial. O estereótipo romantizado de que o indígena se resume a sua aldeia fechada dentro de uma floresta ainda persiste. Outrora, se esse indígena utiliza de ferramentas tecnológicas ele deixa de ser considerado por romper com a definição racista e romantizada do indígena isolado, nu, caçando e pescando na floresta.

A intenção dessa sequência de ensino é desconstruir tais estereótipos, mostrando que a cultura indígena se adaptou à nova realidade do mundo, mas que suas bases ancestrais foram

preservadas, que sua conexão com a natureza resiste e configura uma possível saída para o planeta nestes tempos de crise ambiental. Busca-se mostrar ainda a diversidade cultural do Brasil e que cada comunidade indígena possui modos de vida e cultura peculiares.

Essa sequência de ensino propõe inserir o estudo dos povos indígenas de maneira transversal ao currículo escolar, associando-o a áreas do conhecimento da disciplina de Ciências. Busca atender as demandas curriculares ao mesmo tempo em que insere novos temas relevantes para formação dos estudantes e de uma sociedade mais justa. Destaca-se que a própria BNCC indica que a educação não pode se basear apenas na memorização de conceitos, mas também em

“explorar aspectos mais complexos das relações consigo mesmos, com os outros, com a natureza, com as tecnologias e com o ambiente; ter consciência dos valores éticos e políticos envolvidos nessas relações; e, cada vez mais, atuar socialmente com respeito, responsabilidade, solidariedade, cooperação e repúdio à discriminação” (BRASIL, 2018 p. 343).

A apresentação dos povos indígenas brasileiros foi feita de forma a mostrar a pluralidade cultural desses povos, bem como seus modos de vida e interações com o ambiente. Dessa forma, a sequência de ensino apresenta povos diferentes, além de perspectivas e conhecimentos a partir da noção de preservação e interação com o ambiente. Para tanto, foram imprescindíveis os referenciais teóricos apreciados na construção dos metatextos da primeira parte desta pesquisa. As perspectivas apresentadas nos Percursos Acadêmicos dos estudantes do FIEI e de autores indígenas sobre a natureza foram de extrema importância para entender alguns aspectos da relação dos povos indígenas com a natureza e articulá-las à da Carta da Terra. O propósito é demonstrar a diversidade de povos do Brasil e a riqueza de conhecimentos e culturas, bem como outras perspectivas de interação com a natureza , indicando que é possível construir uma sociedade mais justa.

Além dos metatextos construídos na primeira parte dessa pesquisa, a produção da sequência de ensino utilizou diferentes materiais como livros, web sites, mapas e vídeos sobre os povos indígenas.

6.2.1. Atividade 1: “Índio” pode ser assim?

Na primeira atividade, foram apresentados diferentes povos indígenas do Brasil atual em diferentes contextos e territórios, como vivem e sua contribuição para proteção do ambiente, seus

saberes e cultura e como seus conhecimentos podem colaborar para o enfrentamento de uma crise ambiental global, não apenas para os moradores das florestas, mas de todo o planeta. Para tal, foi utilizado o documentário “Falas da Terra”¹⁸ que aborda diferentes perspectivas indígenas mostradas por diferentes povos. Os autores são integrantes de comunidades indígenas que buscam mostrar a luta pelo território e pelo direito de uma experiência de vida diferente, ligada à terra e aos elementos da natureza. Contudo, o documentário também mostra que a vida e a cultura do indígena se adaptou aos tempos modernos e as tecnologias, que essas ferramentas tecnológicas e sociais fazem parte das suas lutas, sem deixar isso os distanciar de sua cultura e de suas relações com a natureza.

O documentário foi exibido para os estudantes e, posteriormente, foi feita uma roda de conversa para que eles apresentassem seus pensamentos e opiniões sobre os povos indígenas brasileiros. Essa discussão foi feita com base em questões orientadoras para a proposta de atividade (ver proposta da atividade completa no apêndice 1).

A seguir apresentamos uma síntese da atividade 1, seu conteúdo básico, conceitos chaves e um quadro com título, temas a serem desenvolvidos e materiais disponibilizados.

Conteúdo básico: diversidade cultural, saberes ancestrais, território indígena, conservação e proteção de ambientes naturais.

Conceitos chave: território indígena, desmatamento, recursos naturais.

Quadro 4: Planejamento da atividade 1

Atividade	Temas a serem desenvolvidos	Materiais disponibilizados
1 - “Índio” pode ser assim?	Diversidade dos povos indígenas no Brasil; Desafios dos povos indígenas	Primeira Parte Tempo: 60 minutos

¹⁸ Ver apresentação do documentário em Apêndice 1.

	<p>do século XXI;</p> <p>Importância dos povos indígenas para proteção e recuperação ambiental do planeta.</p>	<p>Documentário: Falas da Terra - Documentário sobre a cultura indígena no Brasil.</p> <p>Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=repPmoz8ozQ&t=2073s (acesso em: 23/03/2023).</p> <hr/> <p>Segunda Parte</p> <p>Tempo: 30 minutos</p> <p>Discussão sobre o documentário e percepção sobre a visão dos estudantes sobre os povos indígenas.</p>
--	--	--

6.2.2. Atividade 2: “Índio” eu não sou

Nesta atividade foi feita uma reflexão sobre a identidade dos povos indígenas do Brasil baseada nos materiais disponibilizados para os estudantes, no vídeo exibido na primeira atividade e em suas próprias vivências e conhecimentos. A atividade se deu em torno do reconhecimento dos povos indígenas como os povos originários do Brasil, os termos identitários, sobre a configuração do território antes da chegada dos europeus e o que aconteceu com os povos indígenas após a chegada dos povos europeus. Além disso, buscou-se traçar um panorama sobre a situação atual desses povos, suas lutas por território, as transformações no modo de viver, a adaptação a uma nova realidade e o direito à sobrevivência e de viver dentro de sua própria cultura.

Nessa atividade, primeiro foi feita a leitura coletiva do poema de autoria de Márcia Kambeba¹⁹ em que ela aponta o sofrimento e a perseguição que os povos indígenas sofreram com a chegada dos europeus, logo após, foi projetado um vídeo em que a autora do poema recita o poema. Depois de assistir ao vídeo foi feita uma discussão a partir de um questionário que os estudantes deveriam responder em duplas (ver proposta da atividade completa no apêndice 2).

Conteúdo básico: termos identitários, povos indígenas e a formação do Brasil, situação atual dos povos indígenas no Brasil, quem são os indígenas brasileiros?

Conceitos-chave: povos indígenas, invasão e colonização do Brasil, identidade dos povos indígenas.

Quadro 5: Planejamento da atividade 2

Atividade	Temas a serem desenvolvidos	Materiais disponibilizados
2 - “Índio eu não sou”	Reconhecimento das diferentes nações indígenas do Brasil; Análise dos impactos do processo de colonização do território brasileiro; Situação atual dos povos indígenas no Brasil.	Primeiro Parte Tempo: 30 minutos Poema de Márcia Wayna Kambeba: “Índio, eu não sou”. Disponível em: https://tomaaiumpoema.com.br/504-marcia-kambeba-indio-eu-nao-sou-litera-indigena/ (acesso em 23/03/2023) ²⁰ .

¹⁹ Márcia Wayna Kambeba é indígena e nasceu na aldeia Belém do Solimões, do povo Tikuna. É mestra em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), escritora, poeta, compositora, fotógrafa e ativista, Márcia percorre todo o Brasil e a América Latina com seu trabalho autoral, discutindo a importância da cultura dos povos indígenas.

(Fonte: <https://editorajandaira.com.br/blogs/autoras-e-autores/marcia-wayna-kambeba> Acesso em 05/10/2023).

²⁰ Apêndice 3.

		Vídeo do poema recitado pela autora. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ERrggCQvK_o (acesso em 23/03/2023).
		Segunda Parte Tempo: 30 minutos Discussão sobre o poema e aplicação do questionário.

6.2.3. Atividade 3: Os guardiões da floresta

Na terceira aula, a atividade se guiou em torno da importância dos povos indígenas para preservação da biodiversidade, localização de territórios demarcados e foram apresentados diferentes povos indígenas do Brasil. No primeiro momento foi distribuído aos estudantes o folder produzido pelo Instituto MapBiomias²¹ com o título “Sete fatos sobre as terras indígenas no Brasil” (edição de 2023)²². Esse material traz informações sobre como a demarcação e a garantia de direitos dos povos indígenas são ferramentas extremamente importantes na conservação da biodiversidade e dos biomas. Esse material traz dados sobre o desmatamento no Brasil em diferentes perspectivas: em áreas privadas e dentro de territórios indígenas demarcados e também sobre o impacto de atividades econômicas na preservação de ambientes, com foco na Amazônia.

²¹ O MapBiomias é uma iniciativa do SEEG/OC (Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima) e é produzido por uma rede colaborativa de co-criadores formado por ONGs, universidades e empresas de tecnologia organizados por biomas e temas transversais.

²² Disponível em: https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/downloads/MapBiomias_Terras_Ind%C3%ADgenas_28.04_OK.pdf (acesso em: 03/06/2023).

Após a leitura do folder foi apresentado o mapa interativo²³ do Instituto Socioambiental²⁴. Esse mapa traz informações sobre os territórios indígenas demarcados, os povos que os habitam e o bioma no qual se inserem. Além disso, há a apresentação de alguns dados das ameaças desses ambientes, como o desmatamento e as queimadas. É possível cruzar todos esses dados construindo um panorama sobre como a demarcação e manutenção de terras indígenas operam na conservação dos ambientes. Selecionando as ferramentas é possível ainda mostrar o tipo de ecossistema no qual estão inseridos esses territórios.

O mapa interativo foi apresentado primeiro em projetor para que os estudantes conhecessem e se familiarizassem com as ferramentas disponíveis. Após essa apresentação, o mapa foi explorado pelos próprios estudantes para que reconhecessem a variedade de povos indígenas do Brasil, sua distribuição e localização de seus territórios. Para isso, os estudantes foram distribuídos em grupos de 5 pessoas e contaram com o auxílio de tablets conectados à internet. Para acessar o mapa interativo do instituto socioambiental os estudantes foram guiados pelo QR Code originado a partir do endereço eletrônico do site. Além disso, foram incentivados a usar diversas ferramentas do mapa interativo como pontos de desmatamento e os ecossistemas. Esperava-se que os estudantes percebessem o papel desses territórios na conservação da biodiversidade de diversos ambientes, identificando que os pontos de desmatamento predominam em áreas privadas, fora do território indígena. Dessa forma, os estudantes foram levados a conhecer a distribuição dos territórios indígenas no Brasil e sua variedade. Após a exploração do mapa do

²³ Disponível em: <https://mapa.socioambiental.org/pages/?lang=pt-br> (acesso em: 22/04/2023).

²⁴ O Mapa Socioambiental reúne as principais informações georreferenciadas da base de dados do Instituto Socioambiental (ISA). É uma plataforma construída a partir do monitoramento diário feito pelo Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas do ISA. Informações de Terras Indígenas, Unidades de Conservação e as principais ameaças que incidem sobre essas áreas podem ser consultadas e visualizadas pelo usuário, que tem a possibilidade de criar e compartilhar seus próprios mapas.

O Mapa está ancorado no Sisarp (Sistema de Áreas Protegidas), uma base de dados com informações sobre todas as áreas protegidas do país, e que é abastecida diariamente pela equipe do Monitoramento do ISA. Mas também utiliza dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Investigações Espaciais (INPE), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), entre outros. Além disso, fornece mapas-base a partir do satélite Landsat.

(Fonte: <https://mapa.socioambiental.org/pages/about/?lang=pt-br>, acesso em 22/04/2023).

instituto socioambiental, os estudantes responderam um questionário (ver proposta da atividade completa no apêndice 3).

Conteúdos básicos: preservação ambiental, desenvolvimento sustentável, crise ambiental.

Conceitos chave: sustentabilidade, biomas, preservação ambiental.

Quadro 6: Planejamento atividade 3

Atividade	Temas a serem desenvolvidos	Materiais disponibilizados
3 - O papel dos territórios indígenas na preservação ambiental.	<p>Causas e consequências do desmatamento no Brasil;</p> <p>Como as populações indígenas contribuem para a preservação dos biomas.</p>	<p>Tempo: 120 minutos</p> <p>Folder “Sete Fatos sobre as terras indígenas no Brasil”.</p> <p>Disponível em: https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/downloads/MapBiomas_Terras_Ind%C3%ADgenas_28.04_OK.pdf (acesso em: 03/06/2023).²⁵</p> <p>Mapa interativo do Instituto Socioambiental disponível em: https://mapa.socioambiental.org/pages/?lang=pt-br (acesso em: 22/04/2023).</p>



A leitura do QR Code leva até o site do mapa interativo do instituto socioambiental.

6.2.4. Atividade 4: Uma outra forma de viver é possível?

Nessa atividade abordamos diferentes compreensões sobre as formas de enxergar, viver e estar no mundo. Para isso, foi apresentado um texto retirado do livro “Ideias para adiar o fim do mundo”. O texto apresentado aos alunos é todo de autoria de Ailton Krenak, porém não foi apresentado em sua totalidade. Aqui se levou em consideração a faixa etária dos estudantes e a resistência de alguns para a leitura. Nesse caso, o texto apresenta parágrafos da obra original que dialogam com o objetivo da aula.

Vale ressaltar que todo o texto é de autoria de Ailton Krenak. A remoção de trechos do texto original valeu apenas como finalidade pedagógica, com intenção de facilitar a leitura e o entendimento do texto. Não houve nenhuma intenção de descaracterizar ou se apropriar do texto ou das ideias do autor.

No texto, homônimo do livro, Ailton Krenak questiona o conceito de sustentabilidade construído a partir da ótica de grandes corporações e do capitalismo e propõe uma nova “humanidade” mais ligada ao planeta e a natureza, que desconstrua a relação dicotômica entre natureza e sociedade, que fortaleça laços de coletividade e valorize diferentes formas de existir.

O texto foi lido e discutido de forma coletiva, efetuando pausas sempre que necessário para as discussões, colocações dos estudantes e para solucionar dúvidas. Em seguida os estudantes foram incentivados a responderem um questionário com questões relativas ao texto (ver proposta da atividade completa no apêndice 4).

Conteúdos básicos: preservação ambiental, desenvolvimento sustentável, crise ambiental.

Conceitos chave: sustentabilidade, saberes ancestrais, diversidade cultural.

Quadro 7: Planejamento atividade 4

Atividade	Temas a serem desenvolvidos	Materiais disponibilizados
4 - Uma outra forma de viver é possível?	Sustentabilidade; Desafios dos ambientais do século XXI; Diversidade cultural Importância dos povos	Primeira Parte Tempo: 30 minutos Leitura e discussão do texto “Ideias para adiar o fim do mundo” de Ailton Krenak ²⁶ .

	indígenas para proteção e recuperação ambiental do planeta.	Segunda Parte Questionário: 30 minutos
--	---	---

6.2.5. Atividade 5: Construindo uma nova realidade

Nessa atividade tratamos sobre propostas já construídas para tornar o planeta um lugar mais justo do ponto de vista social, econômico, ambiental e político. Nela foi apresentada a Carta da Terra. Porém, antes disso, no início da atividade foi feita uma conversa inicial com os estudantes orientados pelas seguintes questões:

1. Por que estamos vivendo uma crise ambiental?
2. Existe solução para essa crise ambiental?
3. Quais iniciativas contribuem para diminuição da crise ambiental?

Essa conversa inicial visou identificar como os estudantes reconhecem a crise ambiental e climática que vivenciamos e como associam o problema ao padrão de vida atual, os modos de produção e consumo. Além disso, buscou-se observar como os estudantes entendem os impactos dessa crise na população e as alternativas e possíveis saídas para o problema. Após essa conversa com a turma foi feita a leitura de um trecho da Carta da Terra até o primeiro princípio e aos seus quatro subprincípios (ver texto em apêndice 5). Isso se justifica por se tratarem de itens que resumem a proposta da Carta da Terra e por abordarem os temas propostos nesse trabalho. Após a leitura da Carta da Terra os estudantes elaboraram respostas para um questionário (ver proposta da atividade completa em apêndice 5).

Conteúdos básicos: desenvolvimento sustentável, crise ambiental, medidas de mitigação das mudanças climáticas.

Conceitos chave: sustentabilidade, Carta da Terra, crise ambiental e climática.

Quadro 8: Planejamento atividade 5

Aula	Temas a serem desenvolvidos	Materiais disponibilizados
5 - Construindo uma nova realidade.	Crise ambiental: causas e efeitos; Medidas adotadas para solucionar ou reduzir a crise ambiental atual.	Duração: 60 minutos. Carta da Terra (Princípio I) Disponível em: http://www.cartadaterrabrasil.com.br/prt/texto-da-carta-da-terra.html (acesso em 23/04/2023) ²⁷ .

6.2.6. Atividade 6: O que podemos aprender com os povos indígenas?

Nesta atividade, foram apresentadas iniciativas de sustentabilidade, praticadas em territórios Pataxó e Xakriabá. A escolha por esses povos se justifica pelo levantamento bibliográfico feito na etapa anterior dessa pesquisa, em que a presença de trabalhos de estudantes pertencentes a esses povos foi maciça.

Assim como foi apresentado o texto do Krenak para os estudantes, para mostrar as iniciativas indicadas pelos estudantes do FIEI e que conversam com a Carta da Terra foi organizado um texto com trechos dos Percursos Acadêmicos. Foram escolhidos trechos que apontam vivências de suas aldeias que contribuem para efetivação das propostas apresentadas no primeiro princípio da Carta da Terra.

Ressalto outra vez que todo o texto é de autoria dos estudantes do FIEI e a organização foi uma estratégia pedagógica para alcançar estudantes do Ensino Fundamental, uma vez que certamente, devido à idade, teriam dificuldades em ler os Percursos Acadêmicos utilizados em sua íntegra. Outra vez a intenção não é de descaracterizar ou de se apropriar das ideias dos autores, antes disso é dar visibilidade às próprias construções desses povos.

²⁷

Anexo 7.

Os estudantes tinham que associar as vivências mostradas pelos estudantes do FIEI a Carta da Terra. Esse documento propõe ações para vários segmentos da sociedade na intenção de envolver o maior número de pessoas e construir um mundo em que o bem estar seja uma prioridade: dos seres vivos, seres humanos e do planeta. Nessa perspectiva, os estudantes foram convidados a conhecer ações que já são desenvolvidas pelas comunidades indígenas citadas e relacioná-las com os princípios da Carta da Terra. Para tanto, os estudantes foram divididos em dois grupos: um grupo trabalhou sobre o povo Pataxó e o outro sobre o povo Xakriabá. Cada um desses grupos trabalhou com os quatro subprincípios do Princípio I da Carta da Terra. A divisão dos grupos é demonstrada no quadro abaixo.

Quadro 9: Divisão dos grupos entre os estudantes.

Grupo	Subprincípio
Pataxó	1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade.
	2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.
	3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.
	4. Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.
Xakriabá	1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade.
	2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.
	3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.

	4. Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.
--	--

Cada grupo elaborou materiais (cartazes e pinturas) em que apresentaram como o povo indígena estudado desenvolve o princípio da Carta da Terra, depois apresentaram o trabalho para toda a turma e suas compreensões.

Para a realização da tarefa, foram disponibilizados dois textos organizados pela pesquisadora com trechos dos trabalhos de percursos do FIEI analisados na primeira parte da pesquisa (ver proposta da atividade completa em apêndice 6). Esses textos destacam atividades desenvolvidas por esses dois povos, que dialogam com princípios da Carta da Terra. Também foram disponibilizados tablets com acesso à internet para a busca de outras informações, caso os estudantes julgassem pertinentes.

Conteúdos básicos: desenvolvimento sustentável, crise ambiental, medidas de mitigação das mudanças climáticas, justiça social.

Conceitos chave: sustentabilidade, Carta da Terra, crise ambiental e climática, diversidade cultural.

Quadro 10: Planejamento atividade 6

Atividade	Temas a serem desenvolvidos	Materiais disponibilizados
6 - O que os povos indígenas têm a ensinar?	Carta da Terra; Sustentabilidade; Diversidade de culturas e saberes. O que os povos indígenas têm	Primeira Parte: construção de cartazes relacionando a “Carta da Terra” com a cultura Pataxó e Xakriabá.

	a ensinar?	<p>Duração: 180 minutos.</p> <p>Texto: O que é sustentabilidade? (Pelo povo Pataxó)²⁸;</p> <p>Texto: O que é sustentabilidade? (Pelo povo Xakriabá)²⁹;</p> <p>Tablets com acesso à internet;</p> <p>Cartolinas e canetinhas.</p> <hr/> <p>Segunda parte: confecção de pinturas com o tema: o que os povos indígenas têm a ensinar?</p> <p>Duração: 240 minutos.</p> <p>Tecido americano cru;</p> <p>Tintas para tecido de diversas cores;</p> <p>Pincéis para pintura;</p> <p>Toalhas de papel e copos</p>
--	------------	--

28

Anexo 7.

29

Anexo 8.

		descartáveis.
		Terceira parte: apresentação dos trabalhos e conclusões para toda a turma.
		Duração: 60 minutos.

6.3 Análise da sequência de ensino

A análise da sequência de ensino foi feita sob a perspectiva da ATD. Essa análise buscou estabelecer relações entre os trabalhos dos estudantes do FIEI, autores indígenas, a Carta da Terra e os materiais utilizados na sequência de ensino com os pontos de vista e observações dos estudantes do sétimo ano. Essa análise não tinha temas pré determinados, eles apareceram com base nas interações da professora com os estudantes ao longo do desenvolvimento das atividades. Os dados foram obtidos através de gravações de áudio das aulas e por produções escritas e artísticas dos estudantes. As produções artísticas foram fotografadas e armazenadas em forma de imagens.

A partir disso, foram construídos três metatextos que mostram contextos explorados durante o trabalho. A análise visa estabelecer pontes entre as concepções e reflexões apresentadas pelos autores indígenas e a construção e interpretação dos estudantes, frente ao que foi apresentado.

A proposta de SD buscou relacionar conhecimentos indígenas ao conhecimento tradicionalmente proposto na escola, traçar convergências e construir trocas. A proposta não é de confrontar ou hierarquizar conhecimentos, mas de estabelecer pontes para que se reconheça as potencialidades de solução de problemas e construção de um mundo mais justo.

Os tópicos 6.3.1, 6.3.2 e 6.3.3 trazem os metatextos produzidos a partir da análise das interações entre os estudantes e a professora durante o desenvolvimento da pesquisa. Os títulos e os temas

dos metatextos foram construídos a partir das discussões levantadas pelos estudantes que apareceram com maior frequência.

O tópico 6.3.1 (Quem são os indígenas do século XXI?) apresenta a discussão do lugar dos indígenas no mundo atual, sua atuação na sociedade, a evolução dos seus modos de vida e como isso impacta em sua própria identidade. Já o tópico 6.3.2 (A importância dos povos indígenas na preservação dos ambientes) mostra como os conhecimentos dos povos indígenas e a demarcação de seus territórios são pontos fundamentais para a preservação e conservação da natureza em todas as regiões do Brasil. Além disso, buscou-se evidenciar a diversidade de povos indígenas brasileiros e a pluralidade de ambientes que habitam. O terceiro tópico (6.3.3) com o título “O que podemos aprender com os povos indígenas?” apresenta as interpretações e conclusões dos estudantes sobre a importância dos conhecimentos dos povos Pataxó e Xakriabá, como esses saberes se relacionam com as propostas da Carta da Terra para construção de um mundo mais justo e o que a sociedade pautada nas normas ocidentais podem aprender com esses povos.

6.3.1. Quem são os indígenas do Brasil no século XXI?

As primeiras atividades propostas na Sequência de ensino (SD), buscam mostrar quem é o indígena brasileiro, sua história, cultura e desafios. Para tanto, foram escolhidos materiais em que os próprios indígenas expressam sua identidade e lutas. Na primeira atividade proposta foi exibido o documentário “Falas da Terra”, um material inteiramente produzido por personalidades, intelectuais, lideranças e profissionais indígenas. Desde aqueles que contracenam, até a produção, roteiro e filmagens. Portanto, o documentário é um retrato, ainda que resumido, das demandas, lutas e desafios dos povos indígenas. O filme, mostra indígenas de todo país em territórios urbanos e em territórios demarcados, exercendo atividades diversas ou inseridos dentro de sua própria cultura, circulando entre múltiplos espaços e conciliando sua vivência ancestral à sociedade ocidental.

A abordagem do indígena realizando atividades fora do universo romantizado construído pela sociedade causou espanto entre os estudantes logo no início da exibição do documentário. Ao exibir uma mulher indígena médica cardiovascular, um estudante questiona:

- (Gustavo) Uai, mas ela era indígena?
- (Professora) Ela é indígena.
- (Gustavo) Ela cuida dos indígenas, então.
- (Professora) Ela cuida de muitas pessoas, como qualquer outra médica.

Esse pequeno diálogo ainda no início do documentário mostra que a visão estereotipada do indígena como um indivíduo preso a um território ainda encontra força na sociedade brasileira e é facilmente percebida entre os estudantes. É preciso mostrar que eles podem transitar em diferentes espaços e exercer diferentes papéis.

Outro ponto que esse diálogo demonstra é o lugar imaginário que o indígena deve ocupar em nossa sociedade, e a importância de desmistificar a ideia do lugar que é destinado aos povos originários. É preciso reafirmar a capacidade de transformação e adaptação dos povos indígenas. Uma sociedade que não é capaz de se transformar está destinada ao desaparecimento. A população humana sofreu intensas mudanças ao longo de sua história, e elas foram fundamentais para a espécie se ajustar ao ambiente e sobreviver. Tommasino (1995), destaca que “ao invés de desaparecerem ou dissolverem-se culturalmente, os índios ressurgiram e se revitalizaram, através de estratégias tão criativas quanto inusitadas”. Uma dessas estratégias de sobrevivência foi a educação, como aponta Maria Muniz Andrade Ribeiro (p. 47, 2021) “o povo do mundo está se modificando e você tem que ir para a escola mesmo, porque vai chegar uma hora que nós, sem saber ler, não somos nada”.

Pensar que o indígena vai perder sua cultura ao entrar na universidade ou morar em grandes cidades é não acreditar na capacidade de se reinventar dos povos indígenas. A transformação é essencial para a sobrevivência numa sociedade que os marginaliza e hostiliza, contudo isso não significa uma conversão ou uma metamorfose que termine com a ruptura do indígena com sua cultura e ancestralidade. A formação acadêmica pode ser muitas vezes entendida como uma oportunidade de contribuir para o crescimento e fortalecimento do seu povo. A necessidade de

formação e como isso é importante é apontada por Edineia Moreira da Silva e Janaine Nunes da Mota (2019), da comunidade Xakriabá:

“As lideranças e os caciques lutaram para conseguir uma escola diferenciada, e somente em 1997, após muita luta foi que conseguimos e muitos professores que tinham feito o magistério indígena conseguiram ser contratados para trabalhar na escola Xakriabá. Hoje grande parte dos professores tem magistério e cursos superiores, principalmente formados pelo FIEI (Formação Intercultural para Educadores Indígenas). A partir dessa conquista fomos evoluindo e cada vez mais substituindo funcionários não índios por funcionários indígenas. Hoje temos: dentista, técnico em enfermagem, enfermeiro, professores, diretores, pedagogos e etc. além de muitos jovens cursando uma faculdade”.

A apropriação de aspectos culturais reconhecidos como ocidentais foram muito importantes para a sobrevivência da cultura indígena. Como muito se imaginou, isso não causou a “adequação” do indígena ao molde ocidental, ou sua aculturação. Ao contrário, foi utilizado como estratégia de sobrevivência e reforço da cultura dos povos tradicionais. Para Reginaldo Ramos dos Santos (2019), “onde estiver um índio tem cultura viva, sempre terá presente o processo sociocultural para a afirmação da nossa história e sobrevivência”. Dessa forma, os povos indígenas passam pelo processo de adaptação de seu modo de viver com sua ancestralidade e saberes guiando suas experiências presentes.

Como dito na primeira fase desta pesquisa, a educação foi apontada pelos indígenas como grande aliada no fortalecimento da cultura e na busca pela garantia dos direitos. Para Tânia Alves Maciel (2019), é através da “educação que vamos vencer, as estratégias dos governos que vivem a nos oprimir, dizendo que não somos capazes de nossa vida decidir, que somos selvagens, não conseguimos evoluir”. Os povos indígenas entenderam que a luta pela garantia de seus direitos só ia se dar no campo das tradições ocidentais e entender esses aspectos foram essenciais na luta por suas prerrogativas. Formar profissionais capacitados e comprometidos com a causa indígena foi fundamental para o fortalecimento de sua cultura.

Essa mesma discussão retornou após a exibição do documentário e as impressões dos estudantes sobre os povos indígenas do Brasil no século XXI já tinham mudado bastante.

- (Professora) Se passaram 523 anos desde a invasão do Brasil pelos europeus, estamos em 2023, quem é o indígena hoje? Ele está lá na floresta nu, caçando e pescando?

- (Gabriela) Igual o cara do vídeo, ele morava em apartamento, na avenida principal de São Paulo e era indígena e influencer digital.
- (Gustavo) Tem pessoas que são médicos e indígenas.
- (Professora) Aquelas pinturas que a gente vê nos livros de história, do indígena na floresta com arco e flecha. É esse o indígena de hoje?
- (Gabriela) Tem alguns povos que usam essas coisas assim e outros que não, usam roupa igual a gente.
- (Professora) E se eu pedir para cada um de vocês desenhar um indígena?
- (Gabriela) Se alguém desenhar uma pessoa assim normal, você pode falar: o que é isso? É um indígena igual a gente.

Embora a estudante tenha reconhecido a multiplicidade das formas de existir enquanto indivíduo indígena, a mobilidade de seus lugares e a capacidade de viver numa sociedade e ainda assim carregar suas tradições, ainda existem hesitações para estabelecer quem são os indígenas atuais e como as mudanças no mundo afetaram sua cultura e seu modo de ser. Para Tommasino (1995), os povos indígenas foram obrigados a se organizarem em novas bases materiais e simbólicas e que apesar do alto custo demográfico e psicológico se reestruturaram e criaram estratégias para produção e reafirmação contínuas de suas especificidades socioculturais.

Desconstruir essa imagem estereotipada no imaginário popular, que o “índio” é aquele da floresta, “índio” na cidade é aculturado, essa dualidade criada pela sociedade ocidental, também contribui para a construção da identidade indígena dentro das próprias comunidades indígenas. Reconhecer as múltiplas possibilidades de existência indígena contribui para o fortalecimento da própria identidade indígena, conforme aponta Daniel Munduruku (p. 63, 2020).

Se por um lado, manter-se indígena é condição fundamental para o reconhecimento étnico - pois assim a sociedade complexa pode manipulá-lo-, aprender e conviver com a sociedade em igual condição é considerado um abandono de identidade. Em outras

palavras: se vou para a universidade e compreendo a lógica do ocidente, acabo desqualificado como membro de uma sociedade indígena. Ser indígena, é manter-se no atraso cultural. Ao pertencer ao mundo globalizado, perco minha afirmação étnica. Essa forma de pensar têm ocasionado sérias crises de identidade em nosso meio. Jovens, levados a pensar que o melhor é negar as origens e assumir identidade ocidental, acabam aprendendo, de forma dolorida, que, ao fazer isso, também não são aceitos pelos outros. As consequências disso são o sofrimento, a dor, o suicídio.

Assim como o mundo, os povos indígenas também foram se modificando e se adaptando a realidades diferentes. É importante reconhecer que essas mudanças também aconteceram com as comunidades indígenas, isso contribui para a desconstrução romântica do “índio na floresta”. No entanto, é fundamental admitir que, apesar dessas alterações, a ancestralidade indígena está presente em suas tradições e saberes.

Para Tânia Alves Maciel (2019), “o modelo atual de desenvolvimento vem esgotando os recursos naturais, o que interfere negativamente em nossa cultura e na nossa identidade como etnia”. E ainda que: “os conhecimentos locais se mostram importantes na medida em que se constrói a identidade de um indivíduo”. O reconhecimento e valorização da cultura indígena pela população em geral é uma forma de fortalecer identidades e reforçar a cultura e autoestima dos povos tradicionais, isso porque diminui a resistência e o preconceito das pessoas e contribui para que os saberes e tradições indígenas resistam.

Além da crítica à versão salvacionista e harmoniosa da chegada e ocupação dos europeus às terras brasileiras, apagando toda luta e resistência desses povos, bem como seus conhecimentos e tradições, o poema de autoria da poetisa indígena Márcia Kambeba contribuiu para que os estudantes entendessem o impacto da chegada dos europeus para os indígenas e que seus efeitos que podem ser notados até os dias de hoje. Compreender esse processo de colonização, perseguição e extermínio foi muito importante para entender a realidade atual do indígena no país.

O poema aborda os termos identitários propostos pelos povos indígenas, a dor causada não só pelo preconceito sofrido, mas pela própria tentativa de extermínio e aculturação desses povos. Márcia denuncia, no poema, o erro ao ser nomeada como “índio”, termo que expressa toda a hostilidade dos povos que habitavam outras partes do mundo e todo menosprezo pela cultura

diversa, o uso da civilização e da religião como justificativa e ferramenta para perseguição e extermínio dos povos indígenas. Daniel Munduruku (2017), diz que:

“palavras têm um poder enorme de moldar a mente das pessoas. Elas servem para alçar, elevar, dignificar, mas, em contrapartida, podem detonar, (...) humilhar e desqualificar pessoas, povos, grupos, civilizações. (...) Felizmente, porém as palavras tem como intermediária a consciência humana. Digo felizmente porque a consciência pode ser educada, transformada e é possível utilizar o aprendido para transformar as relações humanas por meio da escolha correta das palavras”.

Na conversa sobre os termos identitários foi possível perceber que esse não era um assunto de fácil compreensão para os estudantes, muitos se confundiram com os termos “índio” e “indígena”.

- (Professora) Por que será que a Márcia recita com tanta ênfase no título do poema que “Índio eu não sou”?
- (Gustavo) Isso eu não entendi.
- (Rafaela) Mas ela é índia... indígena.
- (Professora) Aí é que está. Vamos por partes. Você disse, Rafaela: mas ela é índia e depois você corrigiu, indígena. Existe diferença entre índio e indígena?
- (Alice) Pelo que eu li, ela está falando que esse nunca foi o nome dela, é um tal de Colombo, eu acho, que apelidou ela assim.
- (Matheus) Então significa que ela não é índia, mas sim indígena?
- (Professora) Isso mesmo, Matheus! Ela não é índia, ela é indígena. O termo índio é impróprio. Um termo carregado de preconceitos e estereótipos. Os europeus achavam que aqui não existia cultura nem conhecimentos, que era um povo atrasado, sem civilização. O Daniel Munduruku, outro indígena, tem uma fala muito legal. Indígena é aquele povo originário do lugar. Quando eu digo povos indígenas brasileiros, estou dizendo de povos

que tiveram origem aqui no Brasil. Que tem ligação ancestral com essa terra. Daniel Munduruku diz que povos indígenas são povos originários, povos desse lugar. Alienígenas são aqueles que vêm de fora. Quando você fala indígena você reconhece toda a sua cultura e ancestralidade, toda a origem de um povo.

- (Matheus) Ah, entendi. Eu achei que quando ela falava que não era índio, ela estava querendo dizer que não gostava.
- (Professora) Então, o que ela quis dizer?
- (Turma) Que ela não é índio.
- (Alice) Índio significa isso que você falou.
- (Gustavo) É um preconceito das outras pessoas.
- (Samuel) Ela não é índio, porque é indígena.
- (Professora) Ela não é índia, porque é indígena. Na última estrofe ela cita vários nomes: Kambeba, Tembê, Kokama, Sataré, Guarani... O que são esses nomes?
- (Turma) Indígenas.
- (Professora) Todo indígena é igual?
- (Gabriela) É até um crime você falar que todos os povos indígenas são iguais.

Entender a construção de termos identitários é fundamental para entender a dinâmica de dominação e perseguição dos povos indígenas. Definir um termo estereotipado para tratar os povos indígenas mostra não só desconhecimento dos colonizadores, como a ideia de superioridade da civilização ocidental. Apesar do termo “índio” trazer o menosprezo com que os povos indígenas foram tratados, nem sempre eles são ditos como forma de reforçar esse

sentimento ou de agredir. No entanto, entender os termos identitários e seus significados é importante para reconhecer a importância desses povos, suas histórias e suas multiplicidades, proporcionar reflexões e combater estereótipos. Ao debater os termos “índio” e “indígena” foi possível abordar temas como o processo de colonização do Brasil, a diversidade de povos indígenas, além de reconhecer sua dignidade. Daniel Munduruku (p. 17, 2017) explica que:

“Precisamos, amigos e amigas, nos libertar desse conceito que desvaloriza nossa diversidade. Precisamos entender que não existem índios no Brasil. Precisamos entender como chamá-los, festejá-los, conhecê-los e, principalmente, valorizá-los. Precisamos encontrar um lugar para eles dentro de cada um de nós. E a maneira em que mais bem podemos fazer isso é conhecendo-os da melhor forma possível”.

Camila Alves Vieira (2019), conta que o primeiro lugar onde sofreu preconceito foi em uma escola não indígena: “foi ali que tive o primeiro contato com a indiferença, falta de sensibilidade e o preconceito. Era como se eu estivesse em um mundo totalmente diferente do que sempre tive contato já que sempre estudei em escola indígena”. Desconstruir a imagem estereotipada e preconceituosa dos indígenas é fundamental para a eliminação do preconceito e a apresentação e estudo desses povos é essencial para rompermos com as visões deturpadas e com a indiferença. A escola precisa assumir o compromisso com a inclusão de todos, romper com a lógica que privilegia alguns e promover o acolhimento da diversidade, salientando as diferenças, lutando contra preconceitos e promovendo a identidade e a autoestima dos jovens. Para Sara Santos Moraes (2019), é “emocionante conhecer o passado para entender o presente, podendo se preparar para o futuro conservando o que há de melhor em um ser humano, os seus valores, a sua cultura, podendo ser quem você é sem deixar de ser Pataxó.”

A reflexão proporcionada pelo estudo dos termos identitários evidenciou sua cultura e tradições, mostrando que a diversidade de povos originários brasileiros e a multiplicidade de conhecimentos estão presentes em toda a sociedade, devolvendo sua importância para formação do Brasil. Apresentar o indígena inserido nas instituições e nas cidades mostrou que não existe um lugar adequado para esses povos, mas que eles circulam em todas as esferas da sociedade, levando conhecimentos e tradições que devem ser levadas em conta para a construção de uma sociedade mais diversa e justa.

6.3.2. A importância dos povos indígenas na preservação dos ambientes

Durante muito tempo a Ciência Convencional foi considerada uma área do conhecimento superior às demais, sendo inquestionável, absoluta e incorruptível. A verdade é que essa Ciência produziu muitos conhecimentos e tecnologias ao mesmo tempo em que foi usada para produzir padrões de ética questionáveis, justificar extermínios, produzir armas de destruição em massa e colocar o planeta diante de uma crise climática. É preciso reconhecer que existem conhecimentos múltiplos que precisam ser visibilizados e que transformar a Ciência em uma “monocultura” inquestionável é desperdiçar inúmeros saberes que a humanidade construiu.

Para Verrangia (2013) o ensino de Ciências é de extrema importância ao abordar “o impacto das Ciências Naturais na vida social e o racismo científico; a superação de estereótipos e a valorização da diversidade por meio de conhecimentos de Ciências Naturais”. É certo que nenhuma Ciência é uma verdade absoluta que responde a todas as questões da humanidade. Nenhum conhecimento pode ser considerado como completo ou inquestionável, neutro ou alheio à interesses. A Ciência é produzida por seres humanos com culturas, pontos de vista e inclinações e isso será refletido em suas produções. Considerar a Ciência Convencional como a única válida é invisibilizar múltiplos conhecimentos construídos ao longo da história por povos diversos.

“Cabe aqui frisar que, na concepção que aqui apresento, não se trata de explicar “cientificamente” o conhecimento tradicional, ou de substituir o primeiro pelo segundo, ou igualá-los. Trata-se do desafio proposto pela Lei 10.639/03 (reforçada pela Lei 11.645/2008 de formar pessoas com visão de mundo ampla, capazes de diferenciar sem hierarquizar. É ainda necessário explicar que outras visões de mundo, como a indígenas, dos povos árabes, asiáticos, também são importantes e devem ser contempladas em ensino verdadeiramente multicultural” (VERRANGIA, 2013).

Wagner Santos Meira (2019), mostra que é possível estabelecer pontes entre saberes diversos e construir conhecimentos novos e significativos a partir dessas relações.

“As plantas sempre foram utilizadas para cura e tratamento dos povos indígenas e que também, muitas delas, foram ou são objeto de pesquisa da ciência. Daí o reconhecimento e a importância das plantas medicinais tanto para os saberes tradicionais quanto para o saber científico, uma vez que, em alguns casos, esses saberes tradicionais contribuem para a construção do conhecimento científico (WAGNER SANTOS MEIRA, 2019)”.

Uma das competências específicas para a disciplina de Ciências da Natureza abordada pela BNCC é: “avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo” (BRASIL, 2020). Isso não significa que a única Ciência capaz de responder aos desafios do mundo seja a

Ocidental. No que diz respeito a métodos de conservação e preservação da natureza como uma alternativa para crise climática que o planeta atravessa, entender como os povos indígenas se relacionam e conservam o ambiente é fundamental. Os povos indígenas são conhecedores de seus territórios, dos manejos do ambiente, da convivência com o ecossistema sem colocá-lo em risco.

O conhecimento desenvolvido pelas comunidades indígenas nos seus territórios, no sentido da conservação e recuperação da natureza, mostra que esses saberes são muito importantes e podem contribuir na construção de um caminho para solução da crise ambiental e climática que o planeta atravessa. “Cabe a nós povos indígenas que temos maior sensibilidade para ouvir esse pedido de socorro lutar por mudanças drásticas com a finalidade de encontrarmos solução entre o velho paradoxo entre o desenvolvimento da nação e a preservação de nossas terras” (CAMILA ALVES VIEIRA, 2019).

Neste tópico, território e conhecimentos indígenas foram relacionados de forma a estabelecer a importância desses povos para conservação e como os saberes indígenas podem contribuir para construção alternativas de solução para as mudanças climáticas e para formação de uma sociedade mais justa. Trata-se de conhecer a “Ciência” indígena, que é experienciada dentro dos territórios, para possibilitar a discussão e a criação de alternativas para os problemas.

Com relação a essa questão, o primeiro tema abordado em sala de aula foi sobre onde os territórios indígenas se localizam e quais contribuições a demarcação dessas áreas fornecem para a preservação da natureza e para a população de um modo geral. No primeiro momento refletimos sobre a localidade dos povos indígenas no Brasil. Essa discussão foi muito importante, uma vez que alguns estudantes ainda demonstram dúvidas sobre a presença dos povos indígenas na sociedade brasileira. Nesse caso, a utilização do mapa interativo do Instituto Socioambiental mostrou que existem territórios indígenas demarcados em todas as regiões do Brasil, desmistificando a ideia de que estão isolados na Amazônia.

- (Professora) Onde tem mais territórios indígenas demarcados?

- (Alice) Bahia.

- (Professora) Olha bem para o mapa.
- (Turma) Amazônia.
- (Professora) Sim, na Amazônia tem muito mais territórios indígenas demarcados e inclusive os maiores territórios em extensão. Mas é só na Amazônia que tem territórios indígenas?
- (Turma) Não.
- (Professora) Embora os outros territórios sejam bem menores...
- (Cristiane) Tem em outros lugares.
- (Professora) Eles estão espalhados pelo Brasil inteiro. São territórios no Brasil inteiro, são territórios de povos diversos. Agora, tem como falar que esse povo que mora nesse território, que fica no sul da Bahia, é igual ao povo que mora no extremo norte do Brasil?
- (Turma) Não.
- (Cristiane) Na Amazônia, que é onde tem mais árvores, essas coisas assim, eles, os indígenas, estão todos na mata ou eles ficam nas cidades?
- (Professora) Lembra do documentário que a gente assistiu? Todos os índios estão na floresta nu, caçando e pescando?
- (Cristiane) Não.
- (Professora) Existe cidade na Amazônia?
- (Cristiane) Existe.

- (Gabriela) Cidades grandes, Manaus.
- (Professora) Os indígenas estão dentro dessas cidades?
- (Cristiane) Sim.
- (Professora) E dentro dos territórios?
- (Gabriela) Também.

Entender que os povos indígenas estão distribuídos por todo o Brasil ajuda a perceber que, assim como a população brasileira de uma forma geral, os povos indígenas são diferentes entre si. É também possível perceber que é direito do indígena transitar entre os diversos espaços, sejam urbanos ou rurais, sem que isso configure uma ruptura com seu povo e tradições.

A locomoção dos povos indígenas pelo território sempre aconteceu, considerando que antes da chegada dos europeus no Brasil, eles tinham amplo território para se deslocar. A demarcação de territórios, apesar de ir contra essa característica, foi fundamental para assegurar aos povos indígenas acesso à terra e assegurar direitos e liberdade de expressar sua cultura. A demarcação de territórios torna-se fundamental para identidade e unidade dos povos indígenas, contudo isso não pode se transformar em uma prisão. O direito de locomoção é assegurado a todo brasileiro, assim como para as pessoas indígenas, dessa forma é imprescindível que os direitos dos povos originários sejam assegurados em qualquer lugar ou situação, não apenas dentro de seus territórios. Essa discussão torna-se muito importante, pois através dela é possível enxergar os povos indígenas e reconhecer seus direitos em qualquer lugar ou função que ocupem.

- (Professora) Os indígenas têm seus territórios em todo o Brasil. Eles têm que ficar presos só nesse lugar que está demarcado?
- (Gabriela) Não.

- (Professora) A gente fica só em um lugar, aqui no Barreiro?
- (Gabriela) Não, você pode espalhar para Contagem, ir para Governador Valadares que já é outro lugar e os povos indígenas são como nós.
- (Professora) Ali está o mapa do Brasil, se eu fosse apontar para um lugar, onde estão os povos indígenas?
- (Gabriela) Você não tem dedos para apontar tudo, porque está naquilo ali tudo.

É importante mostrar que os povos indígenas não estão presos a um determinado lugar e isolados, eles são povos diversos que ocupam diferentes localidades do Brasil e diferentes ambientes. Eles possuem seus territórios, mas isso não significa que ficam presos dentro dele. É preciso reconhecer que pessoas e povos indígenas estão em todo lugar, em territórios demarcados pela União, mas também circulando pelos espaços e cidades. Reconhecer “os povos indígenas são como nós”, rompe com o estranho e enxerga os indígenas como pessoas participantes de uma sociedade, dignos de respeito e direitos. Mais do que isso, reconhece o direito da pessoa indígena em circular pela sociedade e de ocupar diferentes funções e espaços.

Além da distribuição dos povos indígenas no território brasileiro, foi discutida a importância deles, não apenas para a própria etnia indígena, mas como sua visão de proteção e conservação do ambiente atende a população de todo o país. O mapa interativo do Instituto Socioambiental permite que se selecionem diferentes ferramentas para analisar o território brasileiro (biomas, desmatamento, queimadas, unidades de conservação e territórios indígenas são algumas dessas ferramentas), principalmente dentro da Amazônia Legal. Embora todos os territórios indígenas brasileiros demarcados estejam disponíveis para visualização, com informações sobre a população que reside ali, os dados sobre desmatamento se referem à Amazônia Legal, dentre os anos 2000 a 2020. Ao sobrepor esses dois dados se obtém uma imagem de como os territórios indígenas são importantes para conservação dos biomas e diversidade.

Ao selecionar as ferramentas que indicam os contornos dos territórios indígenas e as manchas de desmatamento fica claro como esses territórios agem de maneira a conter o desmatamento. Pouquíssimas manchas de desmatamento adentraram os territórios indígenas, elas se concentraram em seu entorno, comprovando a relação de respeito e conservação da natureza que os povos indígenas desenvolvem em seus territórios.

O mapa interativo do Instituto Socioambiental foi projetado em sala de aula e a relação entre conservação e os territórios indígenas foi facilmente percebida pelos estudantes.

- (Professora) Olhando para o mapa do Instituto Socioambiental, qual a importância dos territórios indígenas para a Amazônia?
- (Samuel) Eles cuidam deles.
- (Professora) Os pontos de desmatamento estão dentro dos territórios indígenas?
- (Turma) Não.
- (Gabriela) Não tem porque eles cuidaram.
- (Professora) Os territórios têm uma importância muito grande no sentido de proteger esses povos, os conhecimentos que eles trazem da mata, da Amazônia, mas também trata-se de proteger a própria Amazônia, porque a tradição deles, a cultura deles é sobreviver junto com a floresta. Quando se fala em demarcar território indígena, não é simplesmente doar a terra para os povos indígenas, mas quando a gente faz isso a gente segue um monte de políticas de conservação e manutenção do ambiente.

É importante enfatizar que a demarcação de territórios ultrapassa o sentido humanitário de garantir a sua existência e sua cultura. Chegamos a um ponto importante da crise climática em que é preciso escolher se ignoramos e negligenciamos os efeitos que podem atingir todo o planeta, ou se nos unimos para tentar mitigar os danos que essa crise ambiental pode trazer. Nesse sentido, os conhecimentos dos povos originários são fundamentais, uma vez que a percepção da

natureza e sua forma respeitosa de se relacionar com o ambiente comprova que é possível que o progresso tecnológico e a preservação dos recursos naturais caminhem juntos.

Tânia Alves Maciel (2019), salienta que as trocas entre a Ciência ocidental e a Ciência dos povos indígenas podem apontar caminhos para superação da crise ambiental que o planeta atravessa.

“Ações de preservação ambiental, no intuito de compartilhar saberes sobre essas práticas; trazendo a oportunidades de um diálogo maior entre realidades tão distintas, como a indígena e a não indígena, possibilitando a concretização de um objetivo comum que é produzir conhecimento e trocar experiências que resultem em ações de preservação do meio ambiente” (TÂNIA ALVES MACIEL, 2019).

O conhecimento contido nos saberes dos povos indígenas foi transmitido pela oralidade por várias gerações. Laura Caetana dos Santos (2019) ressalta a importância dos saberes aprendidos pelos anciões para a conservação do meio ambiente. Para ela, a transmissão desses conhecimentos é significativa porque “o conhecimento passado pelos nossos sábios pode fortalecer cada vez mais a valorização e a preservação do nosso patrimônio, a nossa natureza”.

Os povos indígenas estão diretamente relacionados com a conservação e recuperação dos ambientes naturais e a demarcação de seus territórios é uma movimentação que não beneficia somente os povos indígenas que têm seus conhecimentos e humanidade reconhecidas, favorece toda a sociedade que recebe os benefícios de suas tradições e conhecimentos sobre a natureza, além da proteção dos ambientes e conservação dos recursos básicos para a sobrevivência da vida no planeta. Quando questionados pela pergunta: como os povos indígenas podem contribuir para proteção e recuperação dos biomas brasileiros? Os estudantes manifestaram essa noção de cuidado e proteção e defesa dos ambientes.

(Eliane e Flávia): “Os povos indígenas cuidam e defendem as florestas, as defendem de queimadas, desmatamento e mineração ilegal. Incluir os povos indígenas e aproveitar seus conhecimentos melhora a qualidade de vida. Também melhora a conservação, restauração e usos sustentável da natureza, o que beneficia a sociedade em geral”.

(Ana e Gabriela): “Cuidando e preservando a floresta, assim as queimadas não penetram nos territórios indígenas”.

(Cris e Alice): “Os povos indígenas ajudam a aumentar a diversidade porque tem formas únicas de viver e ocupar um lugar”.

Reconhecer os povos indígenas como detentores de conhecimentos e saberes podem ser de grande benefício para a humanidade e podem contribuir para construção de uma saída para a crise ambiental que o planeta atravessa. Outro ponto de destaque foi reconhecer a necessidade de demarcação de territórios em todo país, uma vez que os benefícios gerados por essas terras precisam estar em todos os ambientes e contemplar diferentes povos.

Essa riqueza de “Ciências” e experiências devem se somar e criar caminhos para que novas possibilidades de viver sejam reveladas. Trata-se de trazer diferentes narrativas para subsidiar a reflexão sobre a existência da humanidade. “O desafio que proponho aqui é imaginar cartografias, camadas de mundos, nas quais as narrativas sejam tão plurais que não precisamos entrar em conflito ao evocar diferentes histórias de fundação” (AILTON KRENAK, p. 32, 2022). Essas “confluências não dão conta de tudo, mas abrem possibilidades para outros mundos” (AILTON KRENAK, p.42, 2022).

Célia Nunes Correa Xakriabá (p. 26, 2020) mostra que a conservação dos conhecimentos e das populações indígenas têm importância para todo o planeta, no entanto, não se trata de fornecer uma resposta pronta, mas de construir possibilidades de cura da Terra.

“Uma sociedade sem os povos indígenas pode ter água, mas não vai ter água limpa; vai ter matado os galhos, e, principalmente, as raízes profundas; as pessoas vão ter somente a casa, o endereço onde elas moram, mas vão perder a origem; vão ter doença, mas vão ter matado o principal princípio ativo porque, nesse momento, nós somos, sim, uma possibilidade de cura, mas nós não queremos ser a resposta única: nós queremos construir a resposta junto com a humanidade e pensar que essa relação da natureza com o planeta é um compromisso importante, também, de pensar essa cura da terra” (CÉLIA NUNES CORREA XAKRIABÁ, 2020).

A proposta não é reforçar a dualidade dos conhecimentos trazidos pelos povos indígenas e a Ciência ocidental, mas é estabelecer pontes e conexões para que a humanidade possa (re)conhecer que existe outras formas de viver e se relacionar com a natureza, que é necessário rever padrões de vida e de consumo para construção de uma realidade mais justa.

Os trechos abaixo são respostas à pergunta: a demarcação de territórios indígenas deve acontecer só na Amazônia?

(Ana e Gabriela): “Não deve ser só na Amazônia, todos os lugares têm indígenas, todos os lugares do Brasil, e eles podem cuidar da natureza e dos animais”.

(Cris e Alice): “Não, porque não têm indígena só na Amazônia e porque esses territórios já existiam antes da divisão do Brasil em estados”.

(João e Pedro): “Não, pois também tem (povos indígenas)³⁰ fora da Amazônia e por todo o Brasil, mesmo em pequenas comunidades”.

(Eliane e Flávia): “A demarcação de uma terra indígena tem por objetivo garantir o direito indígena à terra. Então, não deveria ficar somente na Amazônia e sim ser em todos os locais”.

A demarcação de territórios indígenas é direito dessas comunidades e garantia do acesso à terra. Trata-se de reconhecer a população indígena como sujeitos detentores de direitos.

Arelada a ideia da demarcação dos territórios indígenas como estratégia de afirmação do direito dessas populações à terra, os estudantes apresentaram a importância desses povos em cuidar da natureza e preservar ambientes. Esse pensamento se torna importante para reconhecer as populações indígenas como detentoras de saberes e conhecimentos, afastando da imagem paternalista de comunidades sem cultura que precisam ser salvas e cuidadas. Reconhecer a importância dos conhecimentos e tradições indígenas é essencial para devolver o respeito aos povos originários, sua emancipação e direitos que foram roubados durante a colonização.

Essa preocupação com o meio ambiente é parte do modo de ser e da cultura indígena. Werymere Alves Braz (2019), explica que a natureza é o próprio ser humano e que deve ser cuidada.

“Se não nos importamos com a preservação da natureza ela acaba, e nós, Pataxóop, nos preocupamos com essa destruição que vem acontecendo com a mãe terra e a natureza. Os não indígena não se preocupam com tudo isso, e a natureza não parece importante para a sobrevivência deles aqui na terra: destroem as matas, polui os rios e matam os animais e nós indígenas sabemos que fazemos parte da vida com a terra e a natureza.”

Trazer a preocupação dos povos indígenas com a preservação da natureza para a realidade do não indígena é essencial para promover uma consciência ambiental de conservação e pertencimento ao planeta Além disso, desconstruir a imagem preconceituosa, revelar a história, cultura e conhecimentos desses povos se revelou uma estratégia para romper com a intolerância e devolver

³⁰ Grifo nosso.

o protagonismo e a importância desses povos para o planeta. Nesse sentido, a Lei 11.645/2008, ao tratar a história e cultura indígena como conteúdo obrigatório na educação básica, vem como uma ferramenta acertada para começar a reparar a perniciosidade que anos de preconceito, perseguição e extermínio causou à população indígena.

6.3.3. O que podemos aprender com os povos indígenas?

Os povos indígenas apresentam uma forma de viver e existir no mundo que se contrasta com a proposta capitalista que tem levado à exaustão o planeta e à exploração de povos. Contudo, eles não podem carregar a responsabilidade pela salvação do planeta causada por anos de produção e consumo desenfreados, pela ação predatória sobre a natureza e do abuso de povos minorizados. Além disso, a ação violenta e militarizada do sistema dominante abafa as vozes que teimam em denunciar tais abusos e usurpa conceitos desses povos, construindo novos significados para fortalecer seu próprio funcionamento.

Não é razoável entregar aos povos indígenas o encargo de resolver problemas de ordem ambiental, social e econômica que sequer foram criados por eles. Contudo a humanidade tem muito a aprender com esses povos, uma vez que sua existência colocou nenhuma vida e muito menos o planeta em risco. Dessa forma, conhecer algumas atividades e a forma de vida dos povos indígenas, pode contribuir muito para reconhecer que é possível outras formas de organizar a sociedade e facilitar um processo de reflexão sobre a viabilidade da forma de produção e consumo, que não a capitalista.

Nesse sentido, ao final da Sequência de Ensino os estudantes foram estimulados a conhecer um pouco mais sobre as atividades desenvolvidas pelos povos Xakriabá e Pataxó. Os estudantes da turma foram divididos em dois grupos (Pataxó e Xakriabá) que, relacionando com os princípios e propostas da Carta da Terra, deveriam responder a pergunta: O que podemos aprender com os povos indígenas? Depois de ler os textos que apresentavam algumas atividades desenvolvidas nas aldeias desses povos, os estudantes apontaram práticas e ideias que já são vivenciadas pelos povos indígenas e que podem contribuir para implementar as propostas da Carta da Terra e construir uma sociedade mais justa.

Os grupos deveriam apresentar atividades em que reconhecem a efetividade dos quatro subprincípios do primeiro item da Carta da Terra. O primeiro subprincípio que deveriam apresentar foi: Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade. Esse subprincípio traz a noção de que os seres vivos estão interligados e que todos os seres vivos são importantes para sustentar a vida. Os estudantes que estudaram o povo Pataxó apontaram que

- (Matheus) Os indígenas fazem reflorestamento, eles cuidam da natureza, porque a natureza é a vida onde eles moram. Nós podemos aprender a cuidar da natureza, cuidar da mata, aprender a usar os recursos com responsabilidade, economizar, não desperdiçar.

Os estudantes também apresentaram uma pintura, ilustrando o que tinham aprendido com os povos indígenas e explicaram o significado que deram para a pintura.

- (Matheus) Eu fiz a floresta sendo recriada, o reflorestamento.



Figura 5: Pataxó - Respeitar a Terra e a vida em toda a sua diversidade

Já os estudantes que pesquisaram sobre o povo Xakriabá disseram que:

- (Bárbara) Os povos indígenas ensinam a não desmatar, a cultivar os alimentos e a cuidar do solo.

A pintura eles explicaram que:

- (Bárbara) Tem que respeitar a natureza, os animais, as plantas. Na pintura a gente representou uma aldeia indígena e a natureza sendo respeitada.



Figura 6: Xakriabá - Respeitar a Terra e a vida em toda a sua diversidade

A noção de preservação e cuidado com o ambiente dos povos indígenas foi identificada e apontada pelos estudantes. Essa ideia foi por diversas vezes apontada pelos estudantes do FIEI em seus trabalhos de percurso. Para Ademário Braz Ferreira e Jeivaldo Silva Santos (2019) da etnia Pataxó é importante “construir habilidades, atitudes e competências voltadas para a preservação e conservação do meio ambiente garantindo assim, também, a manutenção cultural ancestral dos seus povos”. Preservar a natureza e seus territórios está para além de ser uma mera opção, trata-se antes de tudo de uma filosofia de vida que não se desprende da experiência de pertencer ao planeta e a uma rede que sustenta a vida. A consciência de que a manutenção da existência humana e de seu povo só é possível com o cuidado com o planeta e os seres vivos.

O diálogo entre a Ciência Convencional e os saberes dos povos tradicionais oportuniza a construção de novas estratégias de conservação do ambiente, possibilitando a construção de formas de produção que levem em conta as necessidades humanas, mas também que se preocupem com a preservação e a recuperação da natureza. Tânia Alves Marcial (2019) ressalta que

“compartilhar saberes sobre essas práticas; trazendo a oportunidades de um diálogo maior entre realidades tão distintas, como a indígena e a não indígena, possibilitando a concretização de um objetivo comum que é produzir conhecimento e trocar experiências que resultem em ações de preservação do meio ambiente”.

“Com certeza podemos viver todos juntos, o saber científico e os saberes tradicionais, cada um respeitando o conhecimento do outro, sem querer nenhum ser maior que o outro” (WAGNER SANTOS MEIRA, 2019). É preciso reunir o conhecimento produzido pelas sociedades humanas para criar uma alternativa de solução para a crise ambiental. A Ciência Convencional, sozinha, não conseguiu apontar uma alternativa para garantir a produção e o equilíbrio ecológico. Entender a relação dos povos indígenas com a natureza pode indicar uma caminho para a construção de um sistema que garanta a sobrevivência de todos os seres vivos, humanos e não-humanos.

Admitir que os conhecimentos produzidos pelos povos indígenas podem ser aliados da construção de uma sociedade econômica, social e ecologicamente responsável tem uma dupla função. Primeiro refletir sobre o significado de progresso, questionando a viabilidade de um sistema baseado na exploração e na desigualdade, que produz poucos bilionários e uma multidão

de miseráveis, que coloca em risco o equilíbrio ecológico e a vida na Terra. Segundo, desmistificar a ideia de que os povos indígenas são inimigos do desenvolvimento do país. O que os povos indígenas denunciam é que não se pode considerar a existência de desenvolvimento quando a vida e o planeta são colocados em risco.

“O modelo atual de desenvolvimento consumista tem promovido uma crescente degradação dos recursos naturais, trazendo consequências graves” (TÂNIA ALVES MACIEL, 2019). Lindaura Gomes de Araújo (2019), pertencente à comunidade Xakriabá, cita a fala do Senhor Valdemar, uma liderança indígena Xakriabá: “Quando destrói é onde nós tamo sofrendo falta de água e falta de chuva a inteligência do homem, a inteligência do homem chegou um ponto que prejudica ele e prejudica a terra que a terra não pode ser prejudicada”.

A vida dos seres humanos não pode se separar do resto do planeta e dos seres vivos. A viabilidade da vida humana só se faz com a sustentação das estruturas do planeta e de uma rede de seres vivos que se interagem e mantêm a praticabilidade da vida. A exploração predatória dos recursos naturais e dos seres vivos coloca em risco também a existência humana, só a preservação e o respeito pela natureza podem tornar viável a vida de todos os seres vivos no planeta.

A segunda proposta do primeiro item da Carta da Terra é: cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor. Ela aponta que a responsabilidade de usufruir da natureza vem junto com a responsabilidade de cuidar da natureza, impedindo sua destruição, além de resguardar o direito e ao acesso das pessoas aos recursos para construção de um bem comum. Os estudantes que apresentaram sobre o grupo Pataxó disseram que:

- (Samuel) A gente pode aprender com o povo Pataxó a não usar agrotóxicos e a não desmatar. Isso é sustentabilidade e envolve a mãe natureza e a valorização da cultura que é passada de geração em geração. A gente fez umas árvores que representam o reflorestamento, um lago com os peixes representando a pesca.



Figura 7: Pataxó - Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor

Sobre os Xakriabá os estudantes disseram que:

- (Vitória) Os indígenas nos ensinam sobre uma convivência solidária e comprometida. Eles estão dispostos a dialogar com respeito, saber ouvir e falar. Eles têm uma relação respeitosa com a diversidade e com o meio ambiente.



Figura 8:

Xakriabá - Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor

O cuidado com a vida não pode ser só com a vida dos seres humanos, tão pouco com a de alguns grupos de seres humanos. A manutenção da vida deve acontecer de maneira que valorize todos os seres vivos, humanos ou não humanos, e que se reconheça seu papel no equilíbrio da natureza.

A necessidade de se retirar o sustento com a natureza vem junto com a responsabilidade do “cuidado com as pessoas, com a cultura, com a nossa terra, nossas águas, com a fauna e flora e principalmente com a vida, valores que devem ser priorizados acima de tudo e de todos” (EDINEIA MOREIRA DA SILVA e JANAINÉ NUNES DA MOTA, 2019). O cuidado com a sobrevivência não pode ser só com seres humanos, mesmo porque não é possível descolar os seres humanos do resto do planeta, o cuidado deve ser também para com o planeta e todos os seres vivos.

Para Reginaldo Ramos Santos, (2019) “mesmo diante de tantas malvadezas contra nós, nunca deixamos de lutar para defender nossa cultura, nossa terra, nossos rios, nossas matas, os animais e a nossa língua”. A luta pela sobrevivência dos povos indígenas é a luta pela própria continuidade, mas também pelo meio ambiente, uma vez que sua existência tem profundas ligações com a natureza. Não se trata de manter a natureza como uma coisa intocada, mas de criar mecanismos de convivência que respeitem o meio ambiente e que forneçam condições de suprir as necessidades de toda a comunidade. A luta pela sobrevivência dos povos indígenas se funda na luta pelo respeito e preservação da natureza e por uma sociedade que garanta dignidade para todos.

Os estudantes apontaram o respeito pela natureza do povo Xakriabá e a preocupação com o bem-estar da comunidade como um todo. Edineia Moreira da Silva e Janaina Nunes da Mota (2019) mostram que

“as decisões são tomadas em conjunto porque não tem distinção entre os integrantes do grupo, por sua vez, eles têm liberdade de dar sugestões e intervir, se necessário. Esse modo de tomar decisões já é muito presente nas comunidades, nas nossas aldeias, e que tem sempre reuniões com a comunidade para tomar as decisões”.

Essa forma de organização da comunidade Xakriabá apontada pelas autoras mostra que existe uma preocupação com o bem estar da comunidade de forma coletiva e que o diálogo e a escuta são imprescindíveis para construção de uma sociedade mais horizontalizada em que as pessoas se sintam atuantes e valorizadas. Edineia Moreira da Silva e Janaina Nunes da Mota (2019) apontam ainda que nessa organização “os valores e respeito com a natureza, a cooperação e solidariedade; o trabalho, o saber e a criatividade humana são os valores centrais e mais importantes”. Isso demonstra que não apenas as relações humanas são privilegiadas, mas que é fundamental que as

relações de respeito com a natureza também estejam presentes e sejam favorecidas.

O cuidado com o ambiente, valorizando o meio ambiente e os seres vivos, dando importância a vida de seres humanos e não-humanos é essencial para o “desenvolvimento de uma relação direta com o ambiente, possibilitando uma experiência de cuidado da terra e de valorização dos recursos naturais locais de maneira produtiva e sustentável” (ADEMÁRIO BRAZ FERREIRA E JELEVALDO SILVA SANTOS, 2019).

Já no terceiro subprincípio (Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas) são apontadas a necessidade de se garantir os direitos humanos a todas as pessoas e de se construir uma sociedade economicamente viável e ecologicamente responsável. Os estudantes que apresentaram o povo Pataxó apontaram que:

- (Flávia) Aprendemos a respeitar as pessoas da sociedade, aprendemos também a incluir todos os tipos de pessoas na sociedade e respeitar as diferenças, tanto as diferenças econômicas, sociais e as características físicas. Também aprendemos a gerar renda com artesanato sem prejudicar a natureza.
- (Gabriela) Tipo, incluir todos na sociedade, a comunidade LGBT, negros, brancos. A gente pesquisou e tem muito disso, tipo numa aldeia Pataxó tinha um indígena gay e eles tratam ele normal e isso é uma coisa bacana de saber, porque hoje na sociedade que a gente vive o preconceito é muito e a homofobia também. Então, saber que uma aldeia indígena não é homofóbica e preconceituosa é bom.



Figura 9: Pataxó - Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas

Já sobre o povo Xakriabá os estudantes disseram que para construir uma sociedade justa, democrática e pacífica é necessário valorizar a cultura indígena, como também combater o preconceito e difundir seus conhecimentos.

- (Luiza) Os Xakriabá pensam em fazer o resgate da cultura deles e do artesanato, pois é muito importante para a cultura. Para eles é uma riqueza que diz muito sobre o modo de

viver deles. A educação é fundamental para transmitir os conhecimentos deles. Na pintura a gente colocou a discriminação porque as pessoas acham que pode discriminar por achar que eles não fazem nada. A gente tem que parar de invadir os territórios e respeitar a cultura indígena. A gente colocou a foto da Célia que é uma deputada indígena.

- (Ana) Eu acho que a gente tem que combater o preconceito, porque muita gente acha que eles não sabem nada só porque são “índios”.
- (Luiza) Eles têm muitos conhecimentos sobre as terras deles, a gente podia espalhar as palavras deles e também escutar eles.



Figura 10: Xakriabá - Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas

Ambos os grupos destacaram a necessidade de eliminar o preconceito e a discriminação como fundamentais para construção de uma sociedade mais justa. A garantia de direitos e a plena realização das potencialidades passa por uma cultura que valorize a diversidade e que acolha e reconheça o valor de cada vida. Contudo, a necessidade de realização humana não pode ser superior a de outros seres vivos e que, portanto, criar alternativas de crescimento pessoal que não coloque a natureza em risco é fundamental.

Nesse sentido,

“propomos é que o eixo da competitividade seja deslocado para o eixo da viabilidade, e que a dimensão econômica não seja a única variável a ser considerada para uma sociedade mercantil, mas também as variáveis sociais, ecológicas e culturais, para termos sustentabilidade dentro de nossos empreendimentos”. (EDINEIA MOREIRA DA SILVA e JANAINE SILVA DA MOTA, 2019)

Isso indica que a construção de uma sociedade mais justa passa pelo rompimento com a lógica capitalista de exploração predatória dos recursos naturais e da força do trabalho para a acumulação de riqueza por poucos indivíduos. É necessário superar o olhar sobre o planeta e os seres humanos e não humanos apenas sob a concepção econômica, fixando valores para tudo e todos. Isso hierarquizou pessoas e povos, implantando a ideia de que existem formas de vida que valem mais do que outras, colocou preço exploração das estruturas e recursos do planeta o que tem levado a sua exaustão. O resultado disso é a perseguição e genocídio de povos e uma crise ambiental e climática sem precedentes.

“Esse modo de operar o sistema vasto da nossa sociedade aposta que segregar e excluir é uma boa ideia. Ora, quem fez isso no passado fez um mau negócio. Os povos que excluíram e segregaram se tornaram menos diversos. Mas não vou estender a provocação para além disso, mas eles se tornaram medíocres. Se todo mundo aqui quiser ser medíocre, vamos nessa! Vamos segregar, discriminar, sacanear uns aos outros que um dia alcançaremos esse ideal de mediocridade. Vamos ser tão medíocres até não ter mais diversidade cultural, nem biológica, nem nada, nem na nossa agricultura, nem na nossa forma de coexistir, de conviver uns com os outros” (YOUSSEF CAMPOS e AILTON KRENAK, 2021 p. 72).

A construção de uma sociedade horizontalizada passa por enxergar na diversidade uma oportunidade de novas experiências de existir, passa por valorizar as pessoas e trabalhar pelo bem comum das comunidades, por respeitar a natureza e os seres vivos, o viés econômico não pode ser a única perspectiva a ser considerada. Ademário Braz Ferreira e Jeivaldo Silva Santos (2019) mostram que essa valorização se dá pela “maneira que tratamos uns aos outros, respeitando o direito de cada e de todos seres humanos seja (anciãos, adultos, jovens e crianças, temos que dar o respeito valorizando a sua diversidade cultural). Esse respeito à natureza, às pessoas e à diversidade cultural é o reconhecimento que não existe hierarquia de formas de vida, que todas devem ser preservadas e sua dignidade protegida.

Por fim, o quarto subprincípio trata-se de garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações, isso inclui a necessidade de transmitir aos jovens conhecimentos que garantam a viabilidade da vida no planeta. Os estudantes apontaram que a educação é

fundamental para o povo Pataxó explicando que a presença de uma escola diferenciada é crucial para transmissão dos conhecimentos tradicionais e também para valorização da cultura.

- A educação deles não é igual à nossa, eles recebem uma educação própria, eles ensinam a cultura deles. É importante a gente conhecer e transmitir nossa cultura. A gente colocou aqui um professor ensinando seus alunos.
- Professora: Então lá tem escola e professor como a nossa escola?
- Maria Vitória: Tem, mas eles ensinam também a cultura deles.



Figura 11: Pataxó - Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações

Já para a comunidade Xakriabá, os estudantes apontaram a garantia de direitos como saúde, educação e alimentação como estratégias importantes para garantir que o planeta seja preservado e que seja promovida uma sociedade sustentável.

- A saúde, a educação e a alimentação. É importante preservar os direitos, os alimentos representando a alimentação, os livros representando a educação e os remédios representando a saúde. Eles criam harmonia cuidando dos povos e da

natureza. Eles cuidam dos direitos dos cidadãos e, assim como os professores, a família ajuda na cultura e na aprendizagem.



Figura 12: Xakriabá - Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações

Ambos os grupos apontaram a educação e a transmissão de conhecimentos e cultura como essencial para construção de uma sociedade mais sustentável. A relação de respeito e de valorização da diversidade e da natureza presente nos conhecimentos e culturas indígenas indicam uma direção no sentido de produzir vínculos mais horizontalizados entre os próprios seres humanos e a natureza contribuindo para diminuição da dicotomia entre homem e natureza. A presença de uma escola diferenciada é muito importante nesse cenário, pois ela busca

contemplar não só os conhecimentos do currículo escolar tradicional, mas também os conhecimentos construídos pelo próprio povo dentro das aldeias. Mais do que isso, ela busca estabelecer significados entre os dois conhecimentos demonstrando que ambas as “Ciências” podem conversar entre si e construir novas possibilidades e saberes.

A escola indígena é um marco para os povos indígenas, uma forma de luta e de resistência ao manter viva sua cultura e conhecimentos. “Ao investigar meios de desenvolver e preservar práticas ligadas ao saber tradicional nas escolas com o objetivo de conscientizar as crianças para a importância de preservá-las, é possível reafirmar a nossa cultura e a responsabilidade de contribuir para a preservação do meio ambiente” (Tânia Alves Maciel, 2019). Essas escolas desempenham um papel muito importante na construção de uma sociedade sustentável ao ensinar saberes e tradições que levam o respeito a convivência e o respeito da natureza.

Para Tânia Alves Maciel (2019), a escola é um lugar onde as

“diferenças devem ser vista como algo a ser vencido, eliminado, dando lugar a uma diversidade de povos e de conhecimentos que devem ser valorizados nessa nova visão de mundo, onde se tem buscado uma junção entre estes dois tipos de sistema de transmissão de conhecimento”.

Laura Caetana dos Santos (2019) mostra que esse conhecimento tradicional está intimamente ligado com a relação do povo Xakriabá com a natureza e que é preciso destacar esse “conhecimento passado pelos nossos sábios de maneira que todos possam fortalecer cada vez mais a valorização e a preservação do nosso patrimônio, a nossa natureza”. Manter vivos os conhecimentos e tradições indígenas pode significar a resistência de outras formas de organizar a sociedade, uma forma que valorize o bem-estar de seres humanos e de seres não humanos e do planeta.

“O povo indígena jamais abandona esses conhecimentos adquiridos, muitos aprendem vivenciando, observando e praticando. Tudo isso faz parte da transmissão de conhecimentos no dia a dia de uma criança, de um jovem, de um adulto até mesmo de uma pessoa mais velha, porque o conhecimento não pára, não tem fim, enquanto está vivo estará sempre aprendendo, aprendendo tanto com o homem quanto com a própria natureza” (LINDAURA GOMES DE ARAÚJO, 2019).

Os conhecimentos tradicionais que são transmitidos aos jovens não são imutáveis e estáticos, eles se modificam à medida que é preciso se adaptar a novas formas de estar no mundo, contudo o sentimento de pertencimento e de proteção estão presentes na sua forma de viver e se relacionar

com a natureza. E é por sua capacidade de reagir e se adaptar a diferentes realidades, sem perder a essência de cuidado e pertencimento com o meio ambiente, que os conhecimentos indígenas podem indicar, não uma solução mágica e pronta, mas que outros caminhos e modelos de sociedades são possíveis e viáveis.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração da constituinte de 1988 o líder indígena Ailton Krenak fez um icônico discurso no plenário da Câmara dos Deputados do Congresso Federal³¹. Pintando o rosto com tinta negra de jenipapo em sinal de luta pelos direitos indígenas, mas também em sinal de luto pelos sucessivos ataques e restrições que sofriam, fez um discurso bastante representativo que demonstra o quanto a sociedade ocidental tem a aprender com os povos indígenas.

“Os senhores não poderão ficar omissos, os senhores não terão como ficar alheios a mais essa agressão movida pelo poder econômico, pela ganância, pela ignorância do que significa ser um povo indígena. Povos indígenas têm um jeito de pensar, têm um jeito de viver, têm condições fundamentais para sua existência e para manifestação de suas tradições, da sua vida e da sua cultura que não colocam em risco e nunca colocaram a existência, sequer dos animais que vivem ao redor das áreas indígenas quanto mais de outros seres humanos. Eu creio que nenhum dos senhores nunca poderiam apontar atos, atitudes da gente indígena do Brasil, que colocaram em risco seja a vida, seja o patrimônio de qualquer pessoa, de qualquer grupo humano nesse país. E hoje somos alvo de uma agressão que pretende atingir na essência a nossa fé, a nossa confiança de que ainda existe dignidade, de que ainda é possível construir uma sociedade que sabe respeitar os mais fracos, que sabe respeitar aqueles que não têm dinheiro para manter uma campanha incessante de difamação, que saiba respeitar um povo que sempre viveu à revelia de todas as riquezas. Um povo que habita casas cobertas de palha, que dorme em esteiras no chão e que não devem ser identificados de jeito nenhum como um povo que é inimigo dos interesses do Brasil, inimigo dos interesses da nação e que coloca em risco qualquer desenvolvimento. Os povos indígenas têm regado com sangue cada hectare dos 8 milhões de km² do Brasil, os senhores são testemunhas disso. Eu agradeço a presidência desta casa, agradeço os senhores e espero não ter agredido com as minhas palavras os sentimentos dos senhores que se encontram nesta casa”³².

Toda a potência desse discurso mostra que a sociedade nos moldes ocidentais pode aprender o verdadeiro sentido da sustentabilidade com os povos indígenas. Mas também mostra que a resistência e luta dos povos indígenas pela garantia dos seus direitos é uma condição que sempre demandou atenção e mesmo no momento atual demanda enfrentamentos. Se no passado a invasão de suas terras pelos colonizadores promoveu o extermínio dos povos indígenas, hoje a

³¹ O discurso de Ailton Krenak foi realizado no dia 04 de setembro de 1987 durante a Assembleia Constituinte em Brasília, Brasil.

³² Transcrição do discurso realizado por Ailton Krenak na Assembleia Constituinte em 1987 quando vários representantes de povos tradicionais lutavam pela inserção dos direitos dos povos indígenas na Constituição Brasileira. Fonte: <<https://www.revistas.usp.br/gis/article/view/162846/157198>> (acesso em 06/10/2023).

ameaça de promulgação do marco temporal³³ representa uma ameaça à demarcação de territórios e à garantia de direitos, além de desconsiderar o significado de povos originários.

Garantir os direitos e a estabilidade dos povos indígenas é preservar o sentido de existir e viver respeitando a pluralidade humana e preservando a natureza e os seres vivos. Se um coletivo de sociedades, organizações e governos construíram propostas para construção de uma realidade mais justa na Carta da Terra, os estudantes indígenas do FIEI apontam diversos caminhos para o sucesso dessa conjuntura, seja no campo ambiental, social, econômico ou democrático.

Como Ailton Krenak afirmou, a existência dos povos indígenas nunca significou uma ameaça às outras formas de vida. Muito pelo contrário, a demarcação de seus territórios representa a conservação da natureza e da biodiversidade. Em tempos de crise ambiental, significa a garantia de um ambiente saudável, de água limpa, de alimentos descontaminados e ar puro. Significa o respeito pelos ciclos biogeoquímicos da Terra e com sua restauração. O direito ao acesso à terra dos povos indígenas não pode ser considerado um atraso para o país, principalmente quando o modelo desenvolvimentista coloca toda a vida do planeta em risco.

Não só do ponto de vista ambiental, os estudantes e autores indígenas demonstraram que a busca pela garantia de direitos é importante por considerar toda a complexidade humana. Ao assegurar o direito à manifestação cultural livre, à transmissão de saberes ancestrais e a uma educação diferenciada fica resguardado não só o direito à existência, mas à segurança dos direitos humanos e ao desenvolvimento de todas as suas potencialidades.

O cuidado e preocupação com os integrantes da comunidade no acesso a uma vida que possua recursos e condições para dignidade, demonstra que não é possível construir uma sociedade de paz e não-violência pautada na hierarquização de pessoas, exploração do trabalho e desigualdade econômica e social. Respeitar as necessidades de cada integrante da comunidade, suas complexidades e potencialidades são premissas fundamentais para construção de sociedade justas e democráticas.

³³ Marco temporal é uma tese jurídica segundo a qual os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição. Fonte: Agência Câmara de Notícias (acesso 06/10/2023).

É preciso questionar a viabilidade dos padrões atuais de desenvolvimento e discutir o modelo capitalista neoliberal que culminou em uma crise climática que coloca a vida no planeta em risco. É preciso considerar as preocupações dos povos indígenas com a promoção da qualidade da vida humana e do ambiente e reconhecer que eles apontam caminhos para construção de uma sociedade mais sustentável e justa. Não é possível posicioná-los como inimigos do progresso, uma vez que apresentam possibilidades de reconciliação com a natureza e de rompimento com um sistema que mostrou fracassos do ponto de vista ambiental, social, econômico e democrático.

O debate das proposições de povos indígenas nas atividades desenvolvidas nas aulas de Ciências dessa pesquisa contribuiu para trabalhar a pauta ambiental, quando os estudantes reconheceram a importância dos povos indígenas para conservação da natureza, mas também para o reconhecimento de que a existência humana é pautada por várias perspectivas e que, além de garantir os recursos básicos para manutenção do organismo, é preciso garantir oportunidades para plena realização cultural e social. Nesse cenário, é fundamental que se garanta os direitos das pessoas para que estejam asseguradas sua sobrevivência e o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

O reconhecimento e a indicação de aspectos variados da cultura indígena para construção de uma sociedade mais justa pelos estudantes mostraram que o processo de mudança não pode ser considerado apenas de um único ponto de vista, o que Ailton Krenak chamou de uma monocultura de ideias. A construção de uma sociedade mais horizontalizada passa por mudanças de cunho ambiental, social, econômico e democrático. A presença desses pontos nos trabalhos dos estudantes faz perceber que é preciso olhar para além da perspectiva ambiental dos indígenas e aprender que a saída para a crise que o planeta atravessa é multifatorial e só pode ser combatida compreendendo o ser humano e as sociedades em todas as suas dimensões e a natureza e os seres não humanos em toda sua complexidade.

As atividades propostas serviram para que os estudantes conhecessem os modos indígenas de viver e pensar sobre natureza e sociedade. Mostrou que é possível contemplar a Lei 11.645/2008 no ensino de Ciências e contribuir para desconstrução de estereótipos sobre os povos indígenas.

Ao mesmo tempo oportuniza a criação de uma identidade positiva desses povos ao reconhecer suas contribuições para sociedade brasileira e seus conhecimentos.

A incorporação da Lei 11.645/2008 e o enfoque sobre os conhecimentos e culturas indígenas nas aulas de Ciências demonstrou que é possível conversar com saberes tradicionais e romper com os estereótipos que os cercam. Que mesmo a Ciência Convencional baseada na lógica ocidental e detentora de tantas tecnologias pode e deve se aproximar de outras perspectivas para que seja possível a criação de novas estratégias e realidades.

A presença de contextos e conhecimentos múltiplos no cenário escolar permite o estabelecimento de pontes e novas possibilidades de construção de conhecimento. Mais do que isso, permite o reconhecimento da diferença, que se admita outras formas de viver e estar no mundo, que se assuma a heterogeneidade humana e que se promova o respeito à diversidade. Essas são condições essenciais para promover o combate à discriminação e ao preconceito, não só contra os povos indígenas, mas contra todas as minorias sociais.

“Daí a importância de ter pessoas com pontos de vista diferentes. E nem só pontos de vista diferentes. A comunidade científica precisa ser etnicamente, socialmente e culturalmente diversa. Isso porque nossas perspectivas são, em grande parte, moldadas pelas nossas experiências de vida. Aliás, a gente às vezes usa o termo indígena de forma genérica aqui, mas a gente sabe que são várias comunidades diferentes, com culturas, línguas e formas de conhecimento diferentes também, o que só reforça o papel dessas pessoas no aprimoramento da ciência” (PODCAST CIÊNCIA SUJA, Ep. 1, T. 4, 2023).

Na minha experiência em sala de aula, tratar da temática indígena no ensino de Ciências foi muito mais do que simplesmente cumprir o que determina a Lei 11.645/2008. Além de contribuir para a construção de uma imagem positiva dos povos originários brasileiros e construir uma narrativa baseada em suas próprias vivências, a abordagem intercultural fez com que diversas reflexões sobre diversidade surgissem. Questões de gênero, raça e classe, noções de sociedade, direitos e democracia foram discussões levantadas pelos estudantes. Isso só foi possível porque a disciplina foi apresentada de forma a enxergar a diversidade não como forma de hierarquia e discriminação, mas como possibilidades de existir no mundo.

Para além da sala de aula, estar envolvida com a cultura e conhecimentos indígenas me mostrou que a Ciência pode ser diversa, que não existe um modelo único ou irrefutável a ser seguido e que somente com uma Ciência pautada na diversidade pode impedir que novos abusos e

desumanidades sejam justificados. Aproximar dos saberes indígenas me fez ver que somente com a cooperação dos mais variados povos e conhecimentos podemos construir alternativas viáveis para superarmos a crise que atravessamos.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKIMIM, Erick Correa de; SANTOS, Marilene de Oliveira. **Casa de cultura Xakriabá: lugar de conhecimento, cultura, memória e história.** 2019. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígenas, Habilitação em Ciências da Vida e da Natureza) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Orientadora: Ana Maria Rabelo Gomes; Coorientadora: Fernanda G. de Oliveira Cruz. Disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/TCC-MarileneErick.pdf>. Acesso em 06 jun. 2022.

ALMEIDA, S. **Justiça climática e a COP26.** *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 nov. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/silvio-almeida/2021/11/justica-climatica-e-a-cop26.shtml#comentarios>. Acesso em: 22 dez. 2021.

ALVES, Carolaine dos Santos. **A chegada da energia elétrica e as mudanças nos hábitos alimentares do povo Pataxó da aldeia de Barra Velha – BA.** 2019. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígenas, Habilitação em Ciências da Vida e da Natureza) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Orientador: Juarez Melgaço Valadares. Disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/TCC-Carolaine.pdf>. Acesso em 06 jun. 2022.

AMARO, I. **Histórias e culturas indígenas presentes na escola: Potencialidades do currículo para a desconstrução da colonialidade.** In: RUSSO, K. (org.); PALADINO, M. (org.). *Ciências, tecnologias, artes e povos indígenas no Brasil: subsídios e debates a partir da Lei 11.645/2008.* Rio de Janeiro: Garamond, 2016. 246 p. Disponível em: http://www.promovide.febf.uerj.br/biblioteca/nepie/ciencia_tecnologia_indigena_ebook.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

ARAÚJO, J.; GIULIANI, B. **Por uma educação das relações étnico-raciais.** #TEAR - *Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, v. 3, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/1833>. Acesso em: 20 dez. 2021.

ARAÚJO, Lindaura Gomes de. **As plantas medicinais da aldeia Prata no território Xakriabá: resgatando e valorizando os conhecimentos tradicionais.** 2019. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígenas, Habilitação em Ciências da Vida e da Natureza) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Orientador: Célio da Silveira Júnior; Coorientadora: Rebeca Cássia Andrade. Disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/TCC-Lindaura.pdf>. Acesso em 07 jun. 2022.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Carlos Eduardo Mazzeto, Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Instituto de Terras de Minas Gerais - ITER.** Discurso. Comenta o subtema: "Processo e Procedimentos de Reforma Agrária e a Questão Ambiental". Disponível em: <https://www.almg.gov.br/pronunciamentos/carlos-eduardo-mazzeto/2003-11-24/1640>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BARROS, Mailson Alves de. **A relação da comunidade Xakriabá com o córrego Riacho do Brejo.** 2019. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígenas, Habilitação em Ciências da Vida e da Natureza) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Orientador: Carlo Sandro Campos; Coorientadora: Elisa Sampaio de Faria. Disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/TCC-Mailson.pdf>. Acesso em 07 jun. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base.** Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 23 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Publicada em: 11 mar. 2008. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. **As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena.** Organização de Luís Donisete Benzi Grupioni. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001. 72 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Legislacao%20miolo.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 jan. 2023.

BRAZ, Raíres Alves. **Jogos familiares Pataxó da aldeia Muã Mimatxi em Itapeçerica-MG.** 2019. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígenas, Habilitação em Ciências da Vida e da Natureza) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Orientador: Ana Maria Rabelo

Gomes; Coorientadora: Rebeca Cássia Andrade. Disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/TCC-Raires.pdf>. Acesso em 08 jun. 2022.

BRAZ, Werymehe Alves. **Tehey de pescaria de conhecimento**. 2019. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígenas, Habilitação em Ciências da Vida e da Natureza) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Orientador: Juarez Melgaço Valadares; Coorientador: Áquila Bruno Miranda. Disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/TCC-Werynehe.pdf>. Acesso em 08 jun. 2022.

CARTA DA TERRA. **Carta da Terra**. Disponível em: http://www.cartadaterrabrasil.com.br/prt/Principios_Carta_da_Terra.pdf. Acesso em: 24 fev. 2022.

CARTA DA TERRA. **Iniciativa Carta da Terra**. Disponível em: <http://www.cartadaterrabrasil.com.br/prt/iniciativa-carta-da-terra.htm>. Acesso em: 19 set. 2023.

CAVALLEIRO, E. **Introdução**. In: BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_eticoraciais.pdf. Acesso em: 22 mai. 2021.

CIÊNCIA SUJA. Ep. 5. T. 4. A Ciência é para todos. 21 dez. 2023. Narração de Carolina Marcelino, Theo Ruprecht e Felipe Barbosa. Podcast. Disponível em: <https://www.cienciasuja.com.br/temporada-4/a-ci%C3%Aancia-%C3%A9-para-todos>. Acesso em: 3 fev. 2024.

DUARTE, Hádisson André Santos. **Educação escolar indígena de jovens e adultos no colégio estadual da aldeia indígena Caramuru – Pau Brasil (BA)**. 2020. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígenas, Habilitação em Língua, Artes e Literatura) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Orientadora: Maria Gorete Neto. Disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/TCC-2020-Hadisson.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2023.

FERREIRA, Ademário Braz; SANTOS, Jeivaldo Silva. **Educação ambiental e sustentabilidade na área escolar da aldeia Pataxó de Coroa Vermelha**. 2019. [68] f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígenas, Habilitação em Ciências da Vida e da Natureza) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Orientador: Francisco Ângelo Coutinho; Coorientadora: Elisa Sampaio de Faria. Disponível em:

<https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/TCC-AdemarioJeivaldo.pdf>. Acesso em 09 jun. 2022.

FERREIRA, J.; FELÍCIO, E. **Por terra e território**: caminhos da revolução dos povos no Brasil. 1. ed. Arataca, BA: Teia dos Povos, 2021. 178 p.

GOMES, N. L. (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GOMES, N. L. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/?lang=pt>. Acesso em: 26 abr. 2021.

GONÇALVES, Beatriz Dias. **Plantio de horta na aldeia Imbaúba como meio de sobrevivência visando a prática nas escolas**. 2019. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígenas, Habilitação em Ciências da Vida e da Natureza) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Orientadora: Marina de Lima Tavares; Coorientadora: Rebeca Cássia de Andrade. Disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/TCC-Beatriz.pdf>. Acesso em 09 jun. 2022.

GUARANI, Jerá. **Para nós, o futuro é indígena**. In: MOULIN, Gabriela (org.); MARQUEZ, Rodrigo (org.); ANDRÉS, Rafael (org.); CANÇADO, Walter (org.). *Habitar o Antropoceno*. 1. ed. Belo Horizonte: BDMG Cultural/Cosmópolis, 2022. p. 256.

INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL. **Terra Indígena Guarani do Bracuí**. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/es/terras-indigenas/3676>. Acesso em: 19 mar. 2024.

INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL. **Mapa atual das aldeias Pataxó da Bahia**. Disponível em: <https://img.socioambiental.org/d/771058-3/Mapa+Pataxo+001.JPG>. Acesso em: 10 nov. 2023.

INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL. **Pataxó**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Patax%C3%B3#Localiza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 10 nov. 2023.

INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL. **Pataxó Hãhãhãe**. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Patax%C3%B3_H%C3%A3-H%C3%A3-H%C3%A3e#Hist%C3%B3ria. Acesso em: 10 nov. 2023.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 126 p.

KRENAK, Ailton. *Futuro Ancestral*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 122 p.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 102 p.

KRENAK, Ailton; CAMPOS, Youssef. *Lugares de Origem*. 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2021. 112 p.

KRENAK, Ailton. **Saiam desse pesadelo de concreto**. In: MOULIN, Gabriela (org.); MARQUEZ, Rodrigo (org.); ANDRÉS, Rafael (org.); CANÇADO, Walter (org.). *Habitar o Antropoceno*. 1. ed. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2022. p. 210-228.

LIRA, Antonildo Silva de [Txaywã Pataxó]. *Moykã txihihãĩ xaurumã Pataxó nioniemã atxohê upú etxawê uxé pataxi makiami = Jogos indígenas infantojuvenil Pataxó um método de ensino em Aldeia Velha*. 2019. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígenas, Habilitação em Ciências da Vida e da Natureza) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Orientador: Rogério Correia Silva; Coorientador: Áquila Bruno Miranda. Disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/TCC-Antonildo.pdf>. Acesso em 10 jun. 2022.

LUCIANO, Gilson Souza. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, LACED/Museu Nacional, 2006. p. 216-220. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio_brasileiro.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio_brasileiro.pdf). Acesso em: 26 jul. 2021.

MAZZETTO SILVA, Carlos Eduardo. **Territorialidades camponesas do Cerrado - o saber gerado a partir do conhecimento local**. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 7, n. 14, ago. 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/21751>. Acesso em: 12 nov. 2023.

MACIEL, Tania Alves [Tamikuã Pataxó]. **“Práticas de sustentabilidade” e possíveis relações com a escola**. 2019. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígena, Habilitação em Ciências da Vida e da Natureza.) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Orientador: Carlo Sandro Campos; Coorientador: Welington Dias. Disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/TCC-Tania.pdf>. Acesso em 10 jun. 2022.

MARTINS, N. J., **Educação escolar indígena Guarani no estado do Rio de Janeiro: tensões e desafios na conquista de direitos**. 2016. 97 f. Dissertação de Mestrado no programa Pós-graduação em Educação, contextos contemporâneos e demandas populares. Universidade

Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016. Orientador: Aloisio Jorge de Jesus Ribeiro. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/13206>. Acesso em: 04 nov. 2023.

MEIRA, Vânia Santos. **Kanã miãga (minha água): estratégias de sobrevivência sob um olhar pedagógico**. 2019. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígena, Habilitação em Ciências da Vida e da Natureza.) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Orientadora: Marina de Lima Tavares; Coorientadores: Célio da Silveira Júnior e Daniela Campolina Vieira. Disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/TCC-Vania.pdf>. Acesso em 15 jun. 2022.

MEIRA, Wagner Santos. **A utilidade das plantas medicinais para o povo Pataxó de Aldeia Velha**. 2019. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígena, Habilitação em Ciências da Vida e da Natureza.) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Orientadora: Katia Pedroso Silveira; Coorientadora: Natália Almeida Ribeiro. Disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/TCC-Wagner.pdf>. Acesso em 15 jun. 2022.

MIRIM, Alessandro Karáí. **Kyringue rexain rã para a saúde das crianças guarani Mbyá**. 2019. 15 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígena, Habilitação em Ciências da Vida e da Natureza.) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Orientadora: Érica Dumont Pena; Coorientador: Áquila Bruno Miranda. Disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/Alessandro-Mimbi-da-Silva-TCC.pdf>. Acesso em 16 jun. 2022.

MORAES, Sara Santos. **Parto tradicional do povo Pataxó Hã Hã Hãe**. 2019. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígena, Habilitação em Ciências da Vida e da Natureza.) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Orientadora: Érica Dumont Pena; Coorientadora: Luz Alba Ballen Sierra. Disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/TCC-Sara.pdf>. Acesso em 16 jun. 2022.

MOUZER, M. V. S. **Cartilha agroflorestal Mbya Guarani: Saberes Yva'a**. 2011. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Biológicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Orientadora: Maria Aparecida Bergamaschi. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/49232/000835650.pdf;jsessionid=144D1D2FE4232781A3719E4F622F0355?sequence=1>. Acesso em: 02 nov. 2023.

MUNDURUKU, D.; ALMEIDA C. (part.). **Mundurukando 1: Sobre saberes e utopias**. 2ª ed. Lorena, SP: UK'A, 2020. 120 p.

MUNDURUKU, D. **Mundurukando 2**: Sobre vivências, piolhos e afetos. 1ª ed. Lorena, SP: UK'A, 2017. 144 p.

OLIVEIRA, Marilsa Lopo de. **As transformações do meio ambiente no território indígena Xakriabá**: os impactos causados na fauna e na flora. 2019. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígena, Habilitação em Ciências da Vida e da Natureza.) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Orientador: Francisco Ângelo Coutinho; Coorientadores: Natália Almeida Ribeiro e Gilson Alves dos Santos. Disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/TCC-Marilsa.pdf>. Acesso em 17 jun. 2022.

PINTO, A. E. S. **Indígenas ganham vitrine, voz e fundos inéditos na COP26**. Folha de São Paulo. São Paulo. 3 de Novembro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/11/indigenas-ganham-vitrine-voz-e-fundos-ineditos-na-cop26.shtml>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

POVOS INDÍGENAS E DIVERSIDADE CULTURAL. **Mapa Terra Indígena Xakriabá**. Disponível em: <https://povosindigenasb.blogspot.com/2014/05/xacriaba-introducao-um-dos-poucos-grupos.html>. Acesso em: 12 nov. 2023.

RAMOS, N. **Comunicação, cultura e interculturalidade**: para uma comunicação intercultural. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Lisboa, ano 35, n. 2, p. 155-178, 2001. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/5839>. Acesso em: 05 fev. 2024.

RIBEIRO, José Aparecido. **Pecuária: histórico e reflexões sobre os impactos gerados pela atividade no território indígena Xakriabá, Minas Gerais - Brasil**. 2019. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígena, Habilitação em Ciências da Vida e da Natureza.) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Orientador: Francisco Ângelo Coutinho; Coorientador: Rebeca Cássia de Andrade. Disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/TCC-JoseAparecido.pdf>. Acesso em 17 jun. 2022.

RIBEIRO, Laurisaura da mota. **O milho nas vidas e lutas do povo Xakriabá**. 2019. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígena, Habilitação em Ciências da Vida e da Natureza.) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Orientador: Vanessa Sena Tomaz; Coorientadora: Rebeca Cássia Andrade. Disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/TCC-Laurisaura.pdf>. Acesso em 25 jun. 2022.

RIBEIRO, Maria Muniz Andrade **A escola da reconquista**. 1ª ed. Arataca, BA: Teia dos povos, 2021. 168 p.

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. **Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises**. Revista Psicologia: Ciência e Profissão, V 23, N° 4, p. 64 - 73. Brasília, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/XdM8zW9X3HqHpS8ZwBVxpYN/?lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SOUSA, E.; SANTOS, K. F.; SILVA, M. **Educação e o silenciamento da história e cultura afro-brasileira e indígena**. In: IV Congresso Nacional em Educação. Diamantina - MG, 2021. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/ivconed/trabalho/197333>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SANTOS FILHO, Cosme Braz dos. **Os saberes dos Pataxó de Barra Velha sobre o mar**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígena, Habilitação em Ciências da Vida e da Natureza.) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/TCC-Laurisaura.pdf>. Acesso em 01 jul. 2022.

SANTOS, Laura Caetana dos. **Extrativismo, agricultura e construção: a diversidade dos solos da aldeia Prata (território indígena Xakriabá, Minas Gerais)**. 2019. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígena, Habilitação em Ciências da Vida e da Natureza.) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Orientador: Célio da Silveira Júnior; Coorientadora: Rebeca Cássia. Disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/TCC-Laura.pdf>. Acesso em 04 jul. 2022

SANTOS, Reginaldo Ramos dos. [**Akanawan Baenã Txôipehinã Hãhãhãe Txitxiáh**]. “**Kuin kahab mikahab – quero comer, quero viver**”: O povo Pataxó Hãhãhãe e a luta por sua língua = “Kuin Kahab Mikahab”: iõ hãhãhãe Pataxó Hãhãhãe ug i? ikhã ikô tâypâk anekö. 2019. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígena, Habilitação em Ciências da Vida e da Natureza.) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Orientadora: Maria Gorete Neto. Disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/TCC-Reginaldo.pdf>. Acesso em 04 jul. 2022.

SILVA, P. B. G. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, Porto Alegre, v. 30, n. 3 (63), p. 489-506, 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/2745>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SILVA, Edineia Moreira; MOTA, Janaine Nunes da. **Artesanatos Xakriabá sustentabilidade, conhecimentos e desafios**. 2019. 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígena, Habilitação em Ciências da Vida e da Natureza.) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Orientadora: Ana Maria Rabelo Gomes; Coorientadora: Sibelle Diniz. Disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/TCC-EdineiaJanaine.pdf>. Acesso em 06 jul. 2022.

SILVA, Gilzimar Santos [Jaypô Hayô Pataxó]. **A física aplicada nas modalidades esportivas indígenas Pataxó**. 2019. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígena, Habilitação em Ciências da Vida e da Natureza.) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Orientador: Juarez Melgaço Valadares. Disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/TCC-Gilzimar.pdf>. Acesso em 06 jul. 2022.

SOUZA, Maria São Pedro Santos de. **A história da escola indígena Pataxó Mata Medonha**. 2019. [40] f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígena, Habilitação em Ciências Sociais e Humanidades.) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Orientador: Pedro Rocha de Almeida e Castro. Disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/Maria-Sao-Pedro-TCC.pdf>. Acesso em 01 jul. 2022.

SOUSA, E. SANTOS K. F. SILVA, M. **Educação e o silenciamento da história e cultura afro-brasileira e indígena**. In: IV Congresso Nacional em Educação - Diamantina-MG, 2021. Disponível em: <https://www.doity.com.br/anais/ivconed/trabalho/197333>. Acesso em: 12 nov. 2023.

TAVARES, P. **Reparação e cura da terra**. In: MOULIN, G (org). MARQUEZ, R (org). ANDRÉS, R (org), CANÇADO, W(org). *Habitar o antropoceno*. 1ª ed. Belo Horizonte: BDMG Cultural/Cosmópolis, 2022. 256 p.

TOMMASINO, K. **A história dos Kaingáng da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-27102016-121947/>. Acesso em: 23 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Formação Intercultural de Educadores Indígenas. O curso + habilitações. Disponível em: <https://fiei.fae.ufmg.br/o-curso/>. Acesso em: 10/11/2023.

VERRANGIA, D. **A formação de professores de ciências e biologia e os conhecimentos tradicionais de matriz africana e afro-brasileira**. *Magis, Revista Internacional De*

Investigación En Educación, 6(12), 105-117, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2810/281029756007.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2021.

VERRANGIA, D. **Conhecimentos tradicionais de matriz africana e afro-brasileira no ensino de Ciências**: um grande desafio. *Revista África e Africanidades*, Ano 2, n. 8, 2010. Disponível em: https://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/conhecimentos_tradicionais_matriz_afro-brasileira_ensino_ciencias.pdf. Acesso em: 26 ago. 2021.

VIEIRA, Camila Alves. **Impactos da monocultura do eucalipto sobre o ambiente no território Barra Velha na visão do povo Pataxó**. 2019. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígena, Habilitação em Ciências da Vida e da Natureza.) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Orientador: Francisco Ângelo Coutinho; Coorientadora: Natália Almeida Ribeiro. Disponível em: <https://www.fae.ufmg.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/7/2022/04/TCC-Camila.pdf>. Acesso em 05 jul. 2022

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F. K.; SEIFERT, R. E. **Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável**. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 10, n. 3, p. 569-583, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512012000300007>. Acesso em: 20 nov. 2023.

XAKRIABÁ, Célia Nunes Corres. **O barro, o jenipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá**: reativação da memória por uma educação territorializada. 2018. 218 f. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/34103>. Acesso em: 18 jul. 2023.

XAKRIABÁ, Célia Nunes Correa. **Só sabe ser humano quem sabe ser natureza**. In: LIMA, M. B. (org.). *Oboré: quando a terra fala*. São Paulo, Tumiak Produções, Instituto Arapoty, 2022. 101 p.

YANOMAMI, David Kopenawa.; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 7

9. APÊNDICES

9.1 APÊNDICE 1

Especial 'Falas da Terra' conta a história de 21 indígenas de diversas regiões do Brasil³⁴

Além dos indígenas que contaram suas histórias em frente às câmeras, havia muitos outros por trás delas. (18/04/2021)

Caciques e pajés, mas também médicos, biólogos, youtubers e artistas. No especial "Falas da Terra", que vai ao ar nesta segunda-feira (19), na Globo, 21 indígenas de diferentes regiões do Brasil olham para câmera e contam a própria história.

Ao contar a própria história, eles contam também uma outra história: a do Brasil.

“O massacre dos povos indígenas não é uma história do passado, uma história de 1500. É uma história de hoje, uma história lamentável, o sangue que continua sendo derramado não é contado”, conta Fernanda.

Ela é advogada, mas não por opção: ela foi enviada pra faculdade de direito porque a geração dos pais e dos avós precisava de advogados. Hoje, ela representa os povos indígenas em vários órgãos das nações unidas.

Uma das vozes silenciadas foi a do pai da Valdelice. “Em 2001, quando eu já estava com 18 anos, fomos arrancados de lá por meio de uma liminar judicial e debaixo de muita bala. Todas as mulheres crianças foram colocadas dentro de uma casa de sapé, uma casa sagrada, e tentaram atear fogo. O meu pai, o cacique Marcos Veron, se ajoelhou para os pistoleiros e os policiais, e falou não façam isso, a gente se rende. Então fomos jogados pra beira da estrada”, diz Valdelice Guarani Kaiowá.

³⁴ Reportagem de apresentação do documentário. Disponível em: https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/04/18/especial-falas-da-terra-Conta-a-historia-de-21-indigenas-de-diversas-regioes-do-brasil_gh.html (acesso em 25/09/2023).

Eles passaram dois anos na beira da estrada. Quando voltaram, foram atacados mais uma vez. Além dos indígenas que contaram suas histórias em frente às câmeras, havia muitos outros por trás delas. Ziel foi um dos quatro realizadores indígenas que ajudaram a colocar o especial de pé. “Foi um desafio, ao mesmo tempo um presente pela oportunidade que nós tivemos de construir algo que é um marco, não deixa de ser um marco, na história da TV aberta brasileira. Algo que fala sobre os povos indígenas, os povos originários, construído pelos povos indígenas”, finaliza.

Questões que direcionaram a discussão em sala de aula

1. Quem são os indígenas brasileiros no século XXI?
2. Onde vivem os povos indígenas do Brasil?
3. Existe uma forma certa de ser indígena? Como seria?
4. Por que os povos indígenas continuam a ser perseguidos no Brasil?
5. Quais contribuições os povos indígenas podem trazer ao Brasil do século XXI?

9.2 APÊNDICE 2

ÍNDIO EU NÃO SOU - Márcia Kambeba

Não me chame de “índio” porque
Esse nome nunca me pertenceu
Nem como apelido quero levar
Um erro que Colombo cometeu.

Uma bala em meu peito transpassou
Meu grito na mata ecoou
Meu sangue na terra jorrou.

Por um erro de rota
Colombo em meu solo desembarcou
E no desejo de às Índias chegar
Com o nome de “índio” me apelidou.

Chegou tarde, eu já estava aqui
Caravela aportou bem ali
Eu vi “homem branco” subir
Na minha Uka me escondi.

Esse nome me traz muita dor

Ele veio sem permissão
Com a cruz e a espada na mão

Nos seus olhos, uma missão
Dizimar para a civilização.

“Índio” eu não sou.

Sou Kambeba, sou Tembê

Sou kokama, sou Sataré

Sou Guarani, sou Arawaté

Sou tikuna, sou Suruí

Sou Tupinambá, sou Pataxó

Sou Terena, sou Tukano

Resisto com raça e fé”

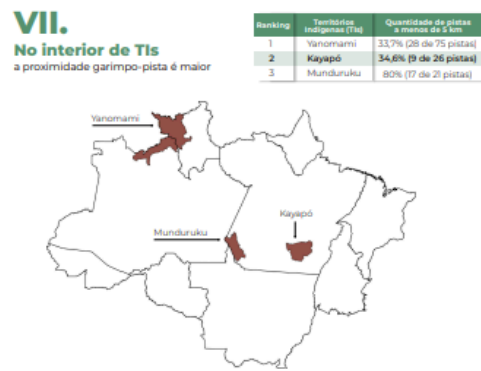
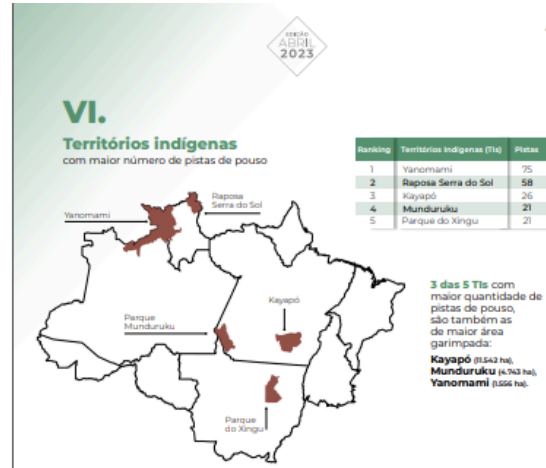
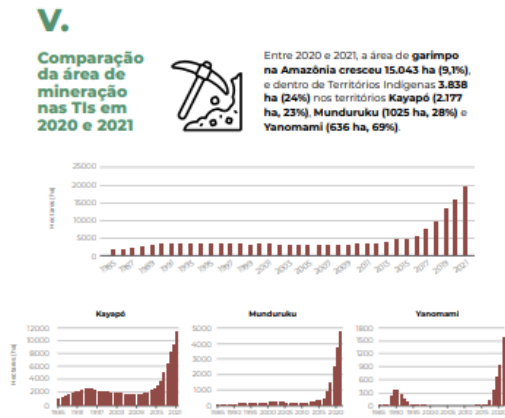
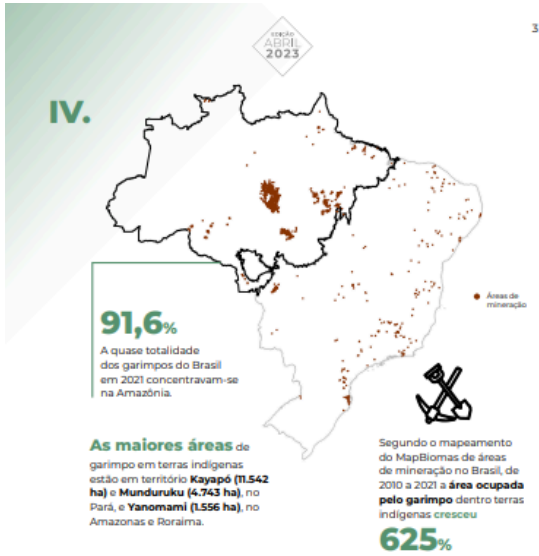
Márcia Vieira da Silva, conhecida pelo nome indígena de **Márcia Wayna Kambeba** é uma escritora, poeta, compositora, fotógrafa e ativista brasileira. Percorre o Brasil e a América Latina com seu trabalho autoral, discutindo a importância da cultura dos povos indígenas, em uma luta descolonizadora que chama para um pensar crítico-reflexivo sobre o lugar atual dos povos originários sul-americanos. Indígena, do povo Omágua/Kambeba no Alto Solimões (AM). Nasceu na aldeia Belém do Solimões, do povo Tikuna em 1979.

Atividade 2 - Questionário

1. A autora do poema, Marcia Kambeba, faz parte do povo Kambeba do estado do Amazonas. Nesse caso, que sentido ela sugere com o título do poema: “Índio eu não sou”?
2. Qual o problema com o termo “índio”?
3. Se a autora do poema diz que não é “índio”, como essas pessoas e seus povos podem ser chamados?
4. Como e onde vivem os povos originários do Brasil?
5. Quais os principais desafios que os povos indígenas encontram atualmente?

9.3 APÊNDICE 3





sobre MapBiomas

Iniciativa multi-institucional, que envolve universidades, ONGs e empresas de tecnologia, focada em monitorar as transformações na cobertura e no uso da terra no Brasil, para buscar a conservação e o manejo sustentável dos recursos naturais, como forma de combate às mudanças climáticas.

Esta plataforma é hoje a mais completa, atualizada e detalhada base de dados espaciais de uso da terra em um país disponível no mundo. Todos os dados, mapas, métodos e códigos do MapBiomas são disponibilizados de forma pública e gratuita no site da iniciativa: mapbiomas.org

ATIVIDADE 3 - QUESTIONÁRIO

1. Como os povos indígenas podem contribuir para proteção e recuperação dos biomas brasileiros?
2. Atualmente vivemos uma grande crise ambiental que está levando ao aquecimento global. Medidas de mitigação das causas e das consequências das mudanças climáticas são urgentes. Como os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas podem ser uma saída para crise climática atual?
3. Sobre a demarcação de terras indígenas, responda: elas devem acontecer somente na Amazônia? Justifique sua resposta.

9.4 APÊNDICE 4

IDEIAS PARA ADIAR O FIM DO MUNDO

“A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história.

(...)

Somos mesmo uma humanidade?

Pensemos nas instituições mais bem consolidadas, como as universidades ou organismos multilaterais, que surgiram no século XX: Banco Mundial, Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO). Quando a gente quis criar uma reserva da biosfera em uma região do Brasil, foi preciso justificar para a UNESCO que era importante que o planeta não fosse devorado pela mineração. Para essa instituição, é como se bastasse manter apenas alguns lugares como amostra grátis da Terra. Se sobrevivermos, vamos brigar pelos pedaços de planeta que a gente não comeu, e os nossos netos e tataranetos - ou netos dos nossos tataranetos - vão poder passear para ver como era a Terra no passado. Essas agências e instituições foram criadas e mantidas como estrutura dessa humanidade. E nós legitimamos sua perpetuação, aceitamos as suas decisões, que muitas vezes são ruins e nos causam perdas, porque estão a serviço da humanidade que pensamos ser.

As andanças que fiz por diferentes culturas e lugares do mundo me permitiram avaliar as garantias dadas ao integrar esse clube da humanidade. E fiquei pensando: “Por que insistimos tanto e durante tanto tempo em participar desse clube, que na maioria das vezes só limita a nossa capacidade de invenção, criação, existência e liberdade?” Será que não estamos sempre atualizando aquela nossa disposição para a servidão voluntária? Quando a gente vai entender que os Estados nacionais já se desmancharam, que a velha ideia dessas agências já estava falida na

origem? Enquanto isso, seguimos arrumando um jeito de projetar outras iguais a elas, que também poderiam manter a nossa coesão como humanidade.

Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício do ser? A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos.

“Ideias para adiar o fim do mundo” - esse título é uma provocação. (...) Um título de uma palestra que participei na Universidade de Brasília, no centro de desenvolvimento sustentável.

Estar com aquela turma me fez refletir sobre o mito da sustentabilidade, inventado pelas corporações para justificar o assalto que fazem a nossa ideia de natureza. Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso - enquanto o lobo não vem -, fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmo é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza.

(...)

Enquanto a humanidade está se distanciando do seu lugar, um monte de corporações espertalhonas vai tomando conta da Terra. Nós, a humanidade, vamos viver em ambiente artificiais produzidos pelas mesmas corporações que devoram as florestas, montanhas e rios. Eles inventam kits superinteressantes para nos manter nesse local, alienados de tudo, e se possível tomando muito remédio. Porque, afinal, é preciso fazer alguma coisa com o que sobra do lixo que produzem, e eles vão fazer remédio e um monte de parafernálias para nos entreter.

(...)

A ideia de nós, os humanos, nos decolarmos da Terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, uma mesma língua para todo mundo.

(...)

Para citar Boaventura de Sousa Santos, a ecologia dos saberes deveriam também integrar nossa experiência cotidiana, inspirar nossas escolhas sobre o lugar em que queremos viver, nossa experiência como comunidade. Precisamos ser críticos a essa ideia plasmada de humanidade homogênea na qual há muito tempo o consumo tomou o lugar daquilo que antes era cidadania. José Mujica disse que transformamos as pessoas em consumidores, e não em cidadãos. E nossas crianças, desde a tenra idade, são ensinadas a serem clientes. Não tem gente mais adulada que um consumidor. São adulados até o ponto de ficarem imbecis, babando. Então para que ser cidadão? Para que ter cidadania, alteridade, estar no mundo de uma maneira crítica e consciente, se você pode ser um consumidor? Essa ideia dispensa a experiência de viver numa terra cheia de sentido, numa plataforma para diferentes cosmovisões.

(...)

Nosso tempo é especialistas em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz chover. O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição da vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim.

(...)

Definitivamente não somos todos iguais, e é maravilhoso saber que cada um de nós que cada um de nós que está aqui é diferente do outro, como constelações. O fato de podermos compartilhar esse espaço, de estarmos juntos viajando não significa que somos iguais; significa exatamente

que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida. Ter diversidade, não isso de humanidade com o mesmo protocolo. Porque isso até agora foi só uma maneira de homogeneizar e tirar nossa alegria de estarmos vivos.

Texto criado a partir de trechos retirados do livro: **Ideias para adiar o fim do mundo**, de Ailton Krenak (2021).

ATIVIDADE 4 - QUESTIONÁRIO

1. No início do texto, o autor faz um questionamento: somos mesmo uma humanidade? O que é a humanidade?
2. Para o autor o sentido de humanidade que vivemos atualmente é verdadeiro? Explique.
3. O que é sustentabilidade?
4. Por que o autor “desconfia” do sentido de sustentabilidade construído por grandes corporações?
5. Para o autor, qual é a “Ideia para adiar o fim do mundo”?
6. E você, qual a sua “Ideia para adiar o fim do mundo”?

9.5 APÊNDICE 5

CARTA DA TERRA

PREÂMBULO

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações.

Terra, Nosso Lar

A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, está viva com uma comunidade de vida única. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade da vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado.

A Situação Global

Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução dos recursos e uma massiva extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas. Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causa de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis.

Desafios Para o Futuro

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida. Devemos entender que, quando as necessidades básicas forem atingidas, o desenvolvimento humano será primariamente voltado a ser mais, não a ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer a todos e reduzir nossos impactos ao meio ambiente. O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano. Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados, e juntos podemos forjar soluções inclusivas.

Responsabilidade Universal

Para realizar estas aspirações, devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com toda a comunidade terrestre bem como com nossa comunidade local. Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual a dimensão local e global estão ligadas. Cada um compartilha da responsabilidade pelo presente e pelo futuro, pelo bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos. O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida, e com humildade considerando em relação ao lugar que ocupa o ser humano na natureza.

Necessitamos com urgência de uma visão compartilhada de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à comunidade mundial emergente. Portanto, juntos na esperança, afirmamos os seguintes princípios, todos interdependentes, visando um modo de vida sustentável como critério comum, através dos quais a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas, governos, e instituições transnacionais será guiada e avaliada.

PRINCÍPIOS

I. RESPEITAR E CUIDAR DA COMUNIDADE DA VIDA

1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade.
 - a. Reconhecer que todos os seres são interligados e cada forma de vida tem valor, independentemente de sua utilidade para os seres humanos.
 - b. Afirmar a fé na dignidade inerente de todos os seres humanos e no potencial intelectual, artístico, ético e espiritual da humanidade.

2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.
 - a. Aceitar que, com o direito de possuir, administrar e usar os recursos naturais vem o dever de impedir o dano causado ao meio ambiente e de proteger os direitos das pessoas.
 - b. Assumir que o aumento da liberdade, dos conhecimentos e do poder implica responsabilidade na promoção do bem comum.

3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.
 - a. Assegurar que as comunidades em todos níveis garantam os direitos humanos e as liberdades fundamentais e proporcionem a cada um a oportunidade de realizar seu pleno potencial.
 - b. Promover a justiça econômica e social, propiciando a todos a consecução de uma subsistência significativa e segura, que seja ecologicamente responsável.

4. Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.
 - a. Reconhecer que a liberdade de ação de cada geração é condicionada pelas necessidades das gerações futuras.
 - b. Transmitir às futuras gerações valores, tradições e instituições que apóiem, a longo prazo, a prosperidade das comunidades humanas e ecológicas da Terra.

ATIVIDADE 5 - QUESTIONÁRIO

1. O que é a Carta da Terra?
2. Como promover o princípio I da Carta da Terra e cada um de seus subprincípios (1, 2, 3 e 4)?
3. Esses princípios já são vivenciados e são uma realidade?

9.6 APÊNDICE 6

O QUE É SUSTENTABILIDADE? (PELO POVO PATAXÓ)³⁵

Para o povo Pataxó, a sustentabilidade é respeitar as pessoas, a sociedade e a natureza, criando harmonia entre todos. Para as comunidades indígenas Pataxó, as principais questões que envolvem a sustentabilidade são a Mãe Natureza e a valorização de sua cultura. Pensando na sustentabilidade, as comunidades buscam alternativas para o seu sustento e autonomia econômica, social e política, como grupos diferentes da sociedade nacional. Nos seus territórios, lutam para ter a sua própria economia. A sustentabilidade é muito importante para os Pataxó, sobre tudo no momento em que estes povos, assim como todo o país e até o planeta, enfrentam

³⁵ Educação ambiental e sustentabilidade na área escolar da aldeia Pataxó de Coroa Vermelha - Ademário Braz Ferreira e Jeivaldo Silva Santos.

várias dificuldades para sua sobrevivência, especialmente em relação ao uso dos recursos naturais.

O modelo de desenvolvimento consumista atual promove crescente degradação dos recursos naturais com consequências na qualidade de vida, modificando assim hábitos sociais. Tais características têm apresentado reflexos negativos nas características do planeta e, assim, no cotidiano das pessoas.

A sustentabilidade é um trabalho que passa de geração em geração, aos nossos filhos e aos nossos netos. Se aprende entre os parentes, passando os conhecimentos tradicionais e os costumes tradicionais de geração em geração. Isso é sustentabilidade da tradição e do meio ambiente, ou seja, sobrevivência do povo Pataxó.

ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS DESENVOLVIDAS DENTRO DOS TERRITÓRIOS PATAXÓ

I. AGRICULTURA FAMILIAR SEM O USO DE AGROTÓXICOS³⁶

Esta atividade consiste de pequenos plantios de milho, feijão, mandioca, urucum, entre outros. Cultivados para o sustento familiar, sem uso de agrotóxicos. Atividade muito comum nas aldeias pataxó. Essas roças são desenvolvidas em áreas já desmatadas desde o período em que o território não se encontrava em nossas mãos. Geralmente, não promovemos desmatamento para realizar plantios.

Normalmente não usamos agrotóxico pois somos conscientes que, mesmo sendo utilizados na agricultura com a finalidade de eliminar pragas e plantas invasoras que prejudicam o desenvolvimento da plantação, são extremamente nocivos para os seres vivos e podendo ainda contaminar e poluir o solo, água e até mesmo o ar. Lembrando que o solo é capaz de reter grande quantidade de contaminantes, o que com o tempo desencadeia a morte de microorganismos, diminuindo assim a biodiversidade do solo, ocasionando a acidez e a redução da sua fertilidade. Além disso, em contato com a atmosfera, pode desencadear a intoxicação de pessoas e de organismos vivos que respiram esse ar contaminado, além da contaminação de rios e de lagos por escoamento superficial onde o uso de agrotóxico é realizado.

³⁶ Práticas de sustentabilidade e possíveis relações com a escola - Tânia Alves Maciel

II. APICULTURA (CASA DE ABELHA)³⁷

Uma pessoa da comunidade trabalha com capturas de abelhas passageiras. Ao participar de algumas ações de captura, identificou-se com o trabalho, uma vez que, ao capturar as abelhas, estavam salvando-as de uma possível extinção. É importante lembrar que apesar de serem capturadas, as abelhas ficam livres, podendo ir embora para a natureza quando quiserem. Geralmente a captura é feita em vias públicas, residências e pousadas no entorno da reserva. Por estarem localizados em regiões próximas da mata, é comum o surgimento de enxames. Essas capturas também fazem parte da renda do casal, uma vez que, ao serem chamados para o serviço de captura em locais privados, residência ou pousadas, é cobrada uma taxa.

III. ARTESANATOS³⁸

a) ARTESANATO DE COCO SECO

Na nossa cultura, fazemos uso de diversas palmeiras na confecção de nossos artesanatos, entre elas figuram o tucum, a piaçava, o pati, dentre outros. No entanto, o coco da praia (Cocos nucifera) é uma das palmeiras mais comuns na região. Dela se aproveita praticamente tudo, desde a sua água, que além de muito saborosa é um excelente hidratante para o corpo, até sua polpa que serve de alimento, além de ser usada na fabricação de doces, manteiga e óleos. Mas a nossa matéria prima vinda dessa palmeira é justamente o que se costuma jogar fora, a sua casca. Elas são utilizadas na confecção do nosso artesanato. Utensílios de cozinha, conchas, colheres, enfeites de mesa, porta moedas, brincos, colares, etc. São feitos da casca interna do coco seco que não teria mais serventia para o consumo. São feitos também objetos de decoração com a casca externa.

b) ARTESANATO DE FIBRA (TRONCO) DE BANANEIRA

A bananeira é uma das plantas mais encontradas nas aldeias, presente em praticamente todos os quintais. O maior motivo do seu cultivo é o seu fruto, que contém um alto teor de potássio e de outras vitaminas. Por isso, é uma das frutas mais consumidas, especialmente por ela se adaptar facilmente a vários tipos de solo. O que muita gente não sabe é que seu tronco possui fibras que

³⁷ Práticas de sustentabilidade e possíveis relações com a escola - Tânia Alves Maciel

³⁸ Práticas de sustentabilidade e possíveis relações com a escola - Tânia Alves Maciel

podem ser utilizadas para a confecção de bolsas, chapéus, cestos, utensílios de cozinha, etc. Fabricados a partir da fibra de bananeira e costurados com linha de tucum. Na colheita da banana, que se dá na retirada dos cachos, a planta é cortada para deixar espaço para as mudas que estão crescendo, os troncos cortados geralmente são deixados no solo para se decompor. A artesã, entretanto, recolhe esses troncos e os transforma na principal matéria-prima de seus trabalhos.

c) BIO JÓIAS DE BARRO

Jóias feitas tendo a argila como matéria-prima principal. Lara diz que começou esse trabalho quando vivia na região do Vale do Jequitinhonha. “Sempre gostei de fazer minhas bijuterias, as quais eram produzidas a partir de peças compradas em lojas especializadas, mas sempre tive o desejo de encontrar na natureza matéria prima para meu trabalho, até que, inspirada nos trabalhos das mulheres do Vale do Jequitinhonha, encontrei o que desejava, o barro”.

d) ESCULTURA (ARTESANATO) EM MADEIRA

O trabalho consiste em criar esculturas e móveis rústicos, inspirados nos animais existentes em nossa região ou da imaginação do artista. As esculturas são feitas manualmente utilizando galhos de podas, sobras de serrarias ou madeiras mortas encontradas nas matas dentro da própria aldeia. O artesão trabalhava, no passado, com madeiras de desmatamento. No entanto, conscientizou-se mais tarde dos prejuízos que o desmatamento causa à natureza e da necessidade de se preservar o meio ambiente. Por essa razão, mudou sua maneira de trabalhar, deixando assim de contribuir com o desmatamento para conseguir matéria prima para seu trabalho. Desde então, Zelito Pataxó emprega em seu trabalho apenas restos de madeiras usadas, sobras de madeiras descartadas das serrarias, troncos e raízes de árvores encontrados na mata ou mesmo na cidade, galhos de podas, ou peças descartadas que encontra em seu caminho. Essa mudança de atitude agregou valor às suas peças e valorizou seu trabalho como artista. Suas peças são feitas com todo tipo de madeira desde que seja refugo.

IV. HORTA SUSTENTÁVEL³⁹

Para o cultivo das hortaliças, são utilizados diferentes métodos de adubação orgânica, como, por exemplo, os produzidos a partir de esterco de animais (vaca e galinha) e de troncos de bananeiras.

³⁹ Práticas de sustentabilidade e possíveis relações com a escola - Tânia Alves Maciel

Nesse último caso, servem tanto como adubo como também para ajudar na economia de água na irrigação. Uma vez que por horta sustentável não se entende apenas cultivo sem o uso de agrotóxicos, mas cultivo desenvolvido com a preocupação em manter os recursos naturais sem exauri-los.

Todas as espécies são cultivadas de acordo com nossa cultura, respeitando as fases da lua, para que possamos garantir em nossas mesas um alimento saudável e dentro do nosso padrão cultural. Ressaltando que esta atividade é desenvolvida por diversas famílias, em sua maioria, não para fins lucrativos e sim para garantir uma alimentação saudável em nossas mesas.

O conhecimento sobre o mundo e a sociedade, sempre foram transmitidos de forma oral pelo nosso povo, conhecemos o mundo à nossa volta através da transmissão dos conhecimentos tradicionais de nossos pais, familiares e comunidade na qual se está inserido. Mas essa realidade tem mudado através de um longo processo histórico de colonização, e luta pela sobrevivência e resistência do nosso povo. Porém há outras formas de transmissão de conhecimentos, como o sistema formal de educação, as escolas; Onde as diferenças devem ser vistas como algo a ser vencido, eliminado, dando lugar a uma diversidade de povos e de conhecimentos que devem ser valorizados nessa nova visão de mundo, onde se tem buscado uma junção entre estes dois tipos de sistema de transmissão de conhecimento.

V - PLANTAS MEDICINAIS⁴⁰

Mexer com matos, ervas, plantas assim como eles falam, parece ser tão fácil e que qualquer um pode fazer, mas na verdade não é bem assim. Cada mestre tem sua maneira de utilizá-las. Isso é muito importante para quem tem esse conhecimento, pois eles utilizam uma planta medicinal para um determinado sintoma, mas que também pode servir para outro sintoma, porém sendo usada de forma diferente que só eles conhecem. Essas pessoas não só conhecem, mas também sabem intimamente o que praticam. Elas não só fazem o remédio, elas conhecem cada tipo de planta, raiz, folhas, cascas e acima de tudo, elas têm o respeito por essas plantas e cuidam como se fosse um filho. Daí a importância de conhecer e saber. Quando falo em conhecer me refiro a questão desses mestres conhecerem cada tipo de planta sobre as quais eles falam.

⁴⁰

A utilidade das plantas medicinais para o povo Pataxó de Aldeia Velha. Wagner Santos Meira

Então quando me refiro ao saber, quero expressar que eles têm um conhecimento mais profundo que não se limita apenas em distinguir uma planta da outra, mas, a forma de colher essas plantas, o horário certo, o período correto, qual parte da planta que será utilizada, para quais sintomas essas plantas servem, o dia que não se pode colher nenhuma planta e a maneira de cuidar das mesmas. Cuidam na hora de colher, conversam com essas plantas, pedem permissão a elas, sabem o momento certo de colhê-las, respeitando o dia certo de descanso de cada uma e as tratando como se fossem um ser humano. Como eles dizem: elas têm vida, assim como nós. Isso é que os tornam diferentes de muitas pessoas, pois eles não só conhecem, mas sabem sobre cada planta. Lá no seu íntimo, eles sabem que ninguém detém o conhecimento, mas que todos podem aprender e conhecer juntos.

Também com esse processo, a ciência começou a produzir remédios (drogas) que agora passaram a ter mais “valor”, já que são produzidos por eles. Uma vez que comprovado cientificamente, a veracidade daquele produto passa a ser, na visão ocidental, benéfica para a saúde. E assim, com a sua supremacia e influência, o saber científico, começou a produzir mais e mais remédios, embora saibamos, que grande parte desses remédios vieram dos estudos feitos com as plantas e das pesquisas feitas com os povos conhecedores dessas plantas e também das propriedades extraídas das plantas.

A ciência tem o seu saber, mas os saberes tradicionais têm suas especificidades, eles conhecem, sabem, praticam e respeitam de uma maneira única, respeitando as leis da Mãe Natureza. Com certeza podemos viver todos juntos, o saber científico e os saberes tradicionais, cada um respeitando o conhecimento do outro, sem querer nenhum ser maior que o outro. A cultura dos saberes tradicionais não é vendida, é uma cultura de resistência e que vai ficar e servir não só para nós indígenas, mas para toda uma geração futura.

VI - REFLORESTAMENTO⁴¹

O povo Pataxó sabe que quando evolui, assim como na cidade, tudo se acaba. O desequilíbrio da natureza, do meio ambiente e a destruição da mata ciliar, que protege a terra, leva à erosão, e ao assoreamento, levando terra para dentro dos rios. Então, a mata ciliar tem que permanecer

⁴¹ Educação ambiental e sustentabilidade na área escolar da aldeia Pataxó de Coroa Vermelha - Ademário Braz Ferreira e Jelevaldo Silva Santos.

O Senhor Aderno Pataxó orientou que a primeira coisa a se fazer é ver na área escolar da Aldeia, quais espécies existiam ali. Dessa maneira, não vamos plantar outras espécies que não vão se adaptar naquele lugar. Capimbará falou que não adianta vir um técnico lá de fora. Porque ele estudou, ele quer plantar outras espécies, de outra região aqui, que não vão sobreviver aqui.

VII - PESCA⁴²

Em alguns meses do ano vários pescadores da minha aldeia param as suas práticas de pesca para resguardar o momento de reprodução das espécies marinhas. Respeitar o período de defeso das espécies marinhas é permitir que a vida marinha continue existindo, especialmente para os pescadores. Na minha comunidade, acompanhamos diversos tempos dos defesos, dentre eles, há o defeso do camarão, que acontece duas vezes durante o ano. O primeiro período começa em abril e termina em maio, o segundo começa em outubro e vai até novembro. O defeso do robalo começa em maio e termina em agosto. O defeso da piracema começa em novembro e vai até fevereiro. Além desses, temos também o defeso de uma certa espécie de caranguejo do mangue, que ocorre de dezembro a março. Dentre esses meses, sempre acontece a andada dos caranguejos que é o momento em que eles estão acasalando. A andada dos caranguejos ocorre entre um período de três dias, então, é durante esses três dias que é proibido pegar os caranguejos, sendo considerado o defeso dos caranguejos.

No meu modo de ver, tudo que tem nas pedras marinhas tem o seu propósito de estar ali. Por isso, respeitar o que tem lá, é viver de bem com a Mãe D'água. Segundo os mais velhos da minha comunidade, a Mãe D'água é um ser não humano que mora nas águas marinhas e uma de suas missões é cuidar dos seres vivos que existem nas águas, tanto faz se do mar, do rio ou do mangue.

Essas vivências, servem para refletirmos e nos conscientizarmos sobre alguns atos inconvenientes que cometemos à natureza. Tem pessoas, por exemplo, que, quando vão pegar um ouriço nas pedras do mar, saem quebrando as pedras para apanhar o ouriço com facilidade. Isso não é certo, pois quebrar as pedras pode desequilibrar o ambiente dos ouriços e das demais espécies que dependem das pedras para fazer suas moradias, alimentarem-se e se reproduzirem.

⁴²

Os saberes dos Pataxó de Barra Velha sobre o mar. Cosme Braz dos Santos Filho.

VIII - CUIDADO COM AS PLANTAS E COM OS ANIMAIS⁴³

Quando chega o tempo da seca, a gente ajuda até os animais da natureza porque no tempo da fartura a gente planta milho, feijão, banana, mamão e esse tempo, ao contrário, é um tempo em que tudo está escasso, e a gente preserva as plantas para os animais aqui em Muã Mimatxi, como as touceiras de bananas que tem aqui são para os tucanos, e para os passarinhos que vivem na natureza. É uma forma da gente estar cuidando das galinhas e aqui tem também o jacu que vem também todos os dias comer, e também é tempo da gente estar cuidando das pequenas plantas, e nesse tempo aqui tem mamão e a gente fala para os meninos deixarem os mamões para os passarinhos e para os sabiás. Vem ainda vários tipos de passarinhos para comer: tem as gralhas, que comem os ovos das galinhas, e a gente deixa elas comerem, os tucanos carregam também os ovos, o assa-peixe a gente não corta por causa das abelhas, tem a juerana que é uma semente de artesanato, e a gente tira de um pé e deixa o outro para as maritacas, os periquitos, as suiás.

A gente incentiva as nossas crianças para que elas não cortem uma planta. Tem as ciriguelas, e quando é o tempo dela chupamos muito, e deixamos também para os bichos, porque a vida da gente aqui é compartilhada mesmo com os animais. A gente planta para a gente e para a natureza, como a gente planta couve, alface, rúcula e deixa para os perus, os gansos, e eles gostam muito. É também uma forma da gente ajudar os animais e não deixar a natureza passar necessidade; para incentivar a vida para ajuda dos animais. Crescer nesse pensamento. Os bichinhos vêm e chupam as frutas, e quando está acabando a gente nem chupa mais para deixar para eles, até a chuva voltar e a fartura chegar novamente.

IX - CUIDAR DO SOLO⁴⁴

É um valor de alimentação, a gente que tem que ensinar às crianças, como eu falo que nós trabalhamos pelos tempos porque a terra ela se alimenta através das águas da chuva, do sol, do vento, dos raios e do trovão. a terra toda se alimenta através do outro tempo, das folhas que caíram no chão, esse é o tempo da vida, é um tempo que nasce, cresce, amadurece, fortalece, engrossa.

⁴³ Tehey de pescaria de conhecimento. Werymehe Alves Braz.

⁴⁴ Tehey de pescaria de conhecimento. Werymehe Alves Braz.

Esse valor fala mais do alimento da terra, e as crianças precisam saber que nós nos alimentamos, nós temos nossos alimentos, e a terra tem o seu próprio alimento que são as águas e as sementes, o ensino vai longe e nós indígenas sentimos e vemos a terra sadia e alimentada, e a gente se sente sadio e alimentado, as madeiras estão todas coloridas e fortalecidas, os compadres anjiqueiros estão todos fortalecidos. Então tem um tempo que a terra está alimentada e a terra tem o tempo que está enfraquecida. Esse é o tempo que ela está alimentada.

X - EDUCAÇÃO

O conhecimento sobre o mundo e a sociedade, sempre foram transmitidos de forma oral pelo nosso povo, conhecemos o mundo à nossa volta através da transmissão dos conhecimentos tradicionais de nossos pais, familiares e comunidade na qual se está inserido. Mas essa realidade tem mudado através de um longo processo histórico de colonização, e luta pela sobrevivência e resistência do nosso povo. Porém há outras formas de transmissão de conhecimentos, como o sistema formal de educação, as escolas; Onde as diferenças devem ser vistas como algo a ser vencido, eliminado, dando lugar a uma diversidade de povos e de conhecimentos que devem ser valorizados nessa nova visão de mundo, onde se tem buscado uma junção entre estes dois tipos de sistema de transmissão de conhecimento. A escola, como ferramenta de reconstrução, valorização e revitalização da nossa cultura. Promovendo esse encontro de conhecimentos na escola ou fora dela através de oficinas, visitas técnicas, entrevistas, palestras, entre outros. Tendo como transmissores não somente os professores, mas também pessoas que detêm o saber tradicional em determinado assunto, como artes, subsistência, entre outros.⁴⁵

A educação escolar indígena diferenciada é a construção do sujeito como um todo: no conhecimento, no respeito, na transmissão dos conhecimentos que vão sendo passado para gerações futuras. E a maneira que tratamos uns aos outros, respeitando o direito de cada e de todos seres humanos seja (anciãos, adultos, jovens e crianças, temos que dar o respeito valorizando a sua diversidade cultural).⁴⁶

9.7 ANEXO 7

⁴⁵ Práticas de sustentabilidade e possíveis relações com a escola - Tânia Alves Maciel

⁴⁶ Educação ambiental e sustentabilidade na área escolar da aldeia Pataxó de Coroa Vermelha - Ademário Braz Ferreira e Jelevaldo Silva Santos.

O QUE É SUSTENTABILIDADE? (PELO POVO XAKRIABÁ) ⁴⁷

O desenvolvimento sustentável, que considera todas as dimensões do desenvolvimento para que seja justo, equilibrado e duradouro, enfatiza que: o sujeito do desenvolvimento são as coletividades humanas, operando sob autogestão e atuando em redes sociais e econômicas solidárias; coletividades que não podem ser reduzidas a fatores econômicos, tais como capital ou trabalho;

O trabalho livre, independente e que tenha autonomia para buscar resultados nos projetos, bem como na produção de bens e serviços que atendam às necessidades de uma comunidade, para não depender de capital social e nem se satisfazer com lucros do mercado. Dessa forma os consumidores e produtores possam trabalhar de forma sustentável, responsável e solidário, buscando o bem viver de todos. Respeitando e protegendo os biomas e os ecossistemas usando apenas tecnologias sustentáveis que não agredem o meio ambiente. Vale lembrar que a economia também quer dizer cuidado, cuidado com as pessoas, com a cultura, com a nossa terra, nossas águas, com a fauna e flora e principalmente com a vida, valores que devem ser priorizados acima de tudo e de todos.

O que propomos é que o eixo da competitividade seja deslocado para o eixo da viabilidade, e que a dimensão econômica não seja a única variável a ser considerada para uma sociedade mercantil, mas também as variáveis sociais, ecológicas e culturais, para termos sustentabilidade dentro de nossos empreendimentos. Buscamos o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais, preservando as nossas riquezas, além disso, combater a pobreza e a desigualdade social tão presente no nosso dia a dia.

Artesanatos Xakriabá: sustentabilidade, conhecimentos e desafios. Edneia Moreira Silva e Janaine Nunes da Mota.

ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS DESENVOLVIDAS DENTRO DO TERRITÓRIO XAKRIABÁ

⁴⁷ Artesanatos Xakriabá: sustentabilidade, conhecimentos e desafios. Edneia Moreira Silva e Janaine Nunes da Mota.

I. ARTESANATO⁴⁸

Na TIX produzimos nossas artes pensando em fazer o resgate da nossa cultura, o artesanato é fundamental, pois ele conta muito sobre a história do nosso povo e possui grande significado. É uma riqueza que diz muito sobre o nosso modo de viver e a nossa cultura, por isso, a importância de se valorizar e preservar. É muito importante destacar que não pensamos somente nos valores econômicos, pois, por trás de uma necessidade de produzir está o desejo de apreciar, de preservar e valorizar as nossas riquezas e belezas presentes nos artesanatos.

Antigamente os artesanatos eram feitos apenas para uso doméstico e para se enfeitar, tanto que muitas pessoas não consideravam como artesanato, apenas como objeto de troca ou de uso. Hoje o artesanato é também uma forma de resistência, seu uso se torna cada vez mais constante e presente na vida do nosso povo diariamente. Atualmente os artesãos obtêm uma renda considerável com a venda dos artesanatos. O artesanato tem grande importância na nossa cultura Xakriabá, pois usamos matéria prima da natureza, sem destruir as nossas matas e sem maltratar os animais. São diversos tipos de artesanatos.

- a) Artesanato em osso e madeira: Só utilizamos aquelas árvores que já estão secas “mortas”, dessa maneira a utilizamos sem desmatar nossas matas. Assim, nossos artesanatos são produzidos de forma sustentável, pois não retiramos da mata as árvores saudáveis.

O osso, encontramos mais facilmente nos açougues, pois, ao invés de serem descartados são usados para fazer diferentes tipos de artesanatos. O osso do boi além de ser mais fácil de encontrar também é melhor para trabalhar, ele tem uma espessura melhor e você consegue fazer as peças de vários tipos e tamanho.

- b) Sementes: Também usamos as sementes para produzir artesanato, fazemos colares, brincos e pulseiras. Encontramos as sementes na mata e algumas no quintal de casa mesmo.
- c) Barro: O barro é utilizado para fazer os mais diversos tipos de cerâmica, com formas e tamanhos diferentes. Cada tipo de barro é ideal para um processo diferente. Há tipos de

⁴⁸ Artesanatos Xakriabá: sustentabilidade, conhecimentos e desafios. Edneia Moreira Silva e Janaine Nunes da Mota.

barro que são mais indicados para fazer a cerâmica, outros, chamados toá, são mais indicados para as pinturas na cerâmica.

- d) Penas: As penas são usadas nas confecções de vários adereços principalmente para as mulheres. São usadas penas de diversas aves como gaviões, araras, louros, periquitos entre tantos outros animais, e não é necessário matar o animal para extrair a pena. Para as penas ficarem com cores variadas elas são pintadas. São usados vários tipos de penas de aves para a produção de artesanato como pena de galinha, coca, gavião, louro.
- e) Coco: O coco também é muito utilizado para fazer artesanato. Fazemos brincos, colares, anéis, cachimbo, cintos, tornozeleiras e também o maracá, instrumento que nunca pode faltar em nosso ritual, mesmo que não possa ser utilizado por motivo de luto. A palha do coco e as folhas são usadas para fazer cestos e uru. Para dar brilho ao coco ele é frito. O coco é encontrado nas matas e algumas vezes no quintal das casas.

II. USO DE PLANTAS MEDICINAIS⁴⁹

Antigamente, quando ainda não existia unidade de saúde, médicos, dentro do território Xakriabá as pessoas curavam e preveniam as doenças com as plantas e viviam muito mais tempo sem adoecer. Hoje, infelizmente, são tantos tipos de doenças, que antes não tinham e que atingem o povo de modo constante.

Como hoje a medicina ocidental predomina muito nas comunidades indígenas, dando assistência medica - não que isso seja ruim para as comunidades, muito pelo contrário, lutamos sempre pela melhoria da saúde indígena, mas sem deixar os costumes e a cultura no esquecimento - observo que antes, mais ou menos uns quinze anos atrás, as pessoas plantavam muitas plantas medicinais no quintal.

Deve-se conhecer qual parte da planta a ser usada, porque cada parte tem suas indicações. Pode ser que uma planta usa-se a folha, a raiz, a casca, o fruto, a flor. Mas outras podem ser que apenas as folhas servem ou apenas a raiz servem, enfim, por isso para se ter uma boa cura é preciso usar corretamente. Também tem que saber quais plantas podem ser ingeridas e qual quantidade deve-se usar, para que não haja complicações no processo de tratamento de tal doença.

⁴⁹ As plantas medicinais da Aldeia Prata no Território Indígena Xakriabá: resgatando e valorizando os conhecimentos tradicionais. Lindaurea Gomes de Araújo.

A existência das plantas depende de nós mesmos. Se tivermos cuidado com elas, nunca irão faltar, portanto devemos preservá-las ao máximo (não deixando de usá-las, é claro). Pensando sempre no futuro das próximas gerações que certamente vão precisar dessas plantas medicinais. Se hoje temos as plantas é porque houve a preservação dos nossos ancestrais que souberam cultivá-las e preservá-las. Preservar a natureza é um dever de todos nós, é através dela que retiramos tudo para nossa sobrevivência. No momento de coletar uma planta, devemos retirar somente a parte que vai ser usada, para não prejudicar sua reprodução e para que ela não venha a ficar em extinção.

III. CUIDADOS COM A FAUNA E FLORA⁵⁰

O aumento da quantidade de pessoas na aldeia foi um dos fatores que contribuíram para a diminuição das plantas e dos animais, pois com a necessidade de construir moradias e outras edificações importantes para a aldeia, como posto de saúde, escola, estradas, quadra esportiva e campos de futebol, foram derrubando as matas aos poucos e os animais foram se afastando do seu habitat.

Percebi também das investigações, as transformações ocorridas pelos fenômenos naturais, sendo um deles a diminuição da chuva. O clima na região é quente e com isso as matas secam em um período de tempo muito curto, e conseqüentemente as plantas acabam morrendo antes mesmo de semear as sementes na natureza, causando o desaparecimento de várias plantas a cada ano.

As nascentes e córregos estão soterrados, impedindo que o fluxo da água desça nos córregos e dure por mais tempo. Notei também que o território indígena Xakriabá vem sofrendo várias transformações ambientais, causando impactos na fauna e na flora, sendo que esses impactos prejudicam muito o nosso povo indígena, pois acabam com as nossas matas e os animais, destruindo o habitat de sobrevivência dos animais.

Atualmente as pessoas estão tentando preservar um pouco das matas para ver se conseguem reconstruir um pouco do que era antes, porque não podemos apagar os danos que foram causados o ambiente natural mais pode preservar para corrigir os danos de destruições que foram feitos e

⁵⁰ As transformações do meio ambiente no Território Indígena Xakriabá: os impactos causados na fauna e na flora. Marilsa Lopo de Oliveira

com as dificuldades que estamos enfrentando com a perda dos bens naturais que existiam em nosso território faz refletir sobre tudo que tinham e que não tem mais, assim com o tempo ter um pouco do foi perdido.

Vários mecanismos que pode contribuir para ajudar na conscientização das pessoas referente ao desmatamento, sendo eles:

- a) Extrativismo: Como meio de aproveitar tanto os frutos do cerrado como também os frutos de casa. Ele aponta como uma maneira de ajudar na sobrevivência, além disso, cada um iria pensar em preservar.
- b) Roça comunitária: Seria uma maneira de derrubar a roça em um só lugar, ao invés de desmatar vários locais.
- c) Projetos de governo: Para pensar na possibilidade de reflorestamento em alguns locais que está necessitando, principalmente em locais de nascentes, lagoas, etc.
- d) Escola: A escola junto com a associação criar projetos para a plantação de hortaliças, como forma de garantir a ajuda na alimentação das crianças, economia de renda, além de ajudar a própria comunidade.

IV. CUIDADO COM O SOLO

A alimentação também é responsável por nossa saúde e é por meio dela que conseguimos nos manter saudável. Mas a variedade de alimentos que tem hoje não está muito favorável à saúde das pessoas, como a alimentação de antes que era mais natural.

O povo Xakriabá costumava produzir e cultivar seus próprios alimentos, diferente de hoje que praticamente tudo que se consome é industrializado e com agrotóxicos, que com certeza fazem mal para a saúde de todos. O solo é muito importante e rico para minha comunidade em diversos aspectos tanto no desenvolvimento de atividades produtivas, quanto em outras atividades específicas, por exemplo, para desenvolver o manejo da agricultura no plantio de feijão, milho e outros.

O solo é uma terra muito rica que temos que saber cuidar e escolher o lugar certo para desenvolver o plantio. Antigamente, o solo da minha aldeia era mais produtivo. Atualmente, vem sofrendo muitas alterações, talvez pelo desgaste causado pelos seres humanos ou pela falta de

chuva. O solo também nos beneficia com muitos recursos que têm funções específicas importante para nossa comunidade, por exemplo, artesanatos feitos de barro (cerâmica) e entre outros.

A vegetação do nosso cerrado está ligada a todo conceito de preservação, pois eles são o caminho de todas as riquezas presentes em cada solo. Preservar a vegetação nativa é conservar a qualidade do solo, mantendo suas riquezas e sua fertilidade.⁵¹

V - PECUÁRIA⁵²

A atividade pecuária não é tradicionalmente de origem indígena, pois antes tínhamos a caça como recurso principal da alimentação. Porém, no decorrer dos anos, devido à diminuição desse recurso, tivemos que incorporar a pecuária como uma atividade de complemento à renda e substituição da caça. Portanto, é sabido por todos nós que a pecuária não só gera uma renda considerável para os criadores como também causa um enorme impacto ao meio ambiente.

A pecuária praticada pelos Xakriabá, atualmente, ainda é bem diferente do modelo de pecuária praticado pelos grandes criadores existentes pelo país. Os indígenas que aderiram à criação de gado não tinham, especificamente, o objetivo comercial, mas era comum que houvesse um pequeno comércio para que, assim, pudessem adquirir coisas que não se produziam nas aldeias e assim eles faziam o complemento da renda das famílias.

Com relação à pecuária concluo que ela inegavelmente tem gerado grandes impactos naturais que ainda podem ser reversíveis e superados em longo prazo. Porém, deixar de praticar a atividade pecuária em nosso território não seria a melhor solução, pois a mesma tem sido e continua sendo a única fonte de renda para muitas famílias. O que se deve buscar a partir de então, são alternativas que visam uma convivência pacífica entre o homem, a pecuária e a natureza.

No geral a pecuária é vista pelos ambientalistas como vilã que se apresenta contra o meio ambiente, e nós indígenas como povos nativos que sempre defendemos e dependemos dos recursos naturais e principalmente das florestas para o sustento e a sobrevivência seria, pela lógica, inadmissível nos tornarmos criadores de gado, já que esta atividade exige o desmatamento

⁵¹ Extrativismo, agricultura e construção: a diversidade dos solos da Aldeia Prata. Laura Caetana dos Santos.

⁵² Pecuária: histórico e reflexões sobre os impactos gerados pela atividade no Território Indígena Xakriabá, Minas Gerais - Brasil. José Aparecido Ribeiro

para a produção de pastagens. Mas diferente do que os grandes pecuaristas que se apresentam e vêm no agronegócio um viés econômico em expansão para o Brasil e fazem de tudo para que o nosso país se torne uma potência no setor pecuário, nós indígenas, pelo menos até o momento, vemos a pecuária apenas como um meio de complementação de renda para o sustento familiar, o que não vai de encontro ao pensamento dos grandes ruralistas.

A defesa do meio ambiente e, principalmente, o combate ao desmatamento sempre foi e continua sendo umas das bandeiras de luta dos povos indígenas. Acredito que o tema pecuária deve ser um assunto muito discutido nos Territórios Indígenas atualmente e futuramente não apenas pela importância financeira que ela evidentemente pode proporcionar, mas para conscientizarmos de que devemos buscar alternativas que visam uma convivência pacífica entre o homem, a pecuária e a natureza. Não devemos colocar em primeiro plano a sua importância econômica, devemos considerar o bem maior que está com valor acima de qualquer moeda: a natureza, o meio ambiente.

VI - PLANTIO DE HORTA⁵³

A horta tem uma contribuição importante para a comunidade, primeiro ajuda as pessoas com problemas de saúde a manter uma dieta adequada na alimentação. Muitas pessoas procuram e dizem que é para o bem de sua saúde, outras dizem que é porque gostam. O plantio de horta no território Xakriabá, que antes era visto como um meio de sobrevivência dos nossos mais velhos, hoje está sendo menos praticado.

O plantio de hortas no quintal das casas é importante, pois, pode ser um instrumento de incentivo, para toda a comunidade, visando à importância de voltar a plantar horta no quintal de suas casas, pois futuramente poderão ajudar suas famílias a ter condições melhores de vida, podendo ser uma fonte de renda e também podendo ter uma alimentação saudável.

Apesar da horta ser uma contribuição importante para a comunidade, a manutenção delas encontra muitas dificuldades a, pois é regada com a água do poço artesiano que é a mesma água que fornece para toda comunidade, a qual tem o horário adequado de fornecimento. Antes a água

⁵³ Plantio de horta na Aldeia Imbaúba como meio de sobrevivência visando a prática nas escolas. Beatriz Dias Gonçalves.

era mais conservada para regar as hortas, melhor do que hoje que é da torneira, vinda de poços artesianos. Além disso, outro problema que estamos enfrentando atualmente, como ela contou, é a falta de esterco, porque as pessoas estão parando de criar gado, devido a falta de chuva.

A prática do cultivo de hortaliças deve envolver a proteção e conservação das nascentes, dessa forma cuidamos também das nascentes e riachos, garantindo água não só para as nossas próprias plantações e criações, como para todo território.

VII - EDUCAÇÃO

A nossa escola indígena tem um duplo conhecimento que é de uma escola normal e um diferenciado. As escolas têm o dever de preparar o aluno para a vida social, conhecendo dentro e fora da aldeia, sabendo buscar solução junto a comunidade para resolver os problemas.

É importante que o professor tenha conhecimento, compromisso para trabalhar a educação do seu povo. Ele tem, também, o objetivo de aperfeiçoar a educação diferenciada, transmitindo o conhecimento valorizando os direitos dos indígenas.

Pra mim a escola indígena é muito importante, pois é um espaço onde os professores indígenas passam a reforçar a identidade do povo para que a cultura seja conhecida e respeitada por todos.⁵⁴

As escolas em conjunto com a comunidade evoluíram muito e graças à união do nosso povo, demos um passo muito grande na educação. Hoje a nossa escola é diferenciada, temos nosso próprio modelo de aprendizado e de organização escolar. O principal foco da escola diferenciada é trabalhar com as disciplinas ligadas à realidade indígena sempre respeitando a cultura, mas, porém os trabalhos estão sempre ligados também ao mundo atual em que vivemos com o objetivo de formar uma sociedade melhor e lutar pelos nossos direitos.

Já que a escola é um importante e fundamental instrumento para o ensino e conhecimento, então por que não usar isso de outra forma, trabalhando com um foco maior na área de cultura e arte para ensinar e incentivar os mais jovens a se interessarem e a investir nessa prática, além de

⁵⁴ Casa de cultura Xakriabá: lugar de conhecimento, cultura, memória e história. Erick Correa de Alkimim e Marilene de Oliveira Santos

formar cidadãos capacitados para a sociedade ocidental, na busca de continuação dos estudos e principalmente, para adquirir conhecimentos para a valorização cultural através da educação indígena diferenciada.⁵⁵

⁵⁵ Artisanatos Xakriabá: sustentabilidade, conhecimentos e desafios. Edneia Moreira Silva e Janaine Nunes da Mota.

